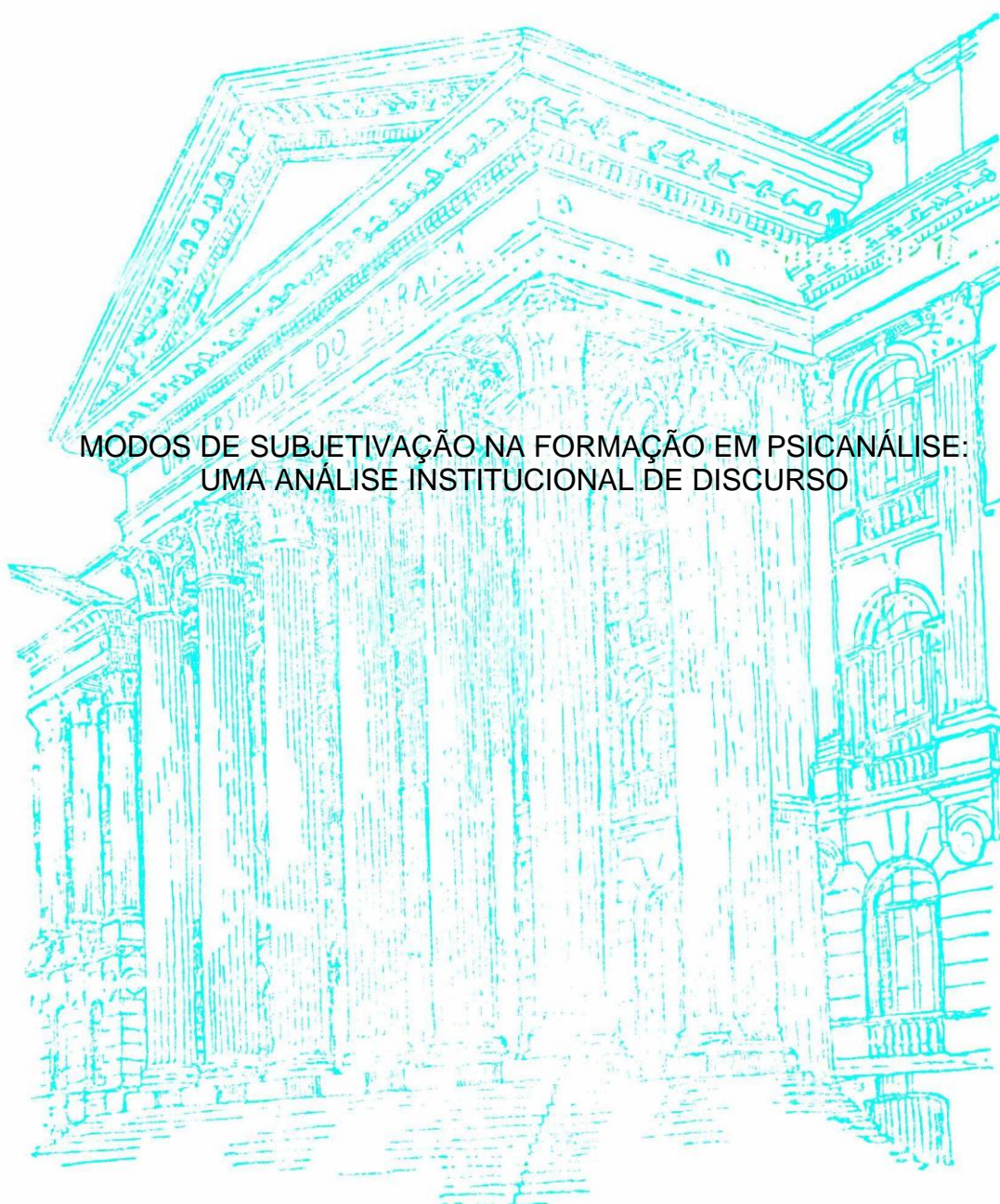


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENEE VOLPATO VIARO

MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE:
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DE DISCURSO



Curitiba
2011

RENEE VOLPATO VIARO

MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE:
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DE DISCURSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia, Departamento de Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências à obtenção do título de Mestre em Psicologia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Albanese Valore

Curitiba
2011

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Viaro, Renee Volpato

Modos de subjetivação na formação em psicanálise: uma
análise institucional em discurso / Renee Volpato Viaro. –
Curitiba, 2011.

162 f.

Orientadora: Profª Drª Luciana Albanese Valore
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Psicanalista - formação profissional. 2. Psicanálise.
3. Psicanálise - análise do discurso. I. Título.

CDD 150.195



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia
MESTRADO EM PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO
PSICOLOGIA


RENEE VOLPATO VIARO

**“MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA FORMAÇÃO PSICANÁLISE:
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DE DISCURSO”**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do
Título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado
em Psicologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR — Universidade
Federal do Paraná, e APROVADO (aprovada/reprovada) pela Banca Avaliadora
abaixo assinada.

Prof.ª Dr.ª Luciana Albanese Valore
Universidade Federal do Paraná
Professora orientadora

Prof.ª Dr.ª Nadja Nara Barbosa Pinheiro
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Professora Titular

Prof.ª Dr.ª Marlene Guirado
Universidade de São Paulo - USP
Professora Titular

Curitiba, 25 de fevereiro de 2011.

Disse que eu devia ter liberdade de escrever o que quisesse. Sucumbi. Que podia fazer? Senão ser a vítima de mim mesma. Só peço a Deus que ninguém me encomende mais nada. Porque, ao que parece, sou capaz de revoltadamente obedecer, eu a inliberta.
C. Lispector

AGRADECIMENTOS

À Luciana, pela “liberdade amparada” que me concedeu na orientação desta pesquisa. Pela dedicação e comprometimento que demonstra para com o trabalho de seus alunos. Pelo voto de confiança e atenção dispensados ao meu trabalho – desde a graduação. Pela chance de me permitir fazer o que amo e me dá sentido.

À minha mãe, Fátima, por dar significado a “amor”; ao meu pai, Roberto, por significar “comprometimento”; à minha avó, Dirce, por significar “força”; à minha irmã, Rafaela, por significar “felicidade”; e ao meu irmão, Betinho, por, em minha vida, significar “viver”.

A Hudson, por ressignificar “família”.

A Marlon e Suzana, por ressignificarem “amizade”.

A Suliane, Paula, Manoel, Gisele e Dulce por significados mil...

À Nadja, a quem novamente confio a valia de meu trabalho, e ao “Ciclo de Leitura Michel Foucault” por, entre *palavras e coisas*, contribuírem na significação da obra deste autor.

À Marlene, pela prontidão e acessibilidade com que me recebeu para discutir esta pesquisa e pela elaboração de uma analítica que possibilite ressignificar a psicanálise.

A todos que, de alguma forma, participaram na construção deste trabalho, incluindo os psicanalistas que me dispuseram suas palavras.

À Fundação Araucária, pelo apoio financeiro.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar possíveis modos de subjetivação no processo de formação do psicanalista. Para tanto foram entrevistados seis psicanalistas que se reconheçam como fazendo ou tendo feito um processo de formação em psicanálise. Sendo três deles pertencentes a uma instituição vinculada à IPA, e três a uma instituição lacaniana. As transcrições das entrevistas foram analisadas pelo viés da análise institucional do discurso, estratégia de pensamento desenvolvida por Guirado. Tomando o discurso como ato (em aproximação a uma concepção foucaultiana) e o processo de formação em psicanálise como um conjunto de práticas institucionais, pôde-se delinear, através do discurso produzido em situação de entrevista, os modos como os psicanalistas entrevistados se reconhecem e desconhecem em meio às práticas de formação, isto é, os modos como se subjetivam. Pelas análises das entrevistas foi possível delimitar algumas especificidades nos modos de subjetivação de cada grupo e também algumas regularidades que permitem os aproximar como parte de uma mesma instituição do processo de formar. Evidenciou-se o modo como os entrevistados vinculados à IPA subjetivam-se por meio de uma reafirmação direta de um espaço de ordem (gerando um efeito total de reconhecimento de si como psicanalistas), e os entrevistados lacanianos por meio de uma contraposição que destitui um outro (gerando um efeito parcial de reconhecimento de si como psicanalistas). Além disto, a análise pessoal apareceu, nas falas dos entrevistados de ambos os grupos, como o dispositivo privilegiado de produção do psicanalista, sendo encenada como uma relação produtora de saberes e verdades de si na qual e pela qual os entrevistados podem se reconhecer psicanalistas e desconhecer as resistências que comportam com relação ao discurso que os constitui: o discurso psicanalítico.

Palavras-chave: Modos de subjetivação. Análise institucional do discurso. Psicanálise.

ABSTRACT

This research aims to investigate possible subjectivity modes in the psychoanalyst's formation process. Therefore, have been interviewed six psychoanalysts that recognize themselves as doing or having done a formation process in psychoanalysis. Three of them belonging to an institution linked to IPA, and three to a Lacanian institution. The interviews' transcripts were analyzed by the bias of institutional discourse analysis, strategy of thinking developed by Guirado. Taking the discourse as an act (in approximation to a Foucauldian conception) and the formation process in psychoanalysis as a set of institutional practices, it was possible to delineate, through the discourse produced in interviews, the ways how the psychoanalysts interviewed recognize and disown themselves amid the formation practices, that is, how they subjectivate. By the interviews' analyses was possible to outline some specificities in the subjectivity modes of each group and also some regularities that allow to approximate them as part of the same institution of the forming process. It was evident how the interviewed linked to IPA subjectivate by means of a direct reaffirmation of an order space (generating a total effect of self-recognition as psychoanalysts), and the Lacanian interviewed by an opposition that deprives another (generating a partial effect of self-recognition as psychoanalysts). Moreover, the personal analysis appeared, in the speeches of interviewed of both groups, as the privileged production device of the psychoanalyst, being staged as a producer relationship of knowledge and truths of self in which and by which the interviewed may recognize themselves as psychoanalysts and disown the resistance that admit with respect to discourse that constitute them: the psychoanalytical discourse.

Keywords: Subjectivity modes. Institutional discourse analysis. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 PSICANÁLISE: UMA INSTITUIÇÃO, UM DISCURSO	13
2.1.1 Psicanálise: um gênero de discurso	28
2.2 MODOS DE SUBJETIVAÇÃO – NO LIMAR DA ARTICULAÇÃO	35
3 MÉTODO	48
3.1 ANÁLISE INSTITUCIONAL DO DISCURSO: UMA ESTRATÉGIA DE PENSAMENTO	48
3.2 PROCEDIMENTOS	64
4 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS – UMA CONFIGURAÇÃO POSSÍVEL	66
4.1 GRUPO DA IPA	68
4.1.1 Psicanálise	68
4.1.1.1 Aprendizado e (auto)conhecimento	68
4.1.1.2 Clínica e extra-clínica	72
4.1.2 Escolha (e/na análise pessoal)	76
4.1.3 Formação	81
4.1.3.1 Exigências institucionais	81
4.1.3.2 Mudanças e/no aprendizado	89
4.1.4 Psicanalista (requisitos institucionais)	94
4.2 GRUPO LACANIANO	101
4.2.1 Escolha	101
4.2.2 Psicanálise	106
4.2.2.1 Oposição, Distinção e Verdade	106
4.2.2.2 Psicanálise – conservação e mudança	111
4.2.3 Psicanalista	116
4.2.3.1 Requisitos	116
4.2.3.2 Dificuldades	121
4.2.4 Formação	130
4.2.4.1 Formação e/na análise pessoal	130
4.2.4.2 Formação e mudanças pessoais	133
5 DISCUSSÃO	137
5.1 ENCONTROS E DESENCONTROS DISCURSIVOS	138
5.2 ANÁLISE PESSOAL COMO DISPOSITIVO PRIVILEGIADO DE PRODUÇÃO DO PSICANALISTA	148
6 PALAVRAS DERRADEIRAS	154
REFERÊNCIAS	156
ANEXOS	159
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	159
ANEXO B – FORMULÁRIO DE DADOS PESSOAIS	160
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO	161

1 INTRODUÇÃO

Chamo mau e desumano a isso: a todo esse ensinamento do único, do pleno, do imóvel, do saciado, do imperecível.
F. W. Nietzsche

Abordar a psicanálise como instituição e daí gerar questão, eis a finalidade última deste trabalho. E se a isto se propõe, seguem-se, é claro, desdobramentos. Sendo o primeiro deles, a título de problematização inicial, a flexão sobre a própria proposta e a derivação de seus termos: instituição, psicanálise, questão e abordagem. A começar pela instituição.

Instituição: podemos delinear o entendimento deste termo assinalando que, desde Freud, o saber psicanalítico é produzido e re-produzido de *certa(s) maneira(s)*, e não de outra(s). Do desenvolvimento de uma escuta da sintomatologia histórica aos escritos que tal prática gerou, criou-se não apenas um modo de se clinicar e compreender o dito psiquismo, mas também um modo de pensar – com tudo o que isso implica. Um pensar que, grosso modo, se repete ao longo de mais de um século de história em determinados moldes, determinadas formas, numa, pode-se dizer, forma-ação. Constituindo, na reprodução desse modo de pensar, um processo de legitimação de um campo de saber, um método, um objeto, de personalidades e seus respectivos grupos, etc. Certas práticas, certas relações, repetem-se, então, em seus padrões básicos e ganham, com isso, aos olhos de quem as faz, naturalidade e legitimidade. (Guirado, 2000).

Temos aí o cerne do conceito de instituição que instrumentará o presente trabalho, qual seja, um conjunto de relações sociais que se repetem e que, enquanto se repetem, legitimam-se. Disparando ainda, a própria legitimação desses modos de se relacionar, efeitos de reconhecimento de sua naturalidade e de desconhecimento de sua relatividade – segundo informa a Análise Institucional do Discurso (AID), analítica da subjetividade desenvolvida por Guirado (2009). Logo, quando aludimos a uma análise institucional da psicanálise, não fazemos referência a qualquer instituição de formação, com seu ambiente físico, atribuições de funções a seus membros, cronogramas, atividades, etc. Mas sim ao conjunto de relações, práticas e idéias, ou ainda, ao conjunto de práticas discursivas que perpassam a psicanálise

como um todo, constituindo assim, além da própria psicanálise, seu agente privilegiado, o psicanalista – esteja ou não esse conjunto assentado numa instituição concreta¹.

Psicanálise: tendo em vista a concepção de instituição norteadora deste trabalho, suscitar aquilo que se institui na psicanálise seria por si só tarefa infundável. É necessário operar ainda outros recortes. Assim sendo, efetua-se aquele que estabelece o ângulo pelo qual a psicanálise será institucionalmente analisada: o do processo de formação. Ao instituir o processo de formação como ângulo de análise, estamos delimitando um recorte, dentre muitos possíveis, a partir do qual trataremos da relação psicanalista-psicanálise. E se fazemos tal recorte e não qualquer outro, é por considerar a formação como dispositivo privilegiado no qual e pelo qual o psicanalista acontece; consideramos que são nas e pelas práticas de formação que o psicanalista se constitui e é constituído. A importância desta afirmação reside ainda no fato de que abordar a psicanálise pelo processo de formação não implica em aprofundar estudos sobre o próprio processo, uma vez que ele não é o alvo do trabalho, mas seu referencial de enfoque.

Questão: tomamos a formação em psicanálise como ocasião para uma análise das relações instituintes/instituídas que ali se dão, mas não somente – nem exatamente. Pois se o fazemos é com o intuito de **investigar possíveis modos de subjetivação presentes no processo de formação do psicanalista**. Pelo recorte de uma análise institucional do discurso, calcamos tais modos nos efeitos de reconhecimento e desconhecimento instituídos (e instituintes) numa formação psicanalítica. E se a AID concebe uma subjetividade institucionalmente matriciada, tais efeitos estarão intimamente relacionados à própria constituição subjetiva, como veremos adiante. Estabelecido tal objetivo, delimita-se a seguinte questão norteadora: que modos de subjetivação a instituição psicanalítica propicia no processo de formação?

Certamente que não nos propomos a uma espécie de “mapeamento exaustivo” das subjetividades, como se estivéssemos lidando com um terreno mensurável. As possibilidades subjetivas advindas num processo de formação psicanalítica são inúmeras. O que nos leva a demarcar uma problematização parcial

¹ Marcando a diferenciação entre instituição como instituição concreta (estabelecimento ou organização) e prática discursiva (conjunto de relações que se repetem e se legitimam), conforme faz Albuquerque (1977, citado por GUIRADO, 1986b).

que atinge *algo* de *algumas* possibilidades. E não é por acaso que salientamos o caráter de parcialidade desta elaboração, como esperamos demonstrar ao longo da mesma.

Reconhecemos, portanto, que nosso objeto de estudo – os modos de subjetivação da/na instituição psicanalítica – encontra-se circunscrito e situado na relação psicanalista-psicanálise. E fazemos semelhante menção para situar que nosso escopo analítico formaliza uma relação constitutiva na qual toda e qualquer psicanálise não existe senão nas práticas relacionais promovidas por seus agentes. E que todo e qualquer agente psicanalítico não existe senão nas práticas relacionais promovidas na instituição psicanálise. Trata-se, então, de uma investigação que ao focar o procedimento de produção do psicanalista, busca saber como o mesmo se reconhece/desconhece produzindo as e sendo produzido pelas práticas de formação. Nenhuma exclusividade psicanalítica, diga-se de passagem.

Abordagem: é na afirmação de semelhante relação de interioridade entre psicanalista (agente privilegiado de nosso discurso) e psicanálise que podemos eleger essa mesma relação como âmbito de nosso objeto de estudo. Contudo, primando pelo rigor metodológico, pontuamos que nossas análises não se detêm sobre a relação psicanalista-psicanálise no processo de formação propriamente dito, mas sim no que tanto dessa relação possa vir a ser encenado na relação entrevistador-entrevistado. Para a execução desta pesquisa foram realizadas, portanto, entrevistas com psicanalistas que se reconhecem como fazendo ou tendo feito uma formação em psicanálise. Nosso *corpus* analítico foi, então, o discurso produzido em situação de entrevista, e, por meio deste quadro acadêmico, esboçamos um quadro outro, a saber, o da relação constitutiva psicanalista-psicanálise de modo que pudemos delinear alguns efeitos subjetivos dessa/nessa relação (psicanalista-psicanálise) através de uma outra (entrevistador-entrevistado). Fazendo uso de um enquadre discursivo estudamos outro.

E é também nesse sentido que nossa proposta justifica-se: estudar um discurso (de alguns psicanalistas) por meio de outro (da AID) é criar oportunidade para contraposição de perspectivas acerca de temas, consideramos, bastante instituídos e legitimados. De forma a estabelecer um debate que contorna, em alguma medida, a auto-referência de um discurso, ao permitir que os comentários e afirmações produzidos em situação de entrevista possam ser lidos por lentes diversas daquelas utilizadas pelos entrevistados.

Espera-se, com semelhante problematização, trazer à baila aspectos presentes, porém, consideramos, nem sempre discutidos numa formação psicanalítica (como as circunscrições do que é, ou não, considerado psicanalítico, as impressões sobre o próprio processo de formação que está se dando, os requisitos que são, explícita e implicitamente, solicitados ao psicanalista em formação, os jogos de força constituídos em momentos de discordâncias teórico-práticas, etc.) de modo a contribuir na mobilização de arranjos solidificados.

A partir do momento em que propomos uma questão sobre a relação com/na psicanálise, não podemos nos isentar de ocupar um lugar e nos mostrarmos como agentes dessa e nessa instituição. Diante disso, torna-se válido precisar, mesmo que brevemente, a história desse questionamento²: a presente indagação remonta aos meus anos de graduação, quando participei de seminários em algumas escolas de ensino e transmissão de psicanálise (lacanianas), quando, na universidade, observava o estilo das aulas de psicanálise, dos professores (e as respectivas diferenças entre os discursos psicanalíticos veiculados, e também entre esses últimos e os de outras disciplinas); o modo como, em meio a tamanha pluralidade de perspectivas, definia-se e defendia-se o que era ou não psicanálise, e os efeitos que isso gerava (e ainda gera); as impressões que eu os colegas demonstrávamos em relação àquela(s) psicanálise(s), isso em meio ao um processo de escolha de abordagem teórica que já então nos constituía como os psicólogos que viríamos (e estamos) a ser; e, principalmente, a maneira como um certo discurso psicanalítico (hoje reconhecido como de acento laciano, mas, na época, apresentado como freudiano simplesmente) afirmava-se como única possibilidade legítima de psicanálise, deixando tudo o que lhe era alheio e/ou diferente sob o signo de uma “inautenticidade psicanalítica”, por assim dizer.

Essas e outras observações foram constituindo, pois, indagações acerca de efeitos que se dão na relação com a e na psicanálise, bem como acerca da psicanálise que assim se faz. De modo que hoje tais indagações puderam ser articuladas na forma da presente elaboração.

*

² Até o final deste parágrafo, excepcionalmente, o texto toma a forma da primeira pessoa do singular por conta da pessoalidade do questionamento e das observações que se seguem.

Daremos prosseguimento explanando os termos constituintes da estratégia de pensamento adotada, quais sejam, *instituição*, *discurso* e *gênero de discurso*, para que a psicanálise possa ser com eles pensada. Avançaremos tratando ainda de outro termo fundamental para a AID: *sujeito*. De modo que a concepção de subjetividade que calça nossas análises seja evidenciada. Posteriormente situaremos nosso método de *análise* naquilo que ele diferencia-se de uma hermenêutica, evidenciando, assim, a forma como os conceitos anteriormente abordados constituem um recorte metodológico capaz de sustentar as análises a serem realizadas na sequência. Uma vez apresentadas as análises das entrevistas realizaremos uma discussão de modo a relevar os modos de subjetivação que puderam ser configurados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PSICANÁLISE: UMA INSTITUIÇÃO, UM DISCURSO.

Quais são, em última análise, as verdades do homem?
– São seus erros irrefutáveis.
F. W. Nietzsche

A despeito do encerramento do tópico anterior, isto é, do encerramento do texto que introduz e, supostamente, constituiria por si só a problemática aqui em cheque, gostaríamos de esclarecer que tal divisão não se sustenta e que, na realidade, a problemática levantada estará sendo (re)constituída ao longo de todo o trabalho. A cada página estaremos, então, objetivando nossa questão e animando nosso objeto.

Foi dito que o trabalho em pauta é de uma análise institucional da psicanálise, bem como, que por “institucional” não se faz menção direta a qualquer estrutura físico-burocrática de um instituto de formação ou escola de psicanálise. Válido lembrar ainda, que ao considerar a “instituição psicanálise” não remetemos igualmente a uma espécie de história do processo de institucionalização do movimento psicanalítico. Do que se trata então? Antecipando a resposta, pode-se dizer que a análise institucional aqui visada diz de uma perspectiva analítica, não de uma área de atuação.

Calçada no pensamento de Foucault, Maingueneau, Freud e no entendimento institucional provindo de Albuquerque, Marlene Guirado cunha a Análise Institucional do Discurso – uma analítica da subjetividade – como uma organização de idéias, demonstrando assim, a possibilidade de configurar uma estratégia de pensamento que toma a psicologia (e a psicanálise) como instituição do conhecimento e da prática profissional, onde e como quer que ela se dê, na ação direta de seus atores: a psicanálise e o psicanalista, em nosso caso. Logo, o que está em questão é antes um modo de pensar, ao invés de uma área de atuação: “Nossa proposta visa dizer não de uma *área* de atuação, mas de um certo

dispositivo metodológico, de um certo modo de produzir... psicologia.” (GUIRADO, 2009, p. 35).

É ao estabelecimento dessa diferença entre um modo de pensar e uma área de atuação institucional que Guirado se refere à tarefa infindável a que se propôs:

Demonstrar a viabilidade de pensar a psicologia como instituição e daí derivar a idéia de que onde e como quer que se a exerça, estaremos de algum modo reafirmando esse seu caráter; estaremos produzindo e/ou reproduzindo uma prática, um conjunto de relações, que reconhecemos legítima e naturalmente ser... psicologia. (GUIRADO, 2009, p. 25).

Se “institucional” refere-se a uma maneira de se fazer psicologia, urge saber a que conceito de instituição esse *modus operandi* recorre. Para o desenvolvimento da Análise Institucional de Discuso (AID) Guirado se apropria da conceituação lançada por José Augusto Guilhon de Albuquerque, sociólogo e cientista político, que, em linhas gerais, entende instituição como relações sociais que se repetem e que, nessa repetição, legitimam-se. Semelhante entendimento, sem dúvida, amplia consideravelmente o campo de apreensão do conceito, nos permitindo até mesmo pensar a vida social em geral como institucional, como sendo possível justamente por ser instituinte e instituída. As leis e padrões relacionais mais básicos se repetindo, afirmando, legitimando e ganhando assim, naturalidade aos olhos de quem os faz. “Instituição é, assim, esse fazer que se repete e que, na ordem das representações, move os efeitos de reconhecimento de sua legitimidade e de desconhecimento de sua relatividade entre outras formas possíveis de se fazer (e, por que não, nesse sentido, de ser).” (GUIRADO, 2000, p. 81). Nenhum grande esforço para levarmos tal conceito ao processo de formação em psicanálise, às inúmeras definições do que é a psicanálise propriamente dita, ao que se espera de um psicanalista...

Se tomamos a instituição como um conjunto de *relações* sociais, como a instituição de modos de se relacionar, podemos avançar afirmando que a instituição, ela mesma, constitui-se nessas e por essas relações. Que “em algum momento da história e para dar conta de certas necessidades e urgências sociais, os homens foram se organizando de determinada forma, e essa forma de organização ou de relação vai-se perpetuando” (GUIRADO, 1997) e que, assim, a instituição vai acontecendo; ali, diretamente na e pela prática relacional de seus agentes, não

podendo a instituição existir senão no exercício de seus atores, que a constituem praticando-a. A relação ator institucional – instituição é, portanto, de interioridade.

Interioridade cuja explicitação opera uma quebra em nossa própria relação com a instituição, pois, a partir de tal compreensão, não cabe mais apreendê-la como superestrutura que nos determina unicamente. Nós a fazemos e “necessitamos”, em alguma medida, visualizá-la deste modo totalizante para que possamos continuar com nosso fazer como ato reconhecido em sua naturalidade e desconhecido em sua relatividade. Inserimo-nos neste universo não somente aceitando suas predeterminações, mas as reproduzindo de maneira a propiciar que as mesmas continuem a ser como são para que possamos dar continuidade à nossa inserção e ao nosso fazer tão caros e legitimamente psicanalíticos. E, lembramos novamente: nenhuma exclusividade psicanalítica; nenhum mal a ser perseguido. Porém, em nossa argumentação, uma dinâmica a ser reconhecida e quem sabe mobilizada.

Naquele jogo de necessidades e urgências sociais constituintes da instituição, lugares vão-se delineando, isto é, lugares institucionais em que os atores colocam-se e são colocados de modo a atuarem por meio daquilo que Guirado (2009) denomina *relação de clientela*. É nessa relação que os lugares de *agente* e/ou *cliente* institucional ganham contorno, fazendo com que, a partir daquele jogo de necessidades e urgências, os atores representem imagens daqueles que oferecem e/ou demandam um serviço que atenda tais carências. As imagens formadas nesse jogo não são, entretanto, simples imaginação, e sim efeitos de relações sociais, ou ainda, **representações**, se as entendermos como o jogo de efeitos de reconhecimento e desconhecimento provindo do exercício legitimador daquela relação (ao invés de símbolos de uma outra realidade exterior a tal exercício). Aquilo que estamos chamando de representação, desenrola-se, portanto, no campo da ação, da prática, das relações **concretas**. Sendo que por *concretas*, não se faz estrita menção às relações que se dariam numa organização, como uma escola, por exemplo; a relação de clientela extrapola, por certo, tal concretude – sem, contudo, negligenciá-la. Pois quando dizemos que a representação se dá no campo das relações concretas, estamos dizendo que representação e relação social são indissociáveis de forma tal que a concretude desse relacionamento, ou ainda, que o termo “concreto” designa o “ponto de entroncamento que abrange o nível

empírico mas não se reduz a ele. A articulação contempla também os planos imaginário e social.” (MACHADO, 2006, p. 57). Assim, é nas relações concretas que

[...] os atores institucionais representam sua própria imagem como agentes institucionais e [...] formam imagens dos papéis dos demais atores. Tais representações não são, evidentemente, fruto da pura imaginação, individual ou coletiva, mas são efeitos de *relações sociais*. (ALBUQUERQUE, citado por GUIRADO, 1986a, p. 40 – grifo do autor).

Podemos agora situar que é também na relação de clientela que se configura o objeto institucional, isto é, “[...] aquilo em nome de que a instituição se faz, e sobre o que reivindica monopólio de legitimidade. Esse objeto é imaterial, impalpável e, ao mesmo tempo, o que mais propriamente caracteriza uma instituição.” (GUIRADO, 2009, p. 146). De tal sorte que, constituindo toda instituição seu objeto, a instituição AID constitui como objeto próprio justamente

[...] as relações; mas não as que materialmente se dão e sim, tal como imaginadas, percebidas, representadas pelo sujeito. [...] o universo de suas representações e afetos. [...]

Esta concepção do objeto da Psicologia nos aproxima da Psicanálise. Freud, revendo a teoria original da sedução, afirma que o que importa no tratamento da histeria não é a realidade de ter sido seduzida mas sim, o desejo ou a fantasia de sedução. Esta ‘descoberta’ atribui um estatuto de concreticidade ao fato psíquico, que não o reduz ao factual ou ao constitucional. Privilegia com isto os afetos, as fantasias, as representações (inconscientes) e não mais os ‘acontecimentos’ ou as (dis)funções orgânicas. Privilegia a determinação simbólica e imaginária do sujeito. Este não é constituído apenas por uma funcionalidade fisiológica ou por um conjunto de fatos e acontecimentos reais, mas, sobretudo pela forma como singularmente os vivencia, percebe, imagina – pela forma com os organiza. [...]

Como essas relações concretas se dão sempre nas e pelas instituições sociais, pensar tal intervenção psicológica supõe configurar-se um objeto que articule o universo singular que Freud descobre no contexto da prática clínica e o universo das relações institucionais que o extrapolam.

A definição de instituição de Guilhon de Albuquerque, contribui para isso: a instituição não é um lugar no espaço ou uma organização em particular, mas um conjunto de práticas ou de relações sociais concretas (que se reproduzem e, nesta reprodução, se legitimam). Trabalhar com Psicologia Institucional não seria, portanto, trabalhar no espaço físico de uma instituição, seja ela qual for; reeditar a compreensão e a técnica de trabalho da relação psicoterapeuta/cliente, examinador/examinado, selecionador/selecionado. Seria sim, trabalhar com as relações de determinada prática institucional. (GUIRADO, 1986b, p. 71-72).

Assim, pensar o processo de formação em psicanálise como prática institucional implica em pensar os diversos mecanismos forjados para a transmissão deste saber, desde a própria análise pessoal até as supervisões clínicas, passando pelos estudos teóricos – em referência ao disseminado tripé da formação analítica.

São nas práticas de formação, nelas mesmas, tomadas como oportunidade de análise da relação constitutiva do psicanalista (na) e da psicanálise, que modos de subjetivar nessa e por essa instituição acontecem.

Evidencia-se, pois, que não é gratuitamente que constituímos a relação psicanalista-psicanálise como nosso objeto de estudo. Considerando-a como uma relação concreta, elegemos as representações que o psicanalista constrói sobre a psicanálise, ou ainda, seus modos de (se) organizar (n)a própria psicanálise, como prática discursiva onde será possível (segundo nossas expectativas) evidenciar o que se afirma como “efeito natural” daquilo que seria a psicanálise, de se estar em seu campo, de ser um psicanalista, etc. (e, de quebra, evidenciar o desconhecimento de outras possibilidades). Evidências que se materializam **no e pelo discurso** – desses sujeitos e nosso. Nosso objeto situa-se, assim, nas relações tal como se organizam no discurso produzido durante nossas entrevistas, de forma a configurar efeitos de reconhecimento e desconhecimento a partir dessas falas. Por meio da relação discursiva de entrevista configuraremos as representações (os efeitos de reconhecimento e desconhecimento) que permeiam a produção da subjetividade do psicanalista num processo de formação. As relações eleitas como objeto da AID (e desta pesquisa) são relações concretas e, portando, discursivas.

Assim introduzimos o termo que, ao lado de “instituição”, forma, de acordo com Guirado (2009), o quadro referencial desta estratégia de pensamento: discurso. Adentremos o termo no sentido de melhor situar sua concretude.

*

Começamos situando a apropriação do conceito de discurso realizada pela Análise de Discurso (AD) de Maingueneau³ e pela AID de Guirado.

Como Guirado (1995) bem explicita, seja em psicanálise, na maior parte da psicologia ou na análise do discurso propriamente dita, estamos sempre às voltas com a palavra, com a linguagem, com o discurso. Trata-se da matéria-prima desses campos. E, talvez, justamente por ser tão cotidiano e familiar tal termo tenha sofrido de certa imprecisão por parte daqueles que lhe são íntimos, como se maiores esclarecimentos ao seu respeito fossem supérfluos ou redundantes, uma vez que a

³ Filósofo, lingüista de orientação pragmática e expoente na análise do discurso francesa, tomado como referência para a elaboração da AID de Guirado.

prática diária já o teria explanado e incorporado, por assim dizer, como experiência vivida. Mas façamos um esforço para ver com olhos de estranhamento aquilo que, ao que tudo indica, sempre nos permeou.

E, para facilitar nossa tarefa, comecemos pelas semelhanças. “Uma das afirmações que se pode partilhar entre a Psicanálise e a Análise do Discurso é a de que o discurso não é transparente; isto é, não é possível ver, ou melhor, ouvir outra realidade, imediatamente, por meio dele.” (GUIRADO, 2000, p. 43). A partir desta similitude estabelece-se a diferença em torno das teorizações que sustentarão a afirmação num campo e noutro: enquanto Freud se apóia numa censura inconsciente responsável pela deformação que o material latente sofre para se manifestar (e aí entram os mecanismos de condensação e deslocamento), Maingueneau nos trará a idéia de *índices de heterogeneidade discursiva*⁴ como responsável pela não-transparência do discurso. Dizer que o discurso não é transparente ou que é heterogêneo, é afirmar que não se deve “tomar como verdade do sujeito o que ele fala no plano da comunicação consciente.” (GUIRADO, 2000, p. 45).

Em sua familiaridade habitual, o termo *discurso* é entendido como sinônimo de linguagem representacional, como forma de expressão de uma realidade. Nessa perspectiva, realidade e discurso guardam entre si uma relação de exterioridade, como bem observa Dominique Maingueneau:

A concepção espontânea que a gente tem do discurso, da linguagem em geral, é a idéia de que a realidade é fundamentalmente não-verbal e que o discurso chega depois para refletir essa realidade. Na concepção clássica a linguagem é uma representação da realidade. (MAINGUENEAU, citado por GUIRADO, 2000, p. 26)

Numa concepção representacional da linguagem, portanto, o discurso presta-se a refletir uma dada realidade, externa ou interna. Assim, por exemplo, ele pode ser a descrição de um objeto concreto ou a expressão de um pensamento. Mas será sempre esse intermediário que fica entre o sujeito cognoscente e a realidade alvo de sua atenção. E, uma vez que essa última existe por si só, uma vez que uma realidade prévia e independente é assumida, justifica-se a busca pelo

⁴ Indicadores do atravessamento que o discurso sofre: polifonia (multiplicidade de vozes numa fala); ironia (divisão do sujeito no discurso); pressuposição (enredamento em sentidos não manifestos); paráfrase (tentativa de controle do sentido da própria fala); modalização autonímica (não coincidências do discurso); metadiscurso (capacidade de falar da própria fala, do discurso se representar enquanto se produz); imitação; negação; divisões de sentido; etc.

conhecimento de sua objetividade. Palavras (como discurso representativo) e coisas (como realidade já dada) estariam em âmbitos distintos e caberia ao sujeito cognoscente bem operar um método que permita, com as palavras, fidedignamente falar sobre a realidade das coisas. Na concepção representacional, portanto, palavras e coisas pré-existem, verdades as habitam silenciosa e pacientemente à espera do golpe de lucidez que as revelarão. A função das palavras, seria transmitir, finalmente, o que o método operado pelo sujeito cognoscente foi capaz de descobrir sobre as coisas. O discurso *traduz* a verdade das coisas; *traduttore, traditore*.

Mas a teoria do discurso, para ser consistente teoricamente, tem de ser fundamentalmente pragmática. Se você não parte do princípio que o discurso é uma atividade, se você considera a instituição fora da linguagem, e a linguagem fora da instituição, não é possível pensar a articulação. É um fenômeno de integração recíproca: o discurso está na instituição, e a instituição também se configura por meio das instituições do discurso. A linguagem representa uma realidade mas, também, é uma parte dessa realidade... O discurso é um dispositivo social, mas também é uma representação dessa sociedade. É uma coisa paradoxal, mas é preciso pensar com o paradoxo. (MAINGUENEAU, citado por GUIRADO, 2000, p. 26-27)

Não sendo gratuita a referência a *As Palavras e as Coisas*, faz-se necessário re-situar o discurso na AID de modo a tornar compreensível o paradoxo apontado por Maingueneau. Estamos agora no âmbito das idéias de Michel Foucault, autor segundo o qual o discurso define-se como *formação discursiva*, isto é, como

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 2005, p. 133).

O discurso não representa somente, antes, constitui. As coisas em sua objetividade e as palavras em sua representatividade, nada mais são senão miragens. As coisas não existem, os objetos são assim forjados somente em relação ao conjunto de regras que permitiu formá-los, ou seja, o que permite sua formação é um “conjunto de regras” (anônimas, históricas...), é a formação discursiva. Tampouco existem as palavras, a linguagem séria que investiga as coisas pode, igualmente, existir somente em relação ao regramento que permitiu constituí-la como tal. O que permanece é o ordenamento, situado no tempo e no espaço, que

permite/constrange tais formações e a relação de interioridade que essas últimas manterão com o ordenamento que as possibilitou, reiterando-o e/ou modificando-o.

Deste modo, na recusa a uma concepção representacional do discurso, a AID ressalta seu caráter de acontecimento⁵ para estabelecê-lo como ato. O discurso determina, então, as condições de possibilidade de surgimento e ordenação dos saberes, e assim, insere-se diretamente na realidade, como uma atividade, deixando de ser somente sua representação, seu reflexo, sua tradução. Ele passa a constituir domínios, objetos, métodos e técnicas passíveis de serem pensadas em dado momento histórico; ele é parte constituinte/constituída da realidade que as palavras representariam apenas.

Mais que enunciar, discursar implica, então, em regramento, em ordenação, implica em definir as condições de exercício da função enunciativa. Sendo que, desta forma, o discurso incide sobre sua própria produção, pois serão a estas condições que estaremos sempre sujeitos ao enunciar. Quando discursamos o fazemos submetidos a uma ordem. Ordem que nos antecede e nos posiciona, determinando o escopo de nossas enunciações ao lugar que nela ocupamos e conferindo legitimidade aos enunciados produzidos dentro de tal escopo. Ordenamento que não somente organiza, mas é constantemente reorganizado: pois ao discursar, ao fazer proliferar o discurso, estamos redefinindo o conjunto de regras ao qual nossas enunciações estão sujeitas, assim, ao compor nossas proposições mais ou menos científicas estamos reiterando/modificando a ordem a qual estamos submetidos, ou seja, a própria proliferação do discurso é (re)definidora das condições de exercício da função enunciativa. É deste modo que o discurso pode, paradoxalmente, representar uma realidade social ao mesmo tempo em que funciona como dispositivo regulador dessa realidade, tal como apontou Maingueneau.

Se o discurso dispõe condições de enunciação e lugares, e se aí justamente relações de poder-saber⁶ acontecem, ele, então, não é exatamente palavra, mas também não é exatamente coisa, é regramento historicamente situado a partir do

⁵ “É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada.” (Foucault, 2009a, p. 28)

⁶ “É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. [...] É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta.” (Foucault, 1984, p. 95-96).

qual certas condições de possibilidade (das palavras e das coisas) se dão. É, finalmente, “regime discursivo” no qual efeitos de poder próprios do jogo enunciativo constituem palavras e coisas qualificadas como verdadeiras (ou falsas) e mecanismos de sujeição a elas vinculados. É **prática** discursiva.

Afirmamos acima, com base em Guirado, que a instituição é, antes de mais nada, a instituição de modos de se relacionar – ordenamento. Bem como, que sua existência não pode ser concebida senão na prática de seus atores, que a constituem enquanto são por ela constituídos. Agora, com a conceituação lançada por Foucault, afirmamos que o discurso é tomado como um conjunto de regras que define o exercício da função enunciativa – regras instituintes. Bem como, que a formação discursiva **é uma atividade** restritora/possibilitadora dos enunciados que produz enquanto é por eles produzida e restringida/possibilitada. Destarte, instituição e discurso passam a figurar como termos equivalentes na AID. Termos cuja principal função é a de operarem como conceitos que remetam uma prática que mantém relação de interioridade com seus efeitos. Ou, nas palavras de Lima (2007, p. 33-34):

Conceber o discurso como ato implica pensá-lo como um dispositivo que institui, como instituição. Com isso [...] apontamos para a indissociabilidade dos termos ‘instituição’ e ‘discurso’, ou melhor, para o imbricamento conceitual entre ambos, o qual delimita nosso campo de ação.

Considerando o imbricamento das noções de discurso e instituição, pode-se retomar a afirmação realizada dizendo agora que, ao elegermos as relações concretas produzidas em situação de entrevista como *corpus* de análise, estamos também elegendo relações discursivas, uma vez que o discurso é, ele mesmo, um dispositivo instituinte constantemente reconstituído pelos efeitos que nele e dele se dão.

Semelhante aproximação rende, ainda, um deslocamento analítico: se, quando se fala, fala-se sempre do interior de uma instituição discursiva, ganha importância a indagação acerca de tal engenho instituinte, ou ainda, sobre o modo de produção do discurso. Uma vez que o modo de produção discursiva ganha uma relação de interioridade com a realidade que lhe é própria – o ato, o dispositivo, a instituição regulando a produção do próprio discurso –, a interrogação que se coloca não é mais sobre um sujeito que produziria imanentemente o discurso, ou sobre causas sociais externas para sua produção, mas sobre suas próprias condições de

produção. Não se pergunta qual o sentido encoberto da/na fala do sujeito. A interpretação enquanto questão cede lugar para as condições de produção daquela fala, daquele acontecimento.

É esta consideração para com o próprio modo de produção que estabelece, também, afinidade entre a análise do discurso de Maingueneau e a proposta de Guirado:

Essa é a condição que torna a AD de Maingueneau uma espécie de análise que enuncia seu modo de produção em um contexto histórico que envolve a lingüística, bem como enuncia o contexto de suas possibilidades atuais. Por isso, enunciamos, nos também, que a AD com que trabalharemos é aquela tal como ele nos apresenta (AD de Dominique Maingueneau). Não porque pensemos que seja ela sua criação; e sim, porque o discurso sobre seu objeto (o discurso) na AD de Maingueneau, supõe seu modo de produção. (GUIRADO, 2009, p. 102).

Ao se considerar o discurso como instituição ganha especial importância o contexto em que o mesmo ocorre, como veremos adiante. No momento depreenderemos um outro aspecto do conceito de discurso que vem sendo exposto; aspecto que se relaciona com a definição das regras de enunciação que o discurso-ato exerce.

Ao definir tais regras o discurso distribui lugares de enunciação, posicionando os personagens e gerando expectativas em torno desses lugares:

[...] os discursos são dispositivos-ato, (por)que supõe, para seu exercício, uma posição, um lugar, que é um lugar na enunciação; isto é, um lugar prenhe de palavras para ouvir e falar; com os efeitos que isso pode ter sobre a ação de um e outro em relação, num determinado contexto. (GUIRADO, 2009, p. 38).

Temos aqui uma oportunidade de entrever a relação que o discurso estabelece com a subjetividade. Ao se considerar que a definição das regras de enunciação operada pelo discurso posiciona personagens traçando um jogo de expectativas entre os falantes, vemos advir mais claramente a dimensão subjetiva presente na produção discursiva. Percebe-se que funcionar como dispositivo que define os modos de enunciação implica o discurso diretamente na organização subjetiva, ou melhor, implica-o enquanto regulador da posição imaginária em que o falante reconhece (e desconhece) a si e ao outro, ao mesmo tempo em que ele (o discurso) será produzido e partir de tal posição, deixando margem a múltiplas possibilidades no jogo de expectativas assim instaurado – possibilidades que vão da

(re)afirmação daquela posição até sua subversão, sofrendo também o discurso as marcas desse jogo.

Identificam-se aí os traços da Teoria da Enunciação na AD francesa, propondo um sujeito construído nas e pelas relações discursivas, um sujeito que produz discurso e, no mesmo ato, é produzido por ele. A temática do sujeito será retomada posteriormente e com maiores detalhes, neste momento nosso intuito é deixar assinalada a íntima relação existente entre a concepção de discurso como ato-dispositivo-instituição e a produção de subjetividade.

Arrematando:

Como se pode notar, pela pragmática, o que se entende por discurso, remete imediatamente à idéia de algo além da palavra, embora não se a dispense. Remete à idéia de legitimação de posição; remete a mostração, a co-enunciação. Ora, para além do dito, é o dizer que é fato, ato. Ato que constitui sentidos, na medida em que se dá num contexto que enlaça dizer e dito. A orientação pragmática da AD, portanto, vai ao encontro da concepção de discurso ato-dispositivo, instituição que, como dissemos, Foucault enuncia no *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1969/1997) e no *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 1971/1996). (GUIRADO, 2009, p. 111).

Convidamos, então, o leitor a uma breve excursão na *ordem discursiva* mapeada por Foucault para melhor situar, ainda, a noção de discurso e focar alguns mecanismos institucionais descrito nesta obra capazes de instrumentar nossa proposta.

*

Na abertura de seu texto Foucault situa, por parte de nossa sociedade, uma inquietação:

[...] inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Tendo afirmado que, em réplica a esta inquietação, constituímos duas formações opostas, a saber, um desejo que diz:

‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queira ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse

ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz'. (FOUCAULT, 2008, p. 7).

E uma instituição que lhe responde:

'Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém'. (FOUCAULT, 2008, p. 7)

E continua hipotetizando que, em resposta à inquietação suscitada pelo discurso, em toda sociedade sua produção "[...] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade." (FOUCAULT, 2008, p. 8-9). Assim, diante das inquietações que levanta, são ativados procedimentos institucionais de conjuração da produção discursiva; diante das inquietações que provoca, o discurso é institucionalizado.

Nesse contexto caberia re-situar a análise *institucional* do discurso como uma análise da *ordem* do discurso? Julgamos que sim, haja vista o entendimento do próprio discurso como regramento da função enunciativa, bem como o apoio de Guirado nas idéias desta obra para fundamentar sua analítica. Analítica discursiva da **subjetividade**, lembremos. Pois não é nosso intuito sobrepor e/ou igualar a *instituição* de Guirado à *ordem* de Foucault (e vice-versa), e sim marcar algumas aproximações possíveis entre os termos num dado contexto específico (da *Ordem do Discurso*) de maneira a constituir nossa problemática, objeto, método... Enfim, nossa própria análise.

Arestas aparadas, voltemos ao texto de Foucault. Quando pinta o quadro de um "desejo de não adentrar a ordem do discurso" pode-se observar o colorido crítico com relação à idéia de uma transparência da/na linguagem que permitisse à verdade ser elevada das profundezas. Fica dito do que *não se trata* seu entendimento sobre o discurso: não é transparente e não desvela verdades profundas. Nenhum tesouro da significação, portanto. E, quando evoca a resposta social para tamanho desejo(/temor), vemos surgir uma instituição reguladora que garante a ordenação discursiva (e o apaziguamento daquele desejo/temor). A

instituição mencionada por Foucault parece ser a própria ordem à qual o discurso é submetido para que seus poderes e perigos, a aleatoriedade de seu acontecimento e sua materialidade sejam conjurados, dominados e esquivados, respectivamente. Tudo para que seu caráter político, de ato e de realidade material se torne, em alguma medida, inócuo, ou melhor, para que assim aparente ser. E para isso o *engenho instituinte* (retomando a expressão de Guirado, 1995) não cessa de repetir “palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades” (FOUCAULT, 2008, p. 8). Engenho que vai, inclusive, ao plano dos debates filosóficos:

Desde que foram os jogos e comercio dos sofistas, desde que seus paradoxos foram amordaçados, com maior ou menor segurança, parece que o pensamento ocidental tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra; parece que tomou cuidado para que o discurso aparecesse apenas como um certo aporte entre pensar e falar; seria um pensamento revestido de seus signos e tornado visível pelas palavras, ou, inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua postas em jogo e produzindo um efeito de sentido. (FOUCAULT, 2008, p. 46).

Em tempo, passemos aos procedimentos de ordenamento discursivo. Visando nossos objetivos, faremos uma breve menção aos mecanismos apontados pelo autor, detendo-nos na noção de *sociedades de discurso*. Foucault divide os procedimentos de ordenamento discurso em três grupos, um que se exerce, de certo modo, exterior ao discurso, outro interior, e um terceiro que se exerce na circulação discursiva.

O primeiro, que age externamente, é o chamado grupo dos procedimentos de *exclusão*, no qual Foucault especifica a *interdição*, a *separação* aliada à *rejeição* e a oposição *falso/verdadeiro*.

Além dos procedimentos de *exclusão*, Foucault nos menciona outra categoria de procedimentos de controle e delimitação do discurso, qual seja, a dos procedimentos de *ordenação* discursiva, quais sejam, o *comentário*, a *autoria*, e a *disciplina*. Se a categoria de procedimentos anterior domina os poderes do discurso agindo como que de seu exterior, esta engloba

Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso. (FOUCAULT, 2008, pg. 21).

Assim, pode-se refletir as delimitações dadas ao discurso psicanalítico. Pois considerando-o sob tal perspectiva, o discurso psicanalítico sofre diversas fixações. Algumas com base numa prática específica, outras em conceitos tidos como fundamentais, algumas outras numa técnica, e outras tantas cuja enumeração nos escapa. Fixações que, contudo, precisam atender a determinadas condições relativas a um objeto, a um método e a um horizonte teórico, como propõe Foucault. Condições que, caso não atendidas, podem lançar a uma “exterioridade monstruosa” alguma proposição. Nossa reflexão vai, finalmente, no sentido de atentar para a transitoriedade e artificialidade dessas condições de pertença ao “verdadeiro” que são reatualizadas em cada (re)definição do discurso psicanalítico, e que o é, quase que invariavelmente, feita com ares de naturalidade, como se a psicanálise não fosse passível de deslocamentos. Enfim, condições requeridas e exigidas para se estar no campo de produção de proposições psicanalíticas.

O terceiro grupo tem como característica principal a determinação das condições de funcionamento do discurso, visando controlar quem tem acesso até que região do discurso. Esse grupo de procedimentos seleciona os sujeitos que falam e em que medida o fazem, controla então a circulação, distribuição e apropriação do discurso. Figuram aqui as *sociedades de discurso*, os *grupos doutrinários*, os *rituais das palavras* e as *apropriações sociais*.

As sociedades de discurso têm basicamente a função de produzir e/ou conservar discursos num espaço fechado, de acesso restrito a determinados sujeitos apenas. A distribuição do discurso é controlada de maneira a que seus detentores não sejam despossuídos desta detenção por aquela distribuição. A divulgação discursiva é feita em torno de uma espécie de segredo, de exclusividade que o discurso porta, justificando o acesso limitado dos sujeitos a tal discurso. O “segredo” implícito em “fazer ciência” (aos olhos leigos) pode ilustrar a distribuição restritiva em jogo numa sociedade discursiva.

É, ainda, neste conceito que Maingueneau se apoiará para desenvolver a noção de *comunidade discursiva*: procedimentos de circulação de um discurso, que supõe o regramento das condutas como sinal de pertença a determinado grupo. O qual nos permite visualizar a psicanálise como um desses grupos:

Do ambiente físico até o modo de se vestir, andar e se dirigir ao paciente, sobretudo nas primeiras entrevistas, há um regramento implícito da conduta do profissional que o faz sentir-se parte de uma *comunidade discursiva*: aquela dos que são analistas ou psicoterapeutas que trabalham com essa

orientação. Pertencer a esta comunidade faz supor, por sua vez, que *falam a mesma língua*. Isso significa que, ora mais ora e menos diretamente, aprenderam das mesmas fontes teóricas, leram e creditaram os mesmos autores; ou seja, comungam as mesmas teorias e se autorizam a dizer em nome dos mesmos mestres. Também, isso implica um modo de pensar o que devem fazer como analistas, o que é análise, 'quem' é o paciente, porque sente o que sente, até onde se pode ir num determinado processo. (GUIRADO, 2009, p. 39).

Caminhando na construção de nossa problemática, relevamos o dito de Foucault quando afirma que os mecanismos de circulação e distribuição discursiva não se dão de forma separada uns dos outros, mas que, antes, acontecem geralmente juntos, imbricados em edifícios de “distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discurso e [de] apropriação dos discursos por certas categorias de sujeitos.” (FOUCAULT, 2008, p. 44). Ou seja, sociedades de discurso, doutrinas, rituais da palavra e apropriações sociais caminham juntos. Por meio de tal argumento consideramos a existência de mecanismos doutrinários da/na psicanálise agindo conjuntamente com os outros mecanismos de regulação discursiva; algo de um doutrinamento da/naquela comunidade. Pensamos em algumas formulações psicanalíticas que, tal como a doutrina em Foucault, constituem o psicanalista num campo enunciativo barrando outros lugares de enunciação, mas não da forma como qualquer instituição faz ao se firmar, e sim fundamentalmente através da heresia e da ortodoxia, precisando barrar outros entendimentos para manter a vinculação dos psicanalistas ao “discurso verdadeiro” e entre si. Interpretações dos textos freudianos rechaçadas e acusadas de falta de rigor e seriedade em tom de acusação de falta de fé, ou ainda, imposições de outras interpretações como enunciado balizador que dirá da pertença ou não-pertença do psicanalista à psicanálise.

Sabe-se que a formação em psicanálise não segue os moldes acadêmicos de sistema de ensino⁷ (não tradicionalmente, pois existem autores que defendem outras possibilidades, como Berlinck, 2008). E que existem divergências e desencontros com relação ao tema dentre as diferentes orientações. Diante de tal quadro, não assume lugar em nosso objetivo delinear estas especificidades e diferenças, mas antes verificar neste processo de formação (seja de qual orientação for), através do discurso dos entrevistados, aquilo que se institui gerando os efeitos

⁷ Apenas para citar um exemplo (lacaniano): “A particularidade do ensino da psicanálise reside no fato que nele é impossível seguirmos os moldes do ensino universitário.” (CABAS, 1992, p. 87).

subjetivos instituintes. Com isso julgamos abrir espaço para uma análise das apropriações do discurso psicanalítico realizadas pelos psicanalistas, naquilo que tais apropriações dizem de uma instituição discursiva ali constituída/constituente, com direito a pensar as ritualizações da palavra, a fixação de lugares para o falante, alguma doutrinação dessa/nessa instituição, a distribuição desse discurso, as exclusões e ordenações propiciadas, os jogos de verdade e poder que ali se configuram, bem como, os efeitos de reconhecimento e desconhecimento ali delineados.

Contudo, antes de seguirmos em nossos objetivos, pretendemos encerrar este capítulo com a apresentação de mais um conceito que auxiliará no esclarecimento da apreensão que fazemos da psicanálise. Até aqui falamos em “Psicanálise: uma instituição, um discurso”. Propomos agora uma espécie de reformulação deste título por meio da junção dos termos, por assim dizer, sob a forma “Psicanálise: um gênero de discurso”.

2.1.1 Psicanálise: um gênero de discurso.

Nosso objetivo imediato é a explanação da validade desta condensação de termos. Mas para tanto será necessário que primeiramente repassemos o conceito em pauta.

Gênero de discurso é um termo advindo da AD de Maingueneau que, ao lado dos conceitos de *cena enunciativa* e *comunidade discursiva*, permite, segundo Guirado (2000; 2009), trabalhar-se com uma psicologia aproximada da psicanálise (de Freud, especificamente), nas fronteiras com a lingüística, com a sociologia e com o pensamento de Foucault. Um ponto nodal de articulação, portanto, além de um instrumento que nos permite estabelecer recortes, perspectivas de análise em meio a um campo de interfaces. Desta forma, o GD se nos apresenta como um plano de análise em AID.

Iniciemos com a simplicidade de uma definição: o gênero de discurso é um “dispositivo social que regula a produção e a recepção de discursos, e [...] uma realidade empírica que é, ao mesmo tempo, uma organização verbal e um fenômeno social [...]” (GUIRADO, 2009, p. 114). Se a AD tem como proposta nuclear articular

um fenômeno social a uma dada organização textual, o conceito de GD, por ela proposto, responderá por tal articulação ao assumir a função de dispositivo social de regulação discursiva – de forma análoga ao próprio conceito de discurso cunhado por Foucault. E isso porque, conforme demonstra Guirado (2009), o GD, instituição e discurso, mantêm entre si uma relação de equivalência.

“O GD delimita certo intervalo de possibilidades de ação, é um quadro que permite que determinado enunciado seja apreendido e daí possa derivar uma conduta correspondente. O GD é uma forma de colocar os falantes em relação.” (LIMA, 2007, p. 34). Exemplificando: para que a aula universitária ocorra é necessário o atendimento de condições mínimas que garantam seu devir tal como o concebemos e esperamos (desde um ambiente físico favorável, até a presença de um professor, de estudantes, a apresentação de alguma temática de interesse comum das partes, a atribuição de lugares para esses sujeitos, o reconhecimento de tais lugares por aqueles que compõem a aula, etc.). Assim se estabelece a rede de condições que corresponde a cada gênero de discurso; um quadro delimitado que estabelece padrões de conduta para os atores envolvidos; um regramento da função enunciativa. Nesse sentido o GD pode ser entendido como instituição discursiva. Ao realizar tal aproximação Guirado, em seu diálogo com Maingueneau, formula a possibilidade de operar com o GD em psicologia.

[Instituição discursiva] Significa que o discurso é uma instituição, no sentido tradicional. Significa, também, que o discurso *institui*, instaura, as condições de sua própria possibilidade. O gênero de discurso é preestabelecido, mas também o quadro preestabelecido tem de ser relegitimado a cada enunciação. Os quadros genéricos são acordos tácitos; não existem como coisas. E são sempre suscetíveis de transformação. (MAINGUENEAU, citado por GUIRADO, 2000, p. 93).

O GD articula, ao nível do dispositivo, aquilo que há de preestabelecido ao que há de (re)criável a cada enunciação. Portanto uma realidade móvel, suscetível de transformação, como propõe Maingueneau.

Encontramo-nos implicados num esforço de explicar, de dar forma a um conceito que também se nos apresenta por códigos. Em nosso auxílio Maingueneau traz algumas metáforas que permitem caracterizar o GD: a do jogo, do teatro, do contrato e do ritual. Nenhuma delas expressa a totalidade do conceito, mas têm o poder de transmitir diferentes aspectos de seu funcionamento.

Como jogo o GD é um gênero de interação que tem regras constitutivas. Regras cujo estabelecimento permite certa previsibilidade nas ações e respostas dos sujeitos. Tal como uma partida de futebol, uma aula universitária supõe que os sujeitos respeitem certas regras amplamente reconhecidas, espera-se que os estudantes fiquem em silêncio e com a atenção voltada à fala do professor. Se, de repente, todos os alunos pusessem-se a sambar a aula estaria fadada ao fracasso (considerando que não se trata de uma aula de samba!). Esta metáfora esbarra na limitação de que na vida cotidiana não existe a separação entre jogador e jogo, não existem indivíduos respeitando as mesmas regras de maneira explícita.

Como teatro o GD estabelece papéis aos falantes. Entrar num GD é entrar num papel (de estudante, professor, analista, paciente...) que dá uma ampla orientação ao texto cotidiano deixando margem à improvisação. Ao contrário de uma peça teatral, quando se “encarna” um papel no GD seguem-se normas que, novamente, não são totalmente explícitas nem estáveis. O inconveniente da metáfora teatral é similar ao da metáfora do jogo: não se pode falar em separação entre indivíduo e papel, como se fosse possível desvencilhar-se de ser estudante ao sair da sala de aula, “porque isso seria postular que existe atrás dos papéis um sujeito verdadeiro, independente deles.” (MAINGUENEAU, citado por GUIRADO, 2000, p. 95).

O GD também pode ser entendido como contrato, trata-se da metáfora jurídica.

A violência potencial que há no discurso (já o fato de obrigar uma pessoa a escutar o que você está dizendo é violência) é eufemizada pelo gênero de discurso. Ele tem a função de oferecer contratos que dizem a cada um quais são os deveres e quais são os seus direitos. (MAINGUENEAU, citado por GUIRADO, 2000, p. 95).

Quando falamos estamos sempre buscando defender nosso direito de falar. Diante de divergências buscamos nos colocar do lado da regra, como se seu infrator fosse sempre o outro. Graças a esses acordos tácitos permitimos que determinadas perguntas sejam formuladas num contexto (terapêutico, por exemplo), mas não em outros (como uma sala de aula).

A última metáfora caracterizadora do GD é a do ritual. Enquanto ato ritualizado o GD diz respeito à dimensão da rotina na fala. De acordo com o gênero em que estamos inclusos podemos prever o que nos é esperado dizer e qual será a

reação de nosso interlocutor, ou seja, podemos prever o desenvolvimento da interação. O ritual traz uma espécie de esquema potencial, previsível, do que vai acontecer que nos permite interagir tranquilamente.

“O gênero de discurso é ao mesmo tempo um ritual, um jogo, um contrato e uma forma de teatro.” (MAINGUENEAU, citado por GUIRADO, 2000, p. 96). “Ou seja, regras, papéis, direitos e legitimidades, bem como expectativas geradas em contextos específicos, definem o contorno conceitual” do GD (GUIRADO, 2009, p. 119).

Além disso, o GD é que nos permite compreender, na perspectiva de Maingueneau, o advento do sentido. O sentido não está somente na mensagem, no conteúdo dito. Mas se estabelece a partir da relação que esta mensagem mantém com aquele quadro, com aquele GD preestabelecido. O sentido advém na relação texto-contexto que, para o rigor do entendimento pragmático, precisa ser subvertida.

Temos sempre a idéia de que o contexto está ao redor do texto, está fora do texto. Mas o contexto está também na cabeça das pessoas que estão no contexto... Um contexto não é uma realidade objetiva, é algo que os parceiros de fala têm na cabeça. Cada um define, por intermédio de sua fala, o contexto no qual está falando. Os falantes cooperam ou brigam para definir o contexto no qual estão falando.

O discurso não está somente no contexto, mas está sempre construindo esse contexto. O contexto é uma realidade dinâmica. Se você está falando com um paciente e você está no papel do terapeuta, e num dado momento ele procura mudar as regras do jogo e dizer algo, implicando o terapeuta num outro tipo de relação, ele está introduzindo modificações no contexto. Se você aceitar essa modificação, o contexto vai modificar-se. Ou você pode recusar essa modificação e indicar, de um modo implícito, que você quer ficar dentro de tal contexto. Assim, o contexto é uma realidade negociada. Não é uma coisa dada. (MAINGUENEAU, citado por GUIRADO, 2000, p. 30).

Logo, um enunciado é tomado num quadro de referência que, além de ditar as condições de possibilidade daquele enunciado, está presente, está atualizado dentro do próprio enunciado. Relação de interioridade entre discurso e seu modo de produção... Daí a importância de se identificar o GD antes de qualquer análise. Se os atores falam por meio de uma aula universitária, há de se levar em conta que a produção dos enunciados ali formulados está regulada por esse GD, que os falantes adequaram suas organizações textuais a esse quadro, que essas mesmas organizações adequadas propiciam a manutenção de tal quadro, que as falas assim produzidas devem ser tomadas como pertencentes a uma aula universitária e não a outro GD qualquer.

Mainingueneau identifica três níveis de análise no GD. O *tipológico*, que corresponde a “uma categoria mais geral e ampla de caracterização do GD, que chega a se confundir com o próprio gênero, como um dispositivo englobante, ocasião de uma diversificação das *cenos genéricas*, que por sua vez, são ocasião de particularizações das *cenografias*.” (GUIRADO, 2009, p. 119).

Se o nível tipológico estabelece um “universo” (um gênero) em que os interlocutores se encontrarão, o nível da cena genérica estabelecerá uma rede de normas a qual se espera que os interlocutores se adéquem, ou ainda, a cena genérica diz respeito ao que, no grande quadro, define os papéis ativados numa relação (posiciona o ator como professor, aluno... e dita as normas que regem estes papéis, as quais se espera que tais atores correspondam).

Então o funil analítico se estreita ainda mais e chegamos à cenografia, como o tipo de relação que o discurso estabelece, o nível da relação concreta propriamente dita, permeado de expectativas, imagens, transferências, lugares... Este é o nível mais imediato do GD, e é nele que os interlocutores procurarão definir uma imagem da relação, isto é, na cenografia o falante buscará instituir um determinado tipo de relação com seu interlocutor. É neste nível que procedemos a nossas análises.

De uma maneira mais geral, o discurso é sempre por em relação dois lugares. O problema dos parceiros não é somente transmitir idéias, mas é fazer reconhecer o lugar a partir do qual se está falando. E fazer o outro reconhecer o lugar a partir do qual está recebendo o discurso. [...] Porque é unicamente a partir dos lugares que as palavras podem tomar um sentido. Se você reconhece o lugar de onde vem uma palavra, você já aceita essa palavra. (MAINGUENEAU, citado por GUIRADO, 2000, p. 99).

Campo de reconhecimento de lugares, de definição de uma imagem da relação, de montagem imediata do quadro. O discurso implica, pois, numa postura ativa de construção do quadro, ele nos é dado e constantemente reconstruído. Novamente encontramos o traço pragmático característico de subversão texto/contexto, de articulação entre lugar social e organização textual, de relação de interioridade entre discurso e seu modo de produção.

No ato discursivo estamos sempre às voltas com a imposição ou negociação do quadro. Quadro que é (re)validado pelos conteúdos ali produzidos, e conteúdos que são validados pelo quadro. Falar a partir de um determinado enquadre nos proporciona autoridade. O quadro nos oferece autoridade e legitimidade, em troca,

enunciamos de dado lugar, e não de outro. Lugar que o legitimará novamente. Ele nos legitima, e nós o legitimamos; num movimento circular.

Assim pode-se perceber que por meio do nível mais imediato (pela cenografia) estamos constantemente reconstituindo os níveis da cena genérica e da topologia. Quando um professor se esforça para estabelecer determinado tipo de relação com os estudantes de acordo com as orientações pedagógicas que credita, ele está *fazendo acontecer* essa pedagogia.

Uma cenografia é uma tentativa de legitimar a cena englobante. [...]

Tais quadros não são coisas concretas e independentes; existem se tem pessoas para mantê-los na vida. Cada vez que um terapeuta faz uma terapia lacaniana, ele está relegitimando a terapia lacaniana; cada vez que faz uma terapia kleiniana é o mesmo. O dia que não tiver ninguém para restabelecê-la, a cena lacaniana desaparece! Cada indivíduo tem a ilusão de que o quadro genérico é independente dele; mas, na verdade, é ele que está relegitimando o quadro. (MAINGUENEAU, citado por GUIRADO, 2000, p. 99).

A instituição não paira sobre nossas cabeças, nós a fazemos aqui e agora...

Antes de sermos acusados de cansativo delongamento, concluamos nossa exposição com uma fala de Guirado que bem expressa as aproximações entre instituição, GD e discurso que viemos perscrutando:

Rigorosamente falando, o conceito de instituição que responde por este modo de pensar encontra, no conceito de GD desta lingüística que ora adotamos, um equivalente. Não apenas por semelhança dos termos empregados para dizer de um e de outro, mas sobretudo, pela posição no conjunto da teoria, pela significação geral que adquirem a partir daí e pelos efeitos previstos para ambos no contexto de análise. Vejamos se é possível deixar mais claro.

Primeiro, para o analista do discurso, a significação atribuída ao termo GD, como dissemos, põe a lingüística na interface com as áreas do conhecimento que tratam de fatos, de fenômenos ou da dimensão social deles. Depois, sua **relação com o acontecer discursivo** deve ser identificada para que se possa dizer do sentido do que é dito. Ou seja, os termos *instituição*, conforme o empregamos, e *gênero discursivo*, conforme o empregam os lingüistas, *circunscrevem um plano de análise*: o das relações de contexto que atribuem sentido ao que se diz. Mais: é nesse plano que se identifica a *legitimação* de *o quê* e *como* se diz. [...] o fato de o GD ser aquilo, ou melhor, o quadro que prevê certas formas de comportamento e certos enunciados, *tranquilizando* os personagens em cena e permitindo-lhe prosseguir a interação, *naturalmente*. De um modo que, suspenso o GD, seria *insólito*. Nada mais próximo que a idéia de efeitos de reconhecimento e desconhecimento que naturalizam uma prática institucional, elidindo seu caráter instituído e, portanto, relativo! (GUIRADO, 2000, p. 82 – grifo nosso).

Se como instituição a psicanálise abarca um conjunto de relações que se repetem e se legitimam, é nas posições, sentidos, imagens, reconhecimentos e

desconhecimentos promovidos por estas e nestas relações que a psicanálise acontece. Relações que *acontecem* no e pelo discurso. A instituição como *acontecimento* discursivo, ou simplesmente, a instituição como discurso. Discurso-dispositivo que posiciona personagens em relações. Discurso-instituição que regra as relações discursivas. Discurso como instituição discursiva, portanto. Discurso que institui, é instituído e nesse movimento legitima quadros, gêneros discursivos. Termos próximos que melhor aparecem de acordo com nosso posicionamento; basta “apenas mudar a direção do olhar ou a sua posição para invocar uma visão ou outra” (FREUD, 1930/1996, p. 79). “Psicanálise: uma instituição, um discurso, um gênero discursivo”.

2.2 MODOS DE SUBJETIVAÇÃO – NO LIMAR DA ARTICULAÇÃO

Uma quantidade de força corresponde exatamente à mesma quantidade de impulso, de vontade, de produção de efeitos, e não pode parecer de outro modo, senão em virtude da sedução enganosa da linguagem (e dos erros fundamentais da razão que nela estão petrificados), a qual compreende, e compreende de viés, toda produção de efeitos como condicionada por uma coisa que exerce efeitos, por um 'sujeito'. [...] Mas tal substrato não existe, não há um 'ser' atrás do agir, da produção de efeitos, do vir a ser; o 'agente' é pura e simplesmente acrescido de maneira imaginativa ao agir – o agir é tudo. [...] O sujeito (ou para dizê-lo de modo mais popular, a alma) foi talvez até aqui o melhor artigo de fé que o mundo tenha conhecido [...]
F. W. Nietzsche

“O agir é tudo” e discurso é ato. Considerar o discurso como ato em muito implica. E aqui nos deparamos com mais um desdobramento: a questão do sujeito.

Não ignoramos que semelhante problematização comporta, literalmente, material para uma vida de estudos. E que “apenas” situar e fundamentar devidamente a concepção de sujeito com a qual se trabalha em AID renderia uma pesquisa à parte. Portanto nos é necessário abordar a temática de forma consonante à nossa proposta. Se pretendemos discutir *modos de subjetivação* na formação em psicanálise, precisamos estabelecer como a AID entende a subjetividade e sua constituição, ou seja, precisamos “sujeitar”, mas sem perder o foco. Para que o foco não se disperse, estabeleçamos desde já o percurso desta etapa: partiremos das noções foucaultianas de objetivação/subjetivação para acompanharmos os deslocamentos de pensamento organizados por Guirado que permitem fundar um conceito de sujeito a partir do modo como Foucault concebe a produção da subjetividade e Maingueneau a instância de enunciação em sua AD.

*

Discurso é ato; trata-se de uma *prática* discursiva. E podemos entender esta afirmação sob a consideração de que a ação constrói. O discurso como definidor das condições que permitem a constituição de dado objeto. É o que Foucault (2007) faz, por exemplo, em *As palavras e as Coisas*. Como indica o subtítulo do texto, ali

Foucault realiza uma *arqueologia das ciências humanas*: são rastreadas as condições históricas que permitiram o surgimento das ciências humanas como tal. Foucault aponta como o objeto dessas ciências pode se constituir através de práticas discursivas, ou ainda, como o ser humano pode ser objetivado tal como as ciências humanas o entendem. E esta consideração nos é de suma importância, pois indica a objetivação que o ser humano precisou sofrer para que as concepções de homem predominantes nos séculos XIX e XX pudessem existir. Ou ainda, nos indica que a(s) subjetividade(s), tal qual a conhecemos, foi e é discursivamente constituída.

Ao dizer logo acima que a temática do sujeito comporta material para uma vida de estudos nos referíamos a uma colocação do próprio Foucault, quando afirma que o objetivo de seu trabalho nos últimos vinte anos “não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. [Seu] objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.” (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Quando desenrola uma história dos modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos, Foucault não está firmando uma nova concepção de sujeito, ele mesmo. Sua análise histórica é, muito antes, um golpe (de ressonância nietzschiana) ao primado do sujeito.

Até Nietzsche, tradicionalmente viu-se, na história da filosofia, a busca pela Origem, pela Verdade, pela Essência, enfim, pelo Fundamento da razão. Acompanhou-se a “originária vocação filosófica para a universalidade, sua pretensão a organizar o sistema integral do conhecimento, [...] captar a totalidade daquilo que é efetivo na força do pensamento.” (JUNIOR, 2004, p. 89). Sendo o próprio sujeito, ou melhor, Sujeito, um dos fundamentos dessa empresa. Seja sob a forma da consciência transcendental ou do indivíduo moderno, o que fica patente é a existência de um “ser”, de um “sujeito constante” e trans-histórico que tomaria diferentes formas, que se expressaria de diferentes modos ao longo dos tempos; podendo então, com sua existência segura e constante, fundamentar a empresa filosófica. Esse Sujeito, chamem-no como quiserem, operou e opera como fundamento da Verdade.

Com o fim da metafísica ocorre, para Nietzsche, o descentramento da subjetividade. Com isso, o próprio sujeito do conhecimento faz a experiência da desconstrução da certeza subjetiva, que se fundava na unidade da

consciência, seja ela pensada como consciência substantiva ou transcendental. [...]

Nietzsche persegue o engodo das identidades permanentes mesmo no interior de suas cidades mais protegidas. Junto com a pseudofixidez dos objetos do conhecimento – cuja ‘essência’ se desfaz nas distintas modalidades histórico-culturais de sua constituição –, Nietzsche dissolve, também, a suposta unidade simples do sujeito, mostrando como ela se produz como efeito, na consciência, da sedução gramatical. (JUNIOR, 2004, p. 91-94).

Sob tal perspectiva, podemos situar Foucault no legado desconstrucionista de Nietzsche. É a unidade de um sujeito trans-histórico que Foucault ataca, incessantemente, quando cria uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos. Ao versar sobre o sujeito (vivo, falante, trabalhador, delinqüente, sexual, etc.), Foucault não está constituindo um “sujeito fundamental” para sua filosofia, está, ao contrário, evidenciado como diversas fundamentações puderam se dar, isto é, sua análise funda não um sujeito propriamente dito, mas os processos históricos de sujeitamento a um espaço de ordem que permitiram efeitos de sujeito – modos de objetivação e de subjetivação temporalmente datados e geograficamente delimitados. “O mérito de Foucault foi ter apresentado o deslocamento do sujeito doador de sentido para o sujeito constituído pelo discurso a partir da perspectiva da história.” (Candiottto, 2006, p. 8).

Se a análise sobre o sujeito trouxe consigo a análise do poder, não foi gratuitamente. Os ordenamentos discursivos responsáveis pelos modos de objetivação do ser humano são, eles mesmos, a malha das relações de poder e saber. Temos em Foucault, um efeito de sujeito constituído em e por relações de poder-saber. Lembrando que, para o autor, essas relações são, elas próprias, constituintes da vida social e não uma estrutura suplementar que a organiza. O poder *acontece* via relações, e assim nos constitui ao mesmo tempo em que, ao nos relacionarmos, o exercemos.

Frisamos o caráter de acontecimento do poder para lançar luz sobre suas relações com o discurso (e o saber):

É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. [...] É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. (FOUCAULT, 1984, p. 95-96).

E, mais especificamente, a relação poder-saber: “Temos antes que admitir que o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.” (FOUCAULT, 2009d, p. 30).

A rede discursiva como ocasião das relações de poder-saber, o ordenamento discursivo como exercício de tais relações, portanto. Podemos, então, falar de um efeito de sujeito que é objetivado em relações discursivas e assim produzido pelos jogos de poder e saber ali articulados. O objeto humano assim produzido é constitutivamente atravessado e marcado pelas relações de poder e saber.

A objetivação do ser humano está inclusa nessa rede de enfiamentos, está disposta entre linhas de força que garantem aos campos de saber um objeto sobre o qual exercer poder, e aos jogos de poder um objeto que os legitimem sob a forma e a insígnia de um saber. Tem-se aqui a formulação de um dispositivo de análise: “[...] estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam.” (FOUCAULT, 2009b, p. 246). Além de expressar uma grade analítica que nos permite ler o processo de objetivação do ser humano através das relações de poder-saber, o dispositivo é também, ele mesmo, fruto de um processo objetivante, é, tal como o objeto a ser por ele analisado, um artifício discursivo concebido no interior de um regime de poder-saber. Analisamos o dispositivo produtor da objetivação humana por meio do próprio dispositivo. Postura do sujeito cognoscente na arqueogenealogia foucaultiana: o analista não se isenta dos efeitos das relações de poder-saber às quais se propõe analisar. *Relação de interioridade entre discurso e seu modo de produção...* Processo datado e regionalizado; antes que formulações atemporais e universais possam se antecipar – o que implica em sujeitos igualmente situados no tempo e no espaço.

Daí Foucault não deter-se sobre um sujeito específico em suas análises, pois não existe uma unidade subjetiva a ser desdobrada sob diversos pontos de vista. Existem sim processos objetivadores que disparam diferentes efeitos subjetivos, não detendo, *sujeito algum*, o privilégio de fundamentar sua filosofia. Nessa perspectiva é que Foucault nos indicará três modos de objetivação do ser

humano que nortearam suas pesquisas, isto é, a identificação de três processos históricos que transformaram os seres humanos em sujeitos:

[...] o modo de investigação que tenta atingir o estatuto de ciência (objetivando o sujeito que vive, fala e trabalha); a objetivação do sujeito nas 'práticas divisoras' (que, ao produzirem indivíduos 'normais', obrigaram-nos a dizer o tempo todo aquilo que não somos: loucos, doentes, criminosos); o modo pelo qual um ser humano aprendeu a se reconhecer como sujeito de uma sexualidade. (VALORE, 2007, p. 227).

Sendo que, no mesmo movimento de constituição do objeto humano, o sujeito advindo apropria-se da objetivação sofrida subjetivando-se. A subjetividade assim derivada é da ordem de um efeito gerado pelo dispositivo discursivo em seu movimento de constituição de objetos. Ao produzir o sujeito vivo da biologia, o sujeito falante da lingüística, o sujeito trabalhador das relações produtivo-econômicas; ao produzir o sujeito normalizado (e o anormal); e ao produzir o sujeito sexual desejante, as práticas discursivas, exercendo poder-saber, não somente os produziram, mas lhe ofereceram dispositivos por meio dos quais se reconhecerem como um "si" (os mesmos dispositivos que os constituíram). O dispositivo organiza as práticas discursivas responsáveis pela objetivação do sujeito, e a subjetividade aí gerada nada mais é do que efeito de se experienciar através daquelas práticas organizadas pelo dispositivo; experiência subjetiva que condicionará, por sua vez, o próprio dispositivo discursivo que a engendrou. Tem-se, então, uma experiência de si conduzida pela (re)apropriação que os sujeitos objetivados fazem do discurso que os objetivou. O mesmo processo que produz, permite ao sujeito subjetivar-se num desdobramento que reiterará ou alterará aquele processo, num contínuo que vai do pólo do assujeitamento ao da resistência aos condicionantes da ordem discursiva.

Nossa proposta pode agora ser recolocada com maior precisão: pensar os modos de subjetivação na formação em psicanálise significa interrogar o modo de contínua (re)apropriação que os psicanalistas fazem do processo que os faz psicanalistas. Significa ainda, focar as experiências de si que esses sujeitos vivem na relação com a psicanálise: como e onde se reconhecem/desconhecem em seu fazer psicanalítico. Trata-se, enfim, de "proceder a uma genealogia do sujeito, no sentido de rastrear os modos por meio dos quais os processos de subjetivação se reinvestem de processos de objetivação – e vice-versa – disparando efeitos de subjetividade." (RIBEIRO, 2007, p. 253).

*

Até aqui expomos algo da dinâmica objetivante/subjetivante na constituição do sujeito objetivado e da subjetividade efeito. Por meio desta síntese esperamos ter comunicado a base do ponto de vista foucaultiano. A partir de agora tomaremos a fala de Guirado para articular o já visto aos desdobramentos que a AID proporcionará à arqueogenealogia foucaultiana – do reposicionamento do *discurso* (operado por Foucault) para o reposicionamento do *sujeito* e da *instituição* (operado por Guirado).

Em Foucault, a subjetivação refere-se ao modo como os sujeitos objetivados apropriam-se dessa objetivação; ao modo como aprendem a se reconhecer sujeitos. A subjetividade, por sua vez, pode ser entendida como resultante ou efeito da objetivação de 'si'. Isto, considerando-se que o sujeito objetivado não tem aqui qualquer traço de reificação; é forma, não coisa, como lembra Ribeiro. Nesse cenário, ressalta, ainda, que uma análise rigorosamente foucaultiana enuncia a subjetividade, mas não a matiza. Seria necessário contar com um operador conceitual que matizasse as condições de possibilidade e de emergência da subjetividade, no horizonte da objetivação/subjetivação. E, o conceito-dobradiça de sujeito, em seu dizer, é esse operador: enuncia simultaneamente as condições de produção do discurso e os efeitos de subjetivação e, com isso, viabiliza uma analítica da subjetividade. Cria-se com ele a condição e a possibilidade de escuta de um falar de si. (GUIRADO, 2009, p. 158).

A subjetividade continua sendo tomada em sua dimensão de efeito da ordem discursiva, mas, com a ativação da metáfora-dobradiça, este efeito subjetivo se articulará de maneira *singular* com as condições de produção dispostas por tal ordem.

De saída, julgamos conveniente pontuar que o conceito de sujeito produzido por esta analítica – esse que, em suas articulações, dobra-se e desdobra-se –, não se iguala aos conceitos de sujeito que costumamos encontrar nas abordagens psicológicas, isto é, não é um sujeito substancializado, não podendo ser igualado ao sujeito do inconsciente psicanalítico, por exemplo, apesar de apoiar-se pontualmente na psicanálise, como veremos adiante; assim como, não pode ser equiparado a qualquer sujeito historicamente objetivado que Foucault descreve, isto é, não é um conceito de sujeito totalmente disperso, apesar de, novamente, apoiar-se pontualmente na filosofia foucaultiana. Nas palavras de Guirado:

Por análises como esta [realizadas com a AID junto aos internos da FEBEM-SP], 'psicologizamos' a noção de sujeito? Ou a 'pulverizamos'? Nem lá, nem cá. Como uma dobradiça, dessas de porta, facilitamos os

movimentos das singularidades discursivas e, ao mesmo tempo, acusamos o que parece ser o regime discursivo da marginalidade numa formação social que desta maneira a inclui entre suas formas de acontecer e se instituir. (GUIRADO, 1995, p. 89).

Singularidades discursivas e regime discursivo numa formação social. Articular estes pólos por meio de uma relação de interioridade, eis, sob esse ponto de vista, a finalidade do conceito-dobradiça de sujeito. Seu acionamento, do conceito-dobradiça, permite entrever as condições de produção do discurso e os efeitos de subjetivação.

Dissemos, sucintamente, o que não é e que função exerce este sujeito. Continuaremos, ainda, demarcando uma proposta em diferenciação de outra. E aqui, roubamos a fala de uma aluna mencionada por Guirado em sua tese de livre-docência: “o sujeito psíquico não é o sujeito-dobradiça!” (GUIRADO, 2009, p. 150). A afirmativa foi realizada tendo em vista o sujeito psíquico da psicanálise, tal qual essa aluna o entendia. E, de fato,

o sujeito-dobradiça não é um sujeito especial que se superpõe, opõe ou justapõe ao sujeito psíquico, à pessoa, ou ao sujeito da ação numa oração lingüística. Difícil entender que se trata de uma metáfora que empresta as qualidades da imagem para apresentar o jogo entre contexto e singularidade numa situação de fala. (GUIRADO, 2009, p. 155).

Uma metáfora que, por meio da imagem (de uma dobradiça), apresenta o jogo entre contexto e singularidade numa situação de fala. A especificidade do ponto de vista de Guirado reside, então, na consideração da singularidade do trabalho de organização de posições discursivas que o falante realiza, na singularidade das articulações entre práticas discursivo-institucionais e subjetividade. Ou ainda, a imagem da dobradiça presta-se como metáfora da articulação, que a AID supõe determinante, entre formação discursiva singular e regime discursivo social; articulação determinante por remeter ao movimento regular e ao trabalho único de um sujeito nos trilhos de sua história de vida. Vejamos melhor.

Com o conceito dobradiça de sujeito a AID relê a compreensão foucaultiana da subjetividade (disposta no campo da reapropriação de um discurso-ato-dispositivo objetivador) ao permitir que os dispositivos sejam tratados na qualidade de lugares institucionais. Como vimos, o dispositivo compreende ao mesmo tempo um artifício discursivo integrante de um regime de poder-saber e uma grade analítica através da qual o analista faz sua leitura. O analista, então, o tem como instrumento

e condicionante de suas análises. A análise produzida nasce do e recondiciona o dispositivo que a possibilitou (bem como o próprio analista).

[...] os discursos são dispositivos-ato, (por)que supõe, para seu exercício, uma posição, um lugar, que é um lugar na enunciação; isto é, um lugar preñado de palavras para ouvir e falar; com os efeitos que isso pode ter sobre a ação de um e outro em relação, num determinado contexto. (GUIRADO, 2009, p. 38).

Nada mais próximo de um lugar institucional: ao funcionar como dispositivo regulador da produção discursiva, o discurso-ato-dispositivo define a posição da qual o indivíduo falará, definindo assim a posição imaginária em que o sujeito reconhece (e desconhece) a si e ao outro como falantes. O lugar institucional, tal qual o discurso-ato-dispositivo, promove uma “grade analítica” na qual o sujeito reconhece a si e a suas palavras, ao mesmo tempo em que promove o desconhecimento do caráter de “artifício discursivo integrante de um regime de poder-saber” que o lugar legitimamente ocupado (e as verdades ali produzidas) comporta(m). Este lugar institui e restringe enquanto é instituído e restringido.

De modo similar, na busca pela articulação com uma análise pragmática do discurso, os lugares institucionais ganham trânsito para serem tomados como lugares de enunciação, abrindo o campo para a escuta de uma fala heterogênea, polifônica e opaca, assim como para a construção do sentido e da própria subjetividade numa cenografia que prioriza a relação texto/contexto.

Em seu diálogo com Maingueneau, Guirado apropria-se desta noção de discurso como cena enunciativa. Com Foucault, assume-o como acontecimento, como campo de correlação de forças, espaço de lutas, de ocupação e de subversão de lugares e de expectativas. Discurso que ‘supõe posição em relação a um alvo, posição a partir do que ele (o discurso) se exerce, ou seja, supõe relação entre posições.’ (2000: 33). Assume também a relação de interioridade entre o discurso e suas condições de produção; e se estas, para Foucault, residem nas formações discursivas e, segundo a AD, configuram-se nos gêneros de discurso, para a autora constituem-se nas ‘práticas institucionais’ (no que de discursivo as sustentam). (VALORE, 2007, p. 234).

Na AD de Maingueneau (GUIRADO, 1995) não se opera com uma noção de sujeito antes que se enuncie, mas com uma instância de enunciação que é um efeito de enunciado e que enfatiza a preeminência e a preexistência de uma topografia social sobre a qual os falantes vêm se inscrever, articulando um lugar social a uma organização textual. Ao se considerar tal instância, antes de se ponderar sobre um sujeito *a priori* do discurso, pondera-se sobre a posição no discurso e sobre as

qualificações necessárias para poder ocupá-la. É nesse movimento de ocupação de uma posição discursiva que o falante se reconhecerá como sujeito de seu discurso, legitimando-se pela autoridade que esse lugar confere a sua fala, ao mesmo tempo em que suas falas recondicionarão o lugar que as legitimou/sujeitou. Toda legitimação e assujeitamento se dão no e pelo discurso, não por alguma imanência interna que habitaria o indivíduo *a priori*. É no ato de fala somente que o falante faz-se *sujeito* a uma instância enunciativa, não antes.

De maneira semelhante, quando se abordam os escritos discursivos de Foucault (e aqui nos remetemos a eles por meio de Valore (2007)) não encontramos um sujeito internalizado que exterioriza sua subjetividade. Antes de focar *quem* fala, Foucault atentará para *o que* e *de onde* se fala. Lugar de fala e função enunciativa. E, como já mostrado, é na apropriação de/sujeição a um dispositivo que a posição e a função que o sujeito ocupa no discurso circunscrever-se-á. Logo, Foucault enuncia uma posição/função subjetiva, mas não a matiza – como coloca Ribeiro (2007, p. 255-256):

Uma análise eminentemente foucaultiana, radicalmente genealógica, conduz-nos por meio dos estudos dos dispositivos à visibilidade sobre os processos de objetivação e subjetivação no discurso. Entretanto, em nosso entendimento, a análise foucaultiana do dispositivo aponta para os modos de subjetivação, mas não reorganiza operadores de leitura para a apreensão da subjetividade-efeito. [...]

A compreensão da subjetividade possível na ordem foucaultiana remete, portanto, ao circunstanciamento dos modos como os homens se tornam sujeitos, se objetivam como sujeitos, aprendem a se reconhecer como sujeitos, compreendem-se como sujeitos... Enfim, os modos pelos quais os homens falam 'de si'.

Ora, parece-nos que o dispositivo fala da subjetivação, mas não fala do 'de si'. Sugere-se aqui que uma análise rigorosamente foucaultiana enunciaria, mas não matizaria, a subjetividade-efeito. Parece-nos, pois, necessário um relançar-se sobre o dispositivo aberto no sentido da subjetivação, e fazer-lhe incidir outros operadores de leitura. Outros dispositivos, talvez?

Em nossa percepção, o sujeito-dobradiça configura-se como um operador conceitual capaz de afirmar e matizar as condições de possibilidade e de emergência da subjetividade no duplo horizonte da objetivação e da subjetivação.

A partir dessas formulações, Guirado proporá uma subjetividade institucionalmente constituída e constituinte. Com os conceitos de “lugar discursivo” e de “dispositivo”, Guirado cria uma espécie de paridade analítica entre a AD de Maingueneau e a filosofia de Foucault, respectivamente, quando propõe o conceito

de “lugar institucional” como um operador equivalente cujo desdobramento principal – o sujeito-dobradiça – viabiliza uma psicologia voltada à análise da subjetividade.

E, lembrando que por “institucional” remetemos a um conjunto de relações sociais que se repetem e que nessa repetição legitimam-se, pode-se vislumbrar melhor o que significa conceber um sujeito institucionalmente matriciado: um sujeito que se constitui em suas relações tal como, a partir das repetições legitimadoras, reconhece-se e desconhece-se:

Ora, de quais relações falamos? daquelas que fazemos vida adentro, com direito a pensar nas relações significativas, com as figuras parentais, desde o ‘berço do quarto’ que, segundo Freud, são também o berço de toda subjetividade e vida social possível (FREUD, 1981a). De um lado, segundo a psicanálise, supõe-se que essas relações sejam imaginarizadas por aqueles que a vivem, criando o universo do psíquico ou do psicológico. De outro, pode-se considerar que a família é uma instituição que se faz pela ação concreta de seus atores: pais, filhos e aproximados. Nesse caso, a história de vínculos de alguém se reedita, historicamente, na singularidade de sua organização e numa variação ou movimento de mudança inevitavelmente exigida, uma vez que as reedições se fazem, sempre na medida em que se ocupam lugares em outras instituições. Movimento, repetição, regularidade e singularidade: termos díspares, que de forma paradoxal, articulam-se para falarmos de um sujeito psíquico porque institucional (GUIRADO, 1987/2004) ou, matriciamento institucional do sujeito psíquico (GUIRADO, 1995/2006), ou ainda, sujeito-dobradiça (GUIRADO, 1995/2006). (GUIRADO, 2009, p. 41-42).

Nota-se aí a presença do conceito de transferência na reedição da história de vínculos desse sujeito. Bem como, pode-se notar que o conceito sofreu ajustes que permitiram migrar com ele para outro campo de saber, de modo a situar a reedição de vínculos passados através da posse de novos lugares institucionais, em meio a jogos de forças e procedimentos de produção de verdades – mesmo que disso o sujeito não se dê conta.

Singularidade histórica do sujeito e enredamento no engenho instituinte. Daí para cair na “sedução enganosa da linguagem” (NIETZSCHE, 2007a, p. 42) o caminho é curto e direto. E como menciona novamente o filósofo: “Entre as coisas mais semelhantes é onde é mais bela a ilusão: porque é sobre o abismo pequeno que se torna difícil lançar uma ponte.” (NIETZSCHE, 2007b, p. 187). A ilusão propiciada entre o pequeno abismo da histórica pessoal e da reedição de vínculos por ocasião da ocupação de novos lugares institucionais, é a do reconhecimento do engenho instituinte como algo que está fora das relações imediatas, e que assim, aparece como natural, sempre dado e imutável. “[...] daí ser oportuna a desmontagem do discurso, à medida que possibilita refazer a trajetória histórica de

constituição dessas representações, evidenciando os modos de subjetivação produzidos concretamente a cada enunciação.” (VALORE, 2007, p. 239). E, fazendo outra correlação com Nietzsche (e agora também com Foucault) pode-se ainda depreender dessa “desmontagem histórica do discurso” o traço genealógico da AID que, segundo Guirado (2009, p. 162), está “mais para análise genealógica do que para hermenêutica”.

Continuando com Guirado:

Nossa propositura, seguindo rigorosamente os argumentos, é a de que somente quando se consideram os ‘enlaçamentos texto/contexto’ (nas palavras de Maingueneau), ou os efeitos de reconhecimento e desconhecimento da repetição nas relações institucionais, os lugares e a sobreposição de lugares quando duas práticas instituídas se articulam, o peso dos procedimentos na naturalização e legitimação de um discurso como ato e como instituição, é que se pode trabalhar, *na sua singularidade*, aquilo que nos fala e o como se apresenta, se mostra e se fala o cliente.

Daí a importância conceitual de uma metáfora como a do *sujeito-dobradiça*. Com o movimento que as metáforas nos permitem, podemos dizer que o sujeito das práticas psicológicas é esse singularmente constituído nas relações que faz, nos diferentes contextos que, por sua vez fazem sua história desde o berço das (e nas) relações com as figuras que se lhe apresentam como significativas [...]. (GUIRADO, 2009, p. 46).

Da psicanálise revisitada herda-se a singularidade do sujeito ao se elegerem as relações como objeto (tal como representadas por aqueles que as fazem), bem como o conceito de transferência como reedição dos vínculos significativos. De Foucault o discurso como ato, como dispositivo, assim como uma subjetividade construída historicamente por e nesse discurso. Da Análise de Discurso de Maingueneau, são tomados a comunidade e o gênero discursivo com suas cenas enunciativas, o caráter heterogêneo e opaco do discurso, bem como a teoria da enunciação. E, finalmente, de Albuquerque herda-se a instituição como o fazer de seus atores em suas relações gerando efeitos de reconhecimento da legitimidade de assim fazer e de se relacionar e o desconhecimento da relatividade de outras formas possíveis.

Deste tenso movimento de se situar e se constituir em meio à diferenciação de tão reconhecidos e legitimados campos, resulta um sujeito que não se propõe estritamente “psicologizado”, típico das análises psicológicas e psicanalíticas, nem estritamente disperso, como é na compreensão de Foucault. O conceito-dobradiça dessubstancializa o sujeito “psicologizado” colocando-o como efeito de uma ordem discursiva, sem, no entanto, dispersá-lo completamente nessa ordem. Sua

personalidade, por assim dizer, mantém-se na gênese de uma história de vida marcada pelo trabalho singular de articulador de sua posição naquela ordem que o extrapola. Se, de um lado, ao ser lançado numa ordem discursiva que o sujeita como efeito, este sujeito perde a imanência que as leituras psicológicas costumam lhe atribuir, por outro, ganha o reconhecimento de constituidor da ordem que o constitui em suas relações vida afora.

O conceito-dobradiça de sujeito não expressa, então, um sujeito universal. É, muito antes, um operador conceitual que permite, ao mesmo tempo, uma fundamentação teórica e uma aplicação metodológica para uma análise da subjetividade que não visa formulações afeitas a uma concepção de sujeito imanente ou transcendente, mas sim, a um sujeito que acontece na superfície mesma das práticas discursivo-institucionais em que é tomado:

Entendemos que os lugares institucionais de enunciação são produtores de sentido. Não nos ocorreu que esse paciente/cliente tivesse, de fato, uma determinação de uma história sexual inconsciente diretamente relacionada com sua fala. Ocorreu-nos, sim, que a escuta do terapeuta é facultada por esse lugar, e que, vezes sim e outras também, exerce esse escuta com palavras da teoria que professa. Ocorreu-nos também que a ação do paciente é calibrada pelas expectativas que uma pessoa (e aquela pessoa em particular) tem em situações semelhantes. Ocorreu-nos, portanto, que nas continuidades e descontinuidades, ali, um sujeito psíquico se matriciará nas relações institucionais do atendimento clínico.

Desse modo, as falas de si ou de seus pressupostos enunciam a subjetivação matizada pelas relações constituintes de um determinado dispositivo institucional. E a condição de pensar esta como a subjetividade instituinte e instituída na clínica psicológica e psicanalítica foi o acionamento do conceito-dobradiça de sujeito. (GUIRADO, 2009, p. 159-160).

Um sujeito acionado numa cenografia específica. Não o famigerado e universalizado “sujeito psíquico”.

O sujeito psíquico é aquele que se objetiva no discurso da psicanálise (tal como o ‘sujeito do inconsciente’, o ‘sujeito barrado’, o ‘sujeito do desejo’, entre outros), ou de certas formas de psicologia, tal como se pôde configurar tendo como operador conceitual, nas análises desses discursos, o sujeito-dobradiça. (GUIRADO, 2009, p. 160).

Repetindo-nos e findando: trata-se de um operador conceitual objetivado por um discurso, por um modo de análise. Operador cuja proposta é funcionar como uma metáfora que expressa uma subjetividade instituída nas e instituinte das práticas discursivo-institucionais.

[...] metáfora [que] permite lidar com a tensão assujeitamento-resistência (sujeito-suporte do discurso institucional – sujeito singular), possibilitando o movimento das singularidades discursivas ao mesmo tempo em que se reconhecem suas condições institucionais de produção. (VALORE, 2007, p. 241).

3 MÉTODO

3.1 ANÁLISE INSTITUCIONAL DO DISCURSO: UMA ESTRATÉGIA DE PENSAMENTO

[...] o querer ver de modo diverso dos outros, não é pouca disciplina nem pouca preparação do intelecto para sua futura 'objetividade', entendendo por essa palavra não a 'contemplação desinteressada' (que é um monstro intelectual e um contra-senso), senão a faculdade de dominar o pró e o contra, servindo-se de um e de outro para a interpretação dos fenômenos e das paixões úteis para o conhecimento. [...] Só há um ver em perspectiva, um conhecer em perspectiva; mais deixamos afetos tomar a palavra a respeito de outra coisa, mais sabemos dar-nos olhos, olhos diferentes para essa mesma coisa, e mais nosso 'conceito' dessa coisa, nossa 'objetividade' serão completos. Mas suprir a vontade em geral, suprimir inteiramente as paixões – supondo que isso fosse possível – como? Isso não significaria castrar o intelecto? ...
F. W. Nietzsche

Contra-senso, em alguma medida, interromper o processo em andamento para a explicitação de um método que não se propõe estritamente metodológico. Ao subtitularmos a AID como uma *estratégia de pensamento* não é de se surpreender que se interrogue uma organização textual que aprisionaria, por assim dizer, o pensamento em questão num determinado capítulo ou momento do processo. Logicamente não é este nosso intuito.

Prosseguindo no flerte com o contra-senso, diríamos, muito antes, que nossa estratégia de pesquisa se constitui e se presentifica ao longo de todo o texto, como que permeando a problematização levantada desde suas origens e se reafirmando ao longo de seu desenvolvimento. Contudo, insistimos na formalização deste momento que visa a expor os princípios desta estratégia e que se justifica, ainda, por se mostrar como oportunidade ímpar de demarcar a apropriação aqui feita da mesma.

Nós, pesquisadores em psicologia, na condição de pertencentes ao duvidoso campo das ciências humanas (Foucault, 2007), certamente já nos deparamos com a exigência de prestarmos contas acerca da validade (para não dizer cientificidade) de nossas proposições. Em meio às tensões que animam campos e compreensões, não exclusivamente, mas freqüentemente, o método é convocado à posição de legitimador daquilo que se pretende afirmar.

O rigor metodológico carrega, por assim dizer, a responsabilidade de assegurar um modo de acesso certo ao objeto de conhecimento que, caso bem “capturado”, permitirá um vislumbre de sua(s) verdade(s). Desta forma estruturamos maneiras de entrar em contato com o objeto de conhecimento, de adequá-lo à lógica do verdadeiro/falso, de atingi-lo sem descaracterizar seus caracteres originais (ou descaracterizando-o o menos possível), de controlar as variáveis de modo a permitir a replicação do estudo, de amenizar ao máximo as influências da ação do pesquisador sobre o contexto de pesquisa, etc. Tudo em prol da garantia de um acesso confiável ao objeto que viabilize ao pesquisador formular, a partir daí, proposições fidedignas, isto é, capturar, enfim, a(s) verdade(s) de tal objeto. Esse bem intencionado pesquisador, apaziguado em sua vontade de verdade (Foucault, 2008) poderá, então, dizer que seu fazer o é *com ciência*:

A essência do método científico consiste na insistência de que todas as proposições sejam submetidas a um **teste empírico**, ou seja, que as proposições sejam testadas pelos métodos científicos da observação e da experimentação. Essa abordagem empírica do conhecimento tem dois componentes básicos. Primeiro, uma idéia precisa ser estudada sob condições que admitam confirmação ou refutação. O teste empírico permite que a falsidade de uma proposição possa ser mostrada. Segundo, a pesquisa é realizada de maneira que possa ser observada, avaliada e replicada por outros. (Cozby, 2003, p. 19).

Esboçamos esse quadro geral e um tanto singelo de modo que, a partir dele, nossa proposta com este capítulo possa ser colocada: ampliar o campo de compreensão daquilo que, em Psicologia, comumente denomina-se *método*, operando um deslocamento que permita tratá-lo como *estratégia*; deslocamento cujo principal efeito é o reconhecimento do caráter de produção artificial, e não de descoberta natural, da(s) verdade(s).

De saída, fala-se da verdade como sendo da ordem do *produzido* (e não do descoberto), perdendo-se de vista, então, qualquer pretensão a, aqui, apresentar uma perspectiva que dela mais se aproxime. Pois se, com Foucault (2009c), aborda-

se a verdade num horizonte eminentemente político, o que se tem são *regimes de produção* da verdade, não avanços progressistas de sua descoberta. E se, a inevitabilidade de tais regimes torna inviável, por um lado, a afirmação de referenciais *mais verdadeiros*, ela permite, por outro, a intervenção sobre seus modos de produção. Sem com isso supor que a verdade seria libertada dos regimes de produção. A perspectiva a ser apresentada submete-se também a um regime, não fazendo crer a libertação da forma pura da verdade, mas a possibilidade de intervir em seus modos de produção.

Mas afinal, por que “estratégia de pensamento” e não “método” ou “metodologia”? A precisão de palavras não é casual. Tal como expõe Guirado (2009), semelhante entendimento provém da disposição apresentada por Foucault na *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. No capítulo intitulado “Método” o autor nada mais faz senão a apresentação de um conceito: poder. No cerne do método encontramos um conceito, a organização de uma idéia, uma estratégia de pensamento.

Nunca tivemos certeza de que essa conclusão tivesse a ver com o que Foucault pretendeu com tal disposição de termos e conceitos. No entanto, parecia fazer todo sentido assim interpretar a relação título/texto, na medida em que essa interpretação parecia se ajustar ao entendimento de que a verdade, como se configura por um saber, está creditada como verdade antes mesmo dos resultados do estudo que parece revelá-la. Nossas pesquisas, por exemplo, produzem como resultado aquilo que é do escopo do recorte que, mais ou menos conscientemente, definimos nas teorias que informam nosso pensamento, pelo que entendemos por produção de conhecimento, por ciência, por pesquisa, etc. Os procedimentos dão o escopo do campo das verdades possíveis, ou ainda, por sua repetição à exaustão, conforme os cânones do saber e do conhecimento professados, facilitam, de um lado, o reconhecimento de uma verdade e de uma realidade que se expõem ao estudo e à análise e, de outro, o desconhecimento de seu caráter de produzidas, de acordo com as lentes, ou melhor, com a leitura que delas se faça. Os procedimentos por suas fundações conceituais se põem no lugar do sujeito fundador da experiência de do conhecimento (GUIRADO, 2009, p. 67).

O método configura, deste modo, um recorte analítico que delimita o campo possível de objetos e verdades a serem atingidas. As fundações conceituais do método e suas decorrências é que ficam evidenciadas: quando pensado como campo conceitual cai por terra sua pretensão universalizante. Movimento inverso daquele encontrado numa metodologia empírica, cuja pretensão ao universal eclipsa a parcialidade conferida por sua fundação conceitual. Se método algum dispensa tal fundação,

[...] o objeto dos diferentes discursos científicos seria sempre produzido por conceitos que o forjariam, constituindo-se, pois, como **objeto teórico** propriamente dito. Isto é, seriam produções do pensamento e não simples indicações de fenômenos inscritas no registro da percepção. (Birman, 2002, p. 316).

Ao invés de configurar a rotina procedural que garantiria a relação neutra e objetiva entre sujeito e objeto, o método, então, garante a própria existência de determinado objeto tal qual a concebemos; ele não apenas situa nossa perspectiva com relação ao objeto, mas o constrói. Portanto um método de criação, não de desvelamento; um objeto forjado, não descoberto.

Deste modo, o método (como organização das formas de se conhecer) garante objetivação. Logo, não se toma uma objetivação prévia, como se o objeto de conhecimento fosse uma constante a ser compreendida pelos diversos (e supostamente cada vez mais apurados) modos de conhecimento; mas considera-se que o objeto dá-se no próprio ato de análise, como uma objetivação sofrida pelas e nas malhas discursivas das relações de poder-saber.

A verdade é tratada como produto – de um jogo.

Em referência aos *jogos de linguagem* do segundo Wittgenstein, das *Investigações Filosóficas*, Foucault formula a noção de *jogos de verdade* para marcar que, assim como no âmbito da linguagem também no da verdade, se trata sempre de um jogo marcado por uma regra, por uma ordem que o preside. Regra que indica a presença de um arbitrário em sua instituição, regra criada, forjada. Os jogos de linguagem e verdade seriam da ordem de um artifício compartilhado pelos jogadores que, ao se legitimar pela convenção e pelo uso, instauraria condições para a produção e aceitação da linguagem e da verdade. Para Foucault, antes de ser descoberta, a verdade é resultante de um jogo plasmado no espaço social e legitimado no âmbito da história pelo seu uso corrente. (Birman, 2002). A verdade é discursivamente instituída, diríamos com Guirado (2009).

Fica evidenciada a parcialidade (ou vontade) do saber e(m) sua aliança com o poder. É no campo conceitual do poder que as estratégias de saber se articulam, um servindo de ponto de apoio ao outro. Sob esta perspectiva é que se estabelece uma *estratégia* de pensamento no lugar do método. “[...] não se trata de justaposição de explicações sobre um fato incontestado, observável e portador de uma verdade

natural e óbvia que se queira no mínimo demonstrar. Trata-se, sim, da produção de um modo de explicar [...]” (GUIRADO, 2009, p. 43).

Ter um campo conceitual como metodologia significa algum reconhecimento (pois sempre parcial) do caráter produzido da verdade que se afirma. Reconhecimento de que esta produção é permeada por relações de poder, de que a vontade de verdade se apóia, então, num suporte institucional que controla e limita as possibilidades discursivas (FOUCAULT, 2008). Significa um olhar de estranhamento àquilo que creditamos, para que a verdade a ser atingida possa ser reconhecida como produto do que a fizemos ser.

Com essa posição [da perspectiva institucional], se poderiam relativizar as verdades que se costumam creditar como ‘naturais’, uma vez que, por princípio, admite-se que a verdade é produzida ali onde se pensa e se diz estar apenas revelando-a, trazendo-a à tona, reencontrando-a. (GUIRADO, 2009, p. 153).

Sem deixar passar em branco, pode-se observar que a estratégia de pensamento proposta faz eco ao argumento que mais insistentemente articulamos: relação de interioridade entre discurso e seu modo de produção. A produção da verdade que construímos está diretamente determinada pelas relações de saber-poder que a possibilitou. “É no discurso, portanto, que se produzem verdades e essa produção obedece a condições e exigências de controle do que será creditado como verdade” (GUIRADO, 2009, p. 78). Considerando o discurso como ato, não nos posicionamos de maneira a dissipar sua nebulosidade, a reconstituir por meio de *interpretações* sua relação de representação de uma realidade interna e/ou externa, mas antes, trata-se de *analisar* seu modo de produção. Precisemos a diferenciação entre *interpretação* e *análise* aqui esboçada.

*

Guirado (2009) partirá do ato interpretativo do psicanalista (tomando-o como alinhado ao modo de interpretar identificado nos casos clínicos de Freud) para diferenciá-lo da análise pragmática.

Pensar o modelo de interpretação psicanalítico requer outro conceito, a saber, o de *transferência*⁸. Este conceito eminentemente clínico serve, segundo Guirado (2009), como um dos mais significativos definidores do cenário psicanalítico. E dele a autora fará uma apropriação para que possa, ainda com ele, operar em contextos não mais estritamente clínicos.

Após uma cuidadosa revisão de diversos textos em que Freud a aborda, Guirado assim sintetiza o sumo das definições freudianas sobre a transferência:

1. Que a transferência é um conjunto de *estruturas mentais*.
2. Que são essas estruturas mentais que *se repetem*.
3. Que elas são *impulsos e fantasias*.
4. Que são um modo de condução da *vida erótica*.
5. Que se *atualizam* quando há *circunstâncias externas* favoráveis.
6. Que as circunstâncias externas favoráveis são aquelas que re-
apresentam *objetos amorosos*.
7. Que esses objetos amorosos, atuais e circunstancialmente
favoráveis, prestam-se a *substituir* uma *figura anterior*
significativa para a pessoa.
8. Que tudo isto é *inconsciente*. (GUIRADO, 2009, p. 175).

[...] Freud mostra que são *cenas* que se movimentam na lembrança, que atravessam o tempo e não respeitam as fronteiras das diferenças entre lugares, personagens e momentos. (GUIRADO, 2009, p. 165).

É a partir desta síntese que o conceito será, de caso pensado, levado a outros contextos. A partir da idéia de *reedição de cenas* a transferência ganha flexibilidade para se transformar em organizador de uma outra estratégia de pensamento.

O que fica da definição de Freud é a idéia de que uma *cena* se *reedita*. E é aqui que reconhecemos o que permite deslizar para a noção de instituição e de cena enunciativa, ou melhor, de cenografia. A *cena* diz da possibilidade de um acerto básico em que os parceiros se identificam e identificam o outro com uma certa estabilidade de posições. Como diz Dominique [Maingueneau], ao colocar a cenografia como o nível mais imediato da relação de enunciação ou de gênero discursivo, os parceiros se tranquilizam quando se estabelecem expectativas de ação/reação por parte de um e de outro. [...]

Ora, no plano da cenografia, concretamente, evidenciam-se movimentos de subversão de papéis e expectativas. E, isto com a inconsistência reconhecedora de legitimidade de se falar a partir daquele lugar e não de qualquer outro. Evidenciam-se da mesma forma movimentos de repetição confirmadora, de ataque, de fuga, não importa, propriamente a qualidade e, sim, que se faz subverter, confirmar, atacar ou fugir. Importa que é assim, por exemplo, que uma relação terapêutica, por suposto, põe o analista como analista, mas o paciente pode vivê-la como relação fraterna, paterna, amistosa ou hostil. O analista, por sua vez, reconstitui a cena

⁸ Não seremos exaustivos na apresentação deste conceito cuja proficuidade renderia novo trabalho, visto que nosso objetivo imediato é a diferenciação entre *interpretação* e *análise*.

analítica ao sabor de suas repetições: pode vive-la como mais ou menos ortodoxo, correspondendo mais ou menos ao *ethos de psicanalista*; pode ainda assumir um papel consignado para uma relação amistosa, doutoral, fria ou calorosa. O fato é que realmente o salseiro das relações concretas se instaura. É o jogo transferencial. É a tessitura concreta do e no quadro, na cena genérica das terapias. É o terreno disposto à análise. (GUIRADO, 2009, p. 176-177).

Primeira e mais importante consideração a se fazer: fica evidente que, ao pensar a transferência como cena que se reedita, não mais somente os impulsos e fantasias do paciente serão ali considerados, tampouco apenas e conjuntamente a reação do analista *a partir* daquilo que o paciente transferiu (contratransferência). Mas o próprio discurso do analista, ou ainda, os pressupostos psicanalíticos que ele leva diariamente aos atendimentos farão parte da cenografia em análise. O analista, de cara, também “transfere”. Transfere, no mínimo, suas expectativas e pressupostos com relação à psicanálise que está se propondo a fazer. O analista fica, assim, diretamente implicado como agente no contexto analítico, ele passa a constituir ativamente o discurso em análise, seja através dos sentidos que atribui à fala do paciente, daquilo que entende que deve fazer como analista, do que é um processo de análise, de “quem é” o sujeito que ali se presentifica... Em outras palavras podemos dizer que na cena analítica o psicanalista atua, de certa forma, *a sua relação* com a psicanálise por meio da escuta que faz do paciente. Não sem o consentimento deste último, que se expõe a este aparelho institucional quando o procura, e não de maneira arbitrária. Mas, como diz Guirado (1995), o analista simplesmente ouve com as palavras que tem para ouvir.

Esta consideração do discurso do analista como constituinte do discurso em análise representa, grosso modo, a diferenciação entre interpretação e análise em pauta. Isso porque considerar o discurso do analista como parte do discurso em análise é índice de reconhecimento do contexto, característica de uma análise pragmática, o que, de acordo com a leitura de Guirado (2009), não é o caso numa interpretação, ou não da mesma forma.

É preciso situar melhor os termos.

O ato de interpretar [...] porta as marcas do discurso da psicanálise como instituição, ou como gênero de discurso [...]. É um de seus mais eficazes instituintes. É o procedimento que aciona, ao mesmo instante e movimento, expectativas, conceitos, pressupostos e certezas mais ou menos encobertos e sugestivos da verdade sobre o que diz aquele que se põe em análise. E isso com a naturalidade e legitimidade de qualquer dispositivo discursivo-institucional. (GUIRADO, 2009, p. 179).

A interpretação seria, assim, o caminho através do qual o analista inclui também, quase sempre inconscientemente, o seu discurso na composição de uma cenografia que, por sua vez, é quase sempre atribuída somente ao paciente. A maneira de interpretar, enquanto representante do fazer do analista, concede a este um lugar (de enunciação) que faz parte do dispositivo discursivo-institucional psicanalítico constituído naquele contexto, regulando, então, a produção discursiva ali possível. Desta forma, a produção de verdades é, no mesmo golpe, regulada por esse dispositivo. Os reconhecimentos de si possíveis podem, e geralmente estão, previstos no campo pré-delimitado por este dispositivo.

[...] temos essa espécie de vontade de verdade, exercida como um silencioso reconhecimento de que a verdade é o pressuposto que surgirá inscrito no horizonte [...]

[...] a interpretação é ato de configurar sentidos ancorados nas concepções de como funciona o aparelho psíquico, como o inconsciente (conceito central) se diz na organização da fala e da relação com o analista; ato de reencontro do analista com suas descobertas... (GUIRADO, 2009, p. 184-186).

Um dispositivo de regulação discursiva que se reitera com a naturalidade e legitimidade de qualquer instituição, como citado acima.

Contudo, fazendo justiça à Freud e à exposição de Guirado, é importante ressaltar que o próprio Freud, em certa medida, desestabiliza este modo de operar analiticamente, ora estrangendo nossa vontade de verdade (como, por exemplo, no caso Schreber), ora firmando um modo de operar analiticamente calcado em *construções*.

Dando continuidade à especificação da maneira como os termos (*interpretação* e *análise*) estão sendo tomados para que melhor possam ser diferenciados, nos remeteremos agora (assim como Guirado) à Foucault (1980) em *Nietzsche, Freud e Marx*, texto em que as técnicas de interpretação desses três expoentes se tornam objeto da apreciação do filósofo. Isso para justificar o procedimento analítico de Freud no horizonte de uma hermenêutica.

Para estabelecer a caracterização do sistema de interpretação característico do século XIX Foucault o contraporá ao sistema calcado na semelhança vigente no século XVI, de maneira a eleger os três pensadores como aqueles que nos situam diante de uma nova possibilidade de hermenêutica (a qual Foucault nomeará *hermenêutica moderna*). Tal possibilidade comporta três aspectos essenciais: “o

caráter infinito da tarefa de interpretar; o fato a isso ligado de uma interpretação ser, sempre, interpretação de outra interpretação; o fato de o princípio da interpretação nada mais ser do que o próprio interprete.” (GUIRADO, 2009, p. 202). Foucault faz uma refundação da hermenêutica, uma leitura específica na qual podemos identificar uma hermenêutica freudiana.

De acordo com Guirado, a leitura de Foucault sugere que, ao interpretar sonhos e na análise de Dora, Freud não realiza uma re-flexão

[...] a respeito da interpretação como procedimento, em seus alcances [e] em seus limites. O que há é uma farta demonstração de funcionamento inconsciente como mecanismos de deslocamento, condensação e figurabilidade que ocultam e revelam, ao mesmo tempo, o que está censurado à consciência e que só pela interpretação [de sonhos] poderia a ela se articular novamente. É assim que se indica que em algum tempo e lugar inscreveu-se uma verdade inconsciente a que a psicanálise, pelas interpretações que suas teorias convictamente animam, pode ter acesso. (GUIRADO, 2009, p. 203).

A inconclusão constitutiva da tarefa de interpretar (característica da hermenêutica moderna) se evidencia em Freud quando o trabalho interpretativo é eleito como articulador ao nível da consciência daquilo que uma interpretação prévia identifica, ou seja, evidencia-se quando a interpretação que o analista pacientemente constrói com o paciente, reitera a verdade inconsciente que uma interpretação teórica formulou previamente.

Freud não interpreta símbolos, mas interpretações. Com efeito, porque sob sintomas, que é que descobre Freud: não descobre, como é vulgar dizer-se, ‘traumatismos’, antes rouba à luz do dia *fantasmas*, com a sua carga de angústia, ou seja, um emaranhado cujo ser próprio é fundamentalmente uma interpretação. (FOUCAULT, 1980, p. 17).

O risco que Guirado, juntamente com Foucault, identifica nesta hermenêutica moderna é de um domínio que não cessa de se auto-implicar, podendo fechar-se sobre si mesmo:

[...] a interpretação encontra-se diante da obrigação de interpretar-se a si mesma até ao infinito; de voltar a encontrar-se consigo mesma. Daqui se desprendem duas conseqüências importantes. A primeira, refere-se a que a interpretação será sempre, sucessivamente a interpretação de ‘quem?’; não se interpreta realmente: *quem* propôs a interpretação. O princípio de interpretação não é mais que o intérprete, e este é talvez o sentido que Nietzsche deu à palavra ‘psicologia’. A segunda conseqüência refere-se a que ao interpretar-se sempre a si mesma não pode deixar de voltar-se sobre si mesma. (FOUCAULT, 1980, p. 21 – grifo do autor).

E o multiplicador desse risco é que a psicanálise (assim como a psicologia em geral) comporta o suporte institucional privilegiado da relação terapêutica que, como visto acima, é ocasião profícua para a confirmação dos pressupostos interpretativos por meio da construção de uma verdade que se dá justamente num reconhecimento de si (do paciente e analista, que também se constitui enquanto tal ao interpretar), na retificação de uma história de vida em conformidade com a vontade de confirmação daqueles pressupostos. E mais: o princípio de interpretação apontado por Foucault (o intérprete) normalmente é *esquecido* quando ocupa devidamente e com propriedade seu lugar no dispositivo discursivo-institucional. Seu eclipsamento é favorecido (ou mesmo estimulado) pelo dispositivo, elidindo também que, ao se constituir como princípio, o intérprete se constitui como limite para a interpretação. Lembremos que esse limite não se impõe a tarefa de interpretar em si, esta continua lançada à abertura e amplidão do infinito. O limite não pertence propriamente à tarefa de interpretar, mas ao intérprete que, ao persegui-la obstinadamente, depara-se com a existência de um ponto absoluto de interpretação, de um ponto de ruptura que mantém flerte com uma

Experiência contra a qual Nietzsche se debateu, e pela qual se sentiu fascinado; experiência contra a qual mesmo Freud lutou toda a sua vida, não sem angústia. Esta experiência da loucura seria a sanção contra um movimento de interpretação que se avizinhava do infinito do seu centro, porém que se derruba, calcinada. (FOUCAULT, 1980, p. 16).

A loucura é o limite da interpretação porque é o limite do intérprete. Reconhecimento de si num horizonte previsto e desconhecimento da posição de principiador-limitador deste horizonte.

Até aqui nossa argumentação vem se direcionando no sentido de delinear a interpretação como ato instituinte que presta alguma estabilidade ao dispositivo clínico por ocasionar a reiteração de uma verdade já inscrita num horizonte anterior à cena imediatamente configurada, uma verdade já prevista numa anterioridade em relação ao contexto ali presente. E é na mobilização deste possível ensimesmamento que a estratégia de pensamento de Guirado atua. Seu apelo à análise pragmática vem a título de “dar à clínica psicanalítica um perfil diferenciado e móvel, que não se fecha sobre si mesmo.” (GUIRADO, 2009, p. 206). Perfil de análise que instrumenta outras atuações além da clínica; em pesquisa inclusive.

Vejamos em que consiste tal modo de análise e em que se distancia de uma interpretação. Antecipamos acima o papel do contexto nessa diferenciação. Segue reafirmar que a preocupação com o contexto de análise provém do entendimento pragmático da linguagem, que atravessa a obra de Maingueneau e, segundo Guirado, permeia de maneira implícita as análises e escritos de Foucault.

Ainda de acordo com Guirado (2009), a partir de Austin (conjuntamente com Wittgenstein) a linguagem como representação é golpeada para ceder lugar ao seu valor performático, ou seja, da descrição de uma realidade para aquilo que o discurso *mostra enquanto diz*. Os sentidos advindos de uma análise pragmática são relativos aos contextos de sua constituição.

[...] delineia-se uma proposta de uma análise pragmática: deve-se sair de níveis estritamente lingüísticos (locucionários), para que o ato de dizer (nível ilocucionário), o contexto da enunciação e as implicações dele no levantamento de expectativas, sentimentos e conflitos nos interlocutores (nível perlocucionário), sejam gestores de sentidos. (GUIRADO, 2009, p. 208).

Fica patente o peso decisivo que a consideração do contexto na produção do sentido exerce na diferença que vimos perscrutando. Mas para que a mesma seja devidamente estabelecida é mister lembrar que tal contexto não se refere ao ambiente circundante em relação ao texto enunciado. Muito antes, o contexto se dá como condição de enunciação, como constituinte de qualquer ato de fala, numa perspectiva de superação da dicotomia texto/contexto, que vê aí um enlaçamento marcando os dispositivos sociais discursivos (os gêneros de discurso) e respondendo pela geração de sentimentos, conflitos e expectativas entre os atores numa determinada prática institucional (GUIRADO, 2009). Quando entendido como realidade dinâmica constantemente recriada pelos falantes e que, além disto, pode re-situar a relação estabelecida, o contexto se torna gerador/aplacador de expectativas na medida em que endossa as tensões, ou melhor, os jogos de poder que constituem e permeiam as relações humanas.

O contraponto à análise pragmática então vislumbrada pode ser reconhecido nos destaques feitos àquilo que nomeamos hermenêutica freudiana.

Ainda que avançando de uma hermenêutica clássica, com interpretações analógicas, para o que Foucault entendeu como hermenêutica moderna (aquela que se inscreve no horizonte de interpretações inconclusivas, em que um signo remete a outro, sem que se possa afirmar um signo originário, referência de realidade, em que, enfim, o limite é o intérprete), Freud esbanja atenção ao que considera ser o fenômeno transferencial e, em

nenhum momento lhe ocorre que o discurso em análise supunha o da própria psicanálise; ele é o constituinte desse contexto. Quando abordamos a questão da transferência, na verdade, tratamos disso; [...]. Arrisquemos a hipótese de que, às suas diferenças, os [...] pacientes [de Freud], apresentavam interferências distintas ao 'aparelho psicanalítico', ou melhor, transferências e contratransferências (ao gosto do discurso em questão) são efeitos de contexto dessa instituição, a clínica da psicanálise. Mais: o dispositivo se altera pela resistência (outro termo interessante, pois remete quase que diretamente a relações de poder), pelo modo como cada um deles exerce seu lugar de cliente diante do médico das causas difíceis e já reconhecidas como sexuais, e assim por diante (GUIRADO, 1991). Mesmo quando considerou a transferência de seus pacientes, e mesmo quando, engenhosamente, redesenhava a rede mágica inconsciente, com atentas perguntas e escutas, Freud não pôde dar ao contexto a consideração que a filosofia analítica e a análise pragmática do discurso lhe dão. (GUIRADO, 2009, p. 210).

*

Mais uma vez encontramos-nos com a exigência de considerar o discurso como ato e de reafirmar sua relação de interioridade com seu modo de produção.

O tributo rendido à compreensão foucaultiana se reflete também na subjetividade matizada por esta estratégia de pensamento: como já mencionado, o sujeito institucionalmente matriciado de Guirado encontra sua sede no discurso, sua subjetividade é efeito discursivo (ao invés de causa), efeito que se dá na articulação de posições discursivas. Tem-se assim, um sujeito *do* e *no* discurso.

Munidos de tal compreensão, pode soar redundante dizer que o que se pretende analisar são discursos. Contudo, primando pela clareza, convém assinalar que o trabalho se dará no debruçamento sobre falas produzidas em situações de entrevista nas quais os psicanalistas entrevistados discorrem sobre sua relação constitutiva na e com a psicanálise por meio do processo de formação. É no campo discursivo que buscaremos apreender modos de subjetivação advindos desta experiência.

Dizer que o discurso é ato dispositivo é acentuar seu caráter de *dizer*, em vez de acentuar o *dito*. Ou seja, é atentar para o que se *mostra* enquanto se diz: que tipo de interlocução se cria, que posição se legitima na asserção feita, que posição se atribui ao interlocutor, o jogo de expectativas criado na situação, como se respondem ou se subvertem tais expectativas, e assim por diante. [...] qualquer sentido a que se chegue será uma construção que considere todo esse modo de produção, ou melhor, o contexto (em) que (se) produz a fala e suas razões (seus sentidos). [...]

Como se pode notar, não mais o discurso como representação de uma realidade que esteja fora das palavras, mesmo que esta realidade seja a tão cara 'realidade psíquica'. E, sim, o discurso como ato de enunciação, implicando reflexivamente os parceiros em relação, as expectativas (ou, como quer a psicanálise, os fantasmas) aí geradas a respeito da

responsividade de um e outro nesse quadro. Não mais a fala do paciente como representante de *sua* inconfundível singularidade inconsciente, e sim como *uma singularidade possível, nesse trabalho organizador da posição de falante*. O que implica a presença *de um outro concreto na situação* e o *jogo* constante de disposição *em que é imaginariamente posto e em que se põe*. Tudo fazendo parte e refazendo, concretamente também, os termos, os lugares, os tempos e os motivos do âmbito mais geral do discurso da clínica psicanalítica: o que constitui o universo de expectativas, teorias, e desejos, daquele que demanda atendimento e daquele que o oferece, quer essas demandas se estabeleçam no berço de uma 'cultura psicanalizável' (que se dispõe e expõe a atendimentos psicanalíticos), **quer se estabeleçam no berço das odes de formação em psicanálise, com seus textos/contextos (teorias, livros, aulas, supervisões e análises pessoais dos terapeutas)**. (GUIRADO, 2000, pg. 34 – grifo nosso).

Sucintamente, está tudo aí: o modo de análise da AID desde sua base foucaultiana até onde ele se lhe avança para fundar uma analítica da subjetividade, ou ainda, até onde a AID avança na elaboração de uma analítica que matiza a subjetividade que Foucault apenas enuncia.

Por hora acentuaremos que uma análise pragmática aposta na potencialidade da superfície discursiva, e com isso se quer dizer que as práticas discursivas são tomadas em sua dimensão estratégica e combativa, em sua positividade e coerções ao invés de se focalizar no deciframento de sentidos encobertos. *Superfície* não se opõe à densidade, mas à interpretação em seu caráter de desveladora de verdades profundas e naturalizadas.

E acrescentemos que tal superfície discursiva é esquadrinhada numa *cena* e que a subjetividade efeito-discursivo se dá no interior de um sistema de lugares que se presentificam nesta cena ao mesmo tempo em que a ultrapassam. “É o discurso do e no dispositivo analítico que se analisa, por seus atores, em ato, em cena.” (GUIRADO, 2009, p. 217). O já apresentado gênero de discurso e seus níveis de análise instrumentam a modalidade de análise que aqui se apresenta. “Sendo a subjetividade delineada no interjogo das posições assumidas, o discurso é o campo material onde esses lugares se distribuem e as representações se produzem.” (MACHADO, 2006, p. 60).

Desse modo, operaremos ao nível da cenografia, isto é, no nível mais imediato do gênero de discurso. Com base na transcrição das entrevistas realizadas montamos uma cena produzida na relação entre psicanalista e pesquisador. Ao falar sobre seu percurso na psicanálise, nossos entrevistados mostram como percebem a psicanálise desde os primeiros contatos, como se vêem fazendo parte desta comunidade discursiva, como reconhecem o processo de formação, as mudanças

peçoais sofridas nesse processo, etc. Montam, enfim, cenas. E essas cenas do processo de formação que cada analista reconhece fazer passam a compor o gênero de discurso “entrevista acadêmica”, o qual será escopo de nossa análise. Podemos dizer, portanto, que estudamos a cena do processo de formação (aquela montada no discurso de nossos entrevistados) por meio da configuração da cena da entrevista entre pesquisador e entrevistado, ou seja,

O que fazemos é estudar essa cenografia [da formação] por intermédio de uma cenografia da pesquisa: a entrevista entre pesquisador e analista. Por meio de uma instituição, estudamos outra; por meio da pesquisa acadêmica com uma determinada orientação, estudamos a [formação] psicanalítica. E por haver essa forma específica de nos debruçarmos sobre os dados é que os resultados ganham, também, uma forma específica, tratando-se de um recorte possível decorrente da estratégia de pensamento aqui utilizada. (Veiga, 2006, p. 69).

Não analisamos, então, o entrevistador e/ou o entrevistado propriamente ditos, mas a cena discursiva gerada naquele e por aquele contexto. As falas não são propriedades dos falantes, mas síntese do contexto. Observa-se que esta forma de analisar procede a um recorte sem o qual a tarefa seria dada ao impossível. As transcrições, elas mesmas, são entendidas como um recorte parcial. Apesar de serem integralmente transcritas e analisadas, compreende-se que as cenas compostas pelas transcrições não atingem qualquer totalidade, continuando, nesse sentido, a compor um recorte.

Neste estudo a entrevista foi tida como um “campo de circulação de determinados discursos, campo esse que será recortado conforme os objetivos da pesquisa” (ROCHA; DAHER; SANT’ANNA, 2004, p. 14), não como meio de acesso direto às possíveis respostas para as indagações formuladas. Diferenciou-se, portanto, os objetivos da pesquisa dos da entrevista, de modo a situar os lugares do entrevistado e entrevistador, contornando sua sobreposição, como mencionam Rocha, Daher e Sant’Anna (2004, p. 7):

A não-discriminação de uma dupla ordem de objetivos (os objetivos da pesquisa e os da entrevista) implica que o entrevistado seja abordado a partir dos objetivos da pesquisa e não dos objetivos da própria entrevista. Produz-se, desse modo, um certo deslocamento da palavra do entrevistado, que passa a ocupar o espaço daquele que fornece respostas às perguntas da pesquisa (lugar que, obviamente, deveria ser ocupado pelo pesquisador).

Além disso, nossa própria perspectiva metodológica, ou melhor, nossa estratégia de pensamento já é um recorte pressuposto. Os conceitos de instituição, sujeito e discurso com os quais trabalhamos já delimitam e possibilitam nosso campo de análise, constituindo nosso objeto. Assim, pode-se dizer que nossa análise busca produzir algo que não havia antes de seu exercício, ou seja, nosso recorte é o que possibilita que se faça uma *análise constituinte*, não uma *interpretação* de um objeto previamente assumido.

Pautados no campo conceitual que configura nosso recorte, focaremos a produção de subjetividade na relação instituída/instituinte psicanalista-psicanálise por meio da relação estabelecida em situação de entrevista. E se a AID entende a subjetividade na ordem de um efeito discursivo-institucional, são os efeitos de reconhecimento e desconhecimento que estaremos delineando ao longo de nossas análises.

Em outras palavras, o escopo de nossos esforços analíticos foram as *relações* tal como se organizam no discurso produzido durante nossas entrevistas, de forma que pudemos configurar os efeitos de reconhecimento e desconhecimento. E é justamente por considerar que esses acontecimentos têm sede no discurso que vemos a possibilidade de produzir uma análise que tem essa direção (a da constituição *dos efeitos de reconhecimentos e desconhecimentos*). (LIMA, 2007, p. 30).

*

Ao fim do percurso, esperamos algum sucesso em re-situar a relação método-verdade no sentido de produzir um reconhecimento da artificialidade de verdades metodologicamente forjadas, o que, de modo algum, as invalidam: seus efeitos de verdade estão aí para mostrar que a construção da verdade *não faz menos sentido* que sua descoberta.

Finalmente, devemos reconhecer que, se todo discurso é produzido de um lugar, não podemos fugir à nossa própria lei. A escritura deste texto se dá também num lugar discursivo-institucional que permite reconhecimentos e desconhecimentos, e que é, ainda, atravessado por expectativas, situado no tempo e no espaço, constituído em e constituinte de relações de poder-saber... Falamos e ouvimos com as palavras que temos para falar e ouvir, parafraseando Guirado. E não julgamos possível nos isentarmos disso através de qualquer método.

Por isso tudo pensamos numa estratégia de pesquisa, ou ainda, numa *estratégia de pensamento* e não numa metodologia. Nosso método, nossa estratégia, definiu as condições de possibilidade de nossas enunciações produzindo um objeto. E o mesmo ocorre com a verdade a ser atingida – uma verdade produzida dentro de um campo discursivo, não uma verdade resguardada numa exterioridade a ser desvelada. Assim, todo sentido a ser atingido nas análises desta pesquisa o é com atenção ao seu contexto, ao seu modo de produção e ciente de sua parcialidade.

3.2 PROCEDIMENTOS

Os métodos são as verdadeiras riquezas.
F. W. Nietzsche

As análises desenvolvidas são calcadas no discurso de psicanalistas que estejam, ou tenham estado, em processo de formação em psicanálise. Para tanto foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semi-estruturada, que segue em anexo (anexo A). Foram também coletados alguns dados pessoais para que um perfil do entrevistado pudesse ser traçado (anexo B). As entrevistas foram gravadas e transcritas adotando procedimentos que assegurassem o sigilo de identidade dos sujeitos e instituições, bem como outras exigências éticas (termo de consentimento livre e esclarecido, anexo C).

Sobre o uso das entrevistas: é mister afirmar que o roteiro aqui apresentado serviu muito mais como uma organização temática a qual recorria-se eventualmente durante as entrevistas, do que como um conjunto de formulações a ser rigorosamente seguido. Sua principal função foi a de trazer as temáticas consideradas profícuas para a investigação acerca dos modos de subjetivação; trazê-las de forma organizada e impressa, para que nenhum daqueles temas deixasse de ser abordado. Destarte, a abordagem dos temas não ficou condicionada à exata formulação impressa do roteiro de entrevista, bem como seu seqüenciamento (por exemplo, um tema lançado ao fim do roteiro impresso poderia ser tratado já no começo da entrevista – caso houvesse oportunidade para tanto). Semelhante uso do roteiro faz que com a entrevista constitua, então, “um dispositivo de produção/captação de textos, isto é, um dispositivo que permite retomar/condensar várias situações de enunciação ocorridas em momentos anteriores.” (ROCHA; DAHER; SANT’ANNA, 2004, p. 14).

Entrevistamos 6 psicanalistas. Dada a cena psicanalítica predominante em nossa geografia, optamos por entrevistar 3 psicanalistas lacanianos e outros 3 integrantes de uma escola vinculada à IPA – por serem os grupos de maior expressividade em Curitiba, e para que pudéssemos, sempre que possível, delimitar, aproximar e/ou contrapor os dados. O fundamental para nosso critério de escolha foi

que os entrevistados se reconhecessem como implicados num processo de formação de uma ou outra tradição (lacaniana ou da IPA).

A análise dos discursos se deu em dois momentos: num primeiro em que cada entrevista foi considerada em sua singularidade e no qual configuramos cenas em que se pudessem destacar os efeitos de reconhecimento e desconhecimento (análise parcial). E num segundo, em que as análises parciais de cada escola foram reorganizadas entre si de modo a delimitar as regularidades discursivas de cada grupo (análise total). É essa organização das regularidades temáticas que apresentamos agora no capítulo de análise dos resultados. Posteriormente, na discussão dos dados, confrontamos algumas aproximações e distanciamentos possíveis entre estes 2 grupos.

4 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS – UMA CONFIGURAÇÃO POSSÍVEL

Querer a verdade é confessar-se incapaz de a criar.
F. W. Nietzsche

Visto que trabalhamos com 2 grupos de entrevistados, aqueles que se reconhecem como parte da IPA e aqueles que se reconhecem como lacanianos, procederemos apresentando as regularidades discursivas do primeiro grupo, seguidas das do segundo.

Nas análises a seguir não pretendemos (e consideramos não poder) apreender o *sentido* das falas apresentadas nem esgotar suas possibilidades. O que faremos, é antes, a construção de um novo discurso a partir daquele formulado em situação de entrevista. Discurso parcial, artificial e, constitutivamente, não ciente de todas as suas limitações e determinações, mas ciente de seu foco: configurar os efeitos de reconhecimento e desconhecimento acerca de si e da psicanálise nas falas dos entrevistados. Se os sentidos aos quais chegamos são os *reais* sentidos do entrevistado? Nada podemos afirmar a respeito. Não é do escopo deste trabalho atingi-los ou formulá-los como questão a ser debatida. Tudo o que podemos afirmar é que estes são os sentidos construídos no contexto desta pesquisa, e que em tal contexto, se pretendem significantes.

Os resultados são apresentados em perspectiva digressiva, isto é, alternando-se os resultados (as falas de entrevista – sempre em *itálico*) com as análises. Procedemos, então, à montagem de um novo texto baseado nas regularidades temáticas extraídas das transcrições originais. Texto pelo qual respondemos, uma vez que seu recorte, análise e apresentação são de nossa autoria.

Construímos quatro grandes categorias para os agrupamentos temáticos: “escolha”, “psicanálise”, “psicanalista” e “formação”. Categorias essas que podem, ainda, conter subcategorias concernentes aos temas identificados nas falas de cada grupo. Além disto, justificamos a diferenciação na ordem de apresentação dessas grandes categorias em cada grupo por considerarmos que as organizações assim dadas favorecem o entendimento de determinados aspectos e temas referentes ao grupo em questão, facilitando, assim, a progressão da leitura por proporcionar ao

leitor uma ordem de conhecimento dos temas, sem a qual se poderia ter a compreensão dificultada. Afinal, não podemos nos isentar de favorecer um dado escopo de entendimento a partir dos nossos modos de organizar – sejam eles quais forem.

As falas dos entrevistados estarão sinalizadas por seu nome (fictício), em itálico, e sem qualquer sinalização apresentaremos nossa “fala analítica”. Falas entre aspas e em itálico incluídas nos momentos de análise referem-se a trechos do discurso do entrevistado. Foram mantidos todos os maneirismos e erros de linguagem, do entrevistado e do entrevistador. Palavras interrompidas por uma barra (“/”) simbolizam cortes abruptos na fala, que na maior parte das vezes não é concluída, reticências entre colchetes (“[...]”) apontam para supressões de nossa autoria nas falas. Outros nomes e informações foram substituídos por “X” ou por suas iniciais.

4.1 GRUPO DA IPA

*No norte – hesito em confessá-lo – amei uma mulher,
velha de chorar: ela se chamava “Verdade”...*
F. W. Nietzsche

Os entrevistados:

Helena, 60 anos, graduada em psicologia em 1973 numa tradicional universidade de Curitiba. Vem trabalhando com psicologia clínica há 37 anos, dentre esses, há 18 anos como psicanalista. Realizou sua formação psicanalítica junto à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Atualmente faz parte de uma instituição vinculada à IPA na qual ocupa, também, uma posição administrativa. Concedeu esta entrevista em agosto de 2010 em seu consultório.

Mario, 48 anos, graduado em medicina em 1985 numa tradicional universidade de Curitiba. Clínica há 25 anos. Realizou sua formação psicanalítica junto à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Atualmente faz parte de uma instituição vinculada à IPA onde atua como supervisor, participante de grupos de estudos e seminários, além de ocupar uma posição administrativa. Concedeu esta entrevista em setembro de 2010 em seu consultório.

Vilma, 66 anos, graduada em medicina em 1967 numa tradicional universidade de Curitiba. Trabalha há 43 anos com saúde mental (psiquiatria) em seu consultório, dentre esses, há 22 como psicanalista. Iniciou sua formação psicanalítica em 1988 na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Atualmente faz parte de uma instituição vinculada à IPA onde coordena e participa de grupos de estudos. Foi entrevistada em novembro de 2010 em seu consultório.

4.1.1 Psicanálise

4.1.1.1 Aprendizado e (auto)conhecimento

Ao o início da entrevista Vilma deixa clara sua preocupação em ajudar o entrevistador:

Vilma: Que bom que você já contou com a ajuda de outras pessoas do [nome da instituição à qual é vinculada] também, né.

Renee: Já, já entrevistei.

A entrevistada tece, desde a abertura da entrevista por essa expectativa em prestar um auxílio e ao longo de toda a conversação, comentários acerca do caráter “pedagógico”, como nomeamos, da psicanálise:

Vilma: [...] E a gente sempre que aprende, né, que a psicanálise dá esse recurso, porque o que ela oferece é a gente abrir a mente, e o contato com o outro é uma forma, uma forma de conhecimento também/ tem que ser terapêutica também, ninguém vai para o psicanalista só pra se conhecer, vai também pra se sentir melhor, né.

[...] Aprender com a experiência, poder pensar sobre ela. Então você teve uma conduta que podia ter tido de outro jeito, faz uma supervisão, você vê como é que você lidou com aquela situação, e daí você estuda aquilo, e numa próxima situação você já vai fazer diferente, você já é uma outra pessoa, você já tem aquele recurso, e a psicanálise nos dá essa condição. Porque a tendência que a gente tem normalmente é de ir repetindo as coisas, a gente repete, né.

Renee: E, você mencionou que tem interesse pela psicanálise desde a adolescência, mas ao mesmo tempo você falou também que pensava na pedagogia, na neurologia, né. Eu te pergunto assim...

Vilma: Neurologia e?

Renee: Pedagogia não! Na pediatria!

Selecionamos alguns extratos para ilustrar uma temática recorrente no discurso da entrevistada. Ante a *compulsão à repetição*, a psicanálise oferece possibilidade de mudança por meio do exercício do pensamento, dos estudos e supervisões. Pensa-se, conhece-se, abre-se a mente, etc. O que Vilma parece ter aprendido é que com a psicanálise pode-se aprender. E, tomando o lapso pedagogia/pediatria no contexto da cena discursiva, pode-se dizer que foi isso que

ela tenta ensinar e que, de alguma forma, o entrevistador apre(e)nde. A partir daí podemos delinear lugares de fala: o entrevistador está em posição de quem busca um aprendizado, enquanto a entrevistada preocupava-se em se e em *como* poderia ajudá-lo/ensiná-lo. Assim, quando pontua o “erro pedagógico” do entrevistador, Vilma, em ato, o ajuda/ensina aquilo que ela aprendeu com e sobre a psicanálise: “o *contato com o outro é uma forma, uma forma de conhecimento*”. O pesquisador pôde, no/pelo contato com a entrevistada, conhecer seu lapso e “*abrir a mente*” – denunciando o aprendizado e o auxílio por ele acatados. O psicanalista é alguém que ensina no/pelo “*contato com o outro*”.

Mas o conhecimento não se esgota em si mesmo, ele vem a título de uma função terapêutica: não basta saber se não houver um “*se sentir melhor*”. Daí, decorremos um mal-estar, por assim dizer, subjacente ao processo de conhecimento. O conhecimento é um meio para atingir-se um fim, qual seja, o advento de um bem-estar onde existia algo diferente dele. Esse “saber-instrumentador” também pode ser verificado nas falas dos outros entrevistados:

Helena: [...] eu acho que todos nós quando escolhemos psicologia é por que a gente quer, a gente tá procurando, na verdade, na verdade, a gente tá procurando o autoconhecimento, né, a gente tá procurando primeiro resolver os problemas da gente, né, e eu acho que quando eu comecei a fazer análise eu vi que o caminho era por aí, entendeu, que você, através da psicanálise, começa a se conhecer de fato. Começa, né, porque não termina nunca [risos]. Mas você consegue se conhecer um pouco através, né, através de muitos anos de psicanálise a gente consegue se conhecer um pouco.

Dando destaque ao tema em questão, isto é, à psicanálise com uma forma de aprendizado/conhecimento, tem-se a associação do conhecimento à resolução de problemas pessoais. Problemas motivam o autoconhecimento, que por sua vez, resolve os primeiros.

A análise pessoal e a psicanálise aparecem como ponto de partida para o autoconhecimento. A partir deles é que se começa a “*se conhecer **de fato***”; antes, existe uma procura em meio a problemas, um desconhecimento, após, um início de conhecimento infundável. A psicanálise é um caminho sem fim, e portando desconhecido, que acena com uma promessa de conhecimento.

Helena atribui seu entendimento acerca da psicanálise a todos aqueles que escolhem pela psicologia, ao entrevistador, inclusive (“*todo nós quando escolhemos psicologia*”). O que se coaduna perfeitamente com a posição de pesquisador por ele ali ocupada, trata-se de alguém em busca de um conhecimento da/na psicanálise.

Mario: [...] meu aprendizado de vida vai se refletir na minha clínica e vice-versa, porque, como eu te falei, cada vez que eu to convivendo com uma pessoa durante um tempo eu to aprendendo com ela, estamos aprendendo juntos. Então eu penso que tanto a medicina como a atividade da psicanálise, [...] você tem a vantagem que você tá, você tá sempre aprendendo, né, você tá sempre aprendendo. Agora, você tá aprendendo com o sofrimento, você tá sempre diante de alguém que tá, que tem um sofrimento, né, senão ele não estaria dentro de um consultório de um analista, né, então é uma tarefa que é difícil pra ambos. Eu penso, pelo que eu aprendi na vida, que sempre que a gente enfrenta uma tarefa que é difícil ela também pode ser, pode nos trazer, é, experiência, aprendizado, sabedoria, né, é assim que eu vejo.

Assim como a medicina e a vida, a psicanálise ensina. Mas não somente, pois do mesmo modo que Vilma, Mario concebe que o aprendizado se dá numa relação. Ainda mais: Mario aprendeu “na vida” que tarefas difíceis trazem experiência, aprendizado e sabedoria, e aprendeu que com a psicanálise e a medicina, não se aprende simplesmente, mas aprende-se com o sofrimento. Seja na vida, na medicina ou na psicanálise, o elemento constante para o aprendizado é o sofrimento/dificuldade.

O aprendizado funciona como parâmetro para todas as relações descritas: é aprendendo com o sofrimento que o psicanalista faz psicanálise e vice-versa; é na postura de aprendizado que o paciente busca e realiza uma análise – aprendizado que encerra, então, a expectativa de uma solução para o sofrimento; assim como, aprende-se nos enfrentamentos da vida. A centralidade atribuída ao aprendizado é total: quer por, no discurso de Mario, incluir a psicanálise e ir além dela, quer por ser um elemento que nosso discurso identifica e privilegia nas falas de todos os entrevistados deste grupo. Na e pela psicanálise aprende-se e conhece-se.

Se Vilma trouxe para a cena da entrevista expectativas de ajudar/ensinar, podemos dizer que Mario trouxe expectativas que o colocaram na posição inversa, ou seja, de aprendiz. Ao final da entrevista menciona:

Mario: Se você quiser me trazer depois que você concluir sua tese, eu não sei se pode mostrar.

Renee: A dissertação? Não há nenhum tipo de restrição a princípio com isso. É um documento público.

Mario: Eu tenho interesse, se você tiver interesse, quiser depois me trazer pra gente ver o que que você concluiu. Ou se você tiver também indicação de alguém que esteja fazendo alguma coisa parecida com a tua, que possa ser útil pra gente.

Mario mostra, na própria entrevista, que sua vida é um constante aprendizado. O psicanalista em busca de conhecimento ganha vida no calor da cena solicitando ao entrevistador um saber útil, que possa trazer a si e a sua comunidade discursiva “*experiência, aprendizado, sabedoria*”. Uma produção de saber é acionada no convívio imediato com o outro (“*cada vez que eu to convivendo com uma pessoa durante um tempo eu to aprendendo com ela, estamos aprendendo juntos*”), de modo que, na contrapartida desta relação, podemos aprender que a psicanálise configurada por todos os entrevistados deste grupo toma a forma de um processo de (auto)conhecimento/aprendizado cuja principal função é sanar um sofrimento/problema. A psicanálise, portanto, como uma espécie de terapêutica do/pelo saber; o psicanalista como um sofrente (em busca de um conhecimento capaz de auxiliá-lo) que assim aprende a se reconhecer no/pelo próprio discurso que o produz e nas relações que trava vida afora.

4.1.1.2 Clínica e extra-clínica

Helena: Aqui olha, essa é a programação desse ano, tá. Nós temos uma programação bem intensa e tem um pessoal já que tá, que participa bastante. Mas nós temos um problema: não tem ninguém da nossa instituição aqui em Curitiba,

aqui em Curitiba porque em tudo quanto é lugar tem, nós não temos ninguém do [nome da instituição] que dê aula na universidade, tá. Ninguém, ninguém. Tem um pessoal que começou dando aula há muitos anos atrás, e depois saiu da universidade, então, as universidades estão cheias de analistas junguianos, né/ junguianos não, lacanianos, né.

Renee: Lacanianos, isso. Uma dificuldade que tenho em minha pesquisa é, porque eu to entrevistando o pessoal e, o pessoal laciano eu já entrevistei diversos, é fácil de encontrar, mas achar uma instituição vinculada à IPA, que tenha uma outra proposta de formação, é raro mesmo.

Helena: Pois é. E geralmente em tudo quanto é cidade tem e nós não temos, [inaudível] por enquanto não tem ninguém ligado à universidade. E isso é um problema pra nós, assim, bem grande aqui em Curitiba.

De saída, na abertura da entrevista, Helena expõe um grande “*problema*” que atinge a instituição a qual está vinculada: o distanciamento entre instituto de formação e universidade. Ao que o entrevistador responde em consonância, expondo o seu problema, qual seja, encontrar uma instituição vinculada à IPA para entrevistar “o pessoal” “*que tenha uma outra proposta de formação*”. Desse encontro de problemáticas decorrem-se algumas pontuações:

Primeiramente a acomodação de um jogo de expectativas interessante a ambos os atores. Pois se a entrevistada, conjuntamente ao seu grupo de pertencimento, carece de proximidade com a universidade, o entrevistador surge como representante da própria universidade, o que não escapa à percepção de Helena, como veremos adiante. E se, o entrevistador carece de acesso aos psicanalistas em formação segundo o modelo da IPA, a entrevistada figura como possibilidade de acesso a um grupo, segundo a fala do entrevistador, “*raro*” de se encontrar.

Além do jogo de expectativas em si (mas ainda como sua parte integrante), fica patente o posicionamento dos atores com relação ao discurso laciano. Numa atribuição de significado ao lapso da entrevistada (janguianos/lacanianos), podemos dizer que os grupos que se encontram nessa troca de nomes trazem uma marca comum, a saber, a da dissidência com relação ao discurso psicanalítico instituído. Pois se o “príncipe herdeiro” da psicanálise funda, na discordância com Freud, sua psicologia analítica, Lacan, por sua vez, funda na discordância com a IPA sua escola

de psicanálise. “*As universidades estão cheias de analistas*” **dissidentes**, diríamos. Sendo que, em concordância com a entrevistada, o entrevistador explicita a facilidade de acesso ao “*peçoal lacaniano*” e sinaliza a proposta de formação da IPA como “*uma outra*”; existem, então, as escolas lacanianas e as outras. Os atores reconhecem, pois, o discurso lacaniano num lugar de centralidade na cena psicanalítica curitibana, e o discurso da IPA num região isolada e de difícil acesso – o que lhes gera problemas.

Os psicanalistas lacanianos aparecem com acesso à universidade, o entrevistador com acesso aos lacanianos, e a entrevistada como ilhada na/pela geografia psicanalítica curitibana. A inclusão da psicanálise na universidade mostra-se como valiosa para a divulgação de sua instituição de pertencimento e da psicanálise ali praticada. Sem um espaço na universidade a psicanálise fica refém da intensidade de sua própria “*programação*”.

No fechamento da entrevista, Helena retoma a temática de abertura:

Helena: E se você quiser participar da, da, de algum curso, desses filmes aí.

Renee: Da programação. Vou dar uma olhada.

Helena: Dê uma olhada, porque tem filmes muito interessantes e a gente já tem um público cativo, assim, as pessoas começam a ir, e gostam e é de graça, e vão sempre, né. Nessa semana, por exemplo nos temos esse filme, sexta-feira, esse filme “Stella”, às 18h passa o filme pra quem não teve a chance de assistir e depois às 8:30h tem o debate e a discussão do filme, né. Dê uma olhadinha no programa, porque justamente isso, nós não temos muito oportunidade de fazer divulgação por falta de professores na universidade, entendeu? Mas, mas, o pessoal assim que tem ido gosta bastante.

Renee: É, justamente, na faculdade eu não tive né, nenhum professor.

Helena: Não, não tem. Então, então por isso que eu digo, quem sabe vocês aí que estão vindo depois de nós, que já estão tendo essa chance de fazer mestrado e doutorado, né, tenho esperança que o povo mais jovem comece a fazer parte disso e que esteja nas universidades também.

A expectativa instaurada ao início é efetivada sob a forma de um convite para integrar um grupo de “*pessoas [que] começam a ir, e gostam, e vão sempre*”, “*um público cativo*”. Helena faz uma divulgação das atividades de sua instituição

esperando a tomada de parte do “*povo mais jovem*” “*que esteja nas universidades*” fazendo mestrado e doutorado. A posição do entrevistador fica ressaltada como um representante do perfil de integrante capaz de responder ao problema que sua instituição enfrenta em Curitiba (além de um possível divulgador).

Helena atua seu papel institucional (referente à função administrativa que exerce na instituição) demonstrando que não só o psicanalista faz-se também fora do âmbito clínico, estritamente falando, como a psicanálise, de certa forma, necessita ser feita para além desse âmbito para que possa proliferar e se manter como discurso atuante. O curioso, contudo, é que, a despeito da necessidade evidenciada, essa atuação extra-clínica não costuma ser reconhecida como psicanalítica – não de forma legítima ao menos:

Mario: Algumas pessoas também trabalham em algumas instituições, né.

Renee: Com a psicanálise em instituições?

Mario: Não, com o uso da psicanálise em instituições.

[...]

Renee: Você falou sobre o uso da psicanálise em instituições, né, como que você vê isso? A psicanálise fora da clínica.

Mario: Pois é, aí é uma aplicação de alguns/ eu vejo como uma aplicação de algumas ferramentas, de algumas experiências que podem ser trazidas da prática da psicanálise. A psicanálise mesmo, a experiência da psicanálise, no meu modo de ver, se faz na sala de análise, paciente com analista, né. Agora isto pode gerar nas pessoas, é, por exemplo, uma visão de uma dinâmica mental, uma dinâmica emocional que pode ser aplicado dentro de outras áreas, por exemplo. Ou a pessoa que se submeteu à psicanálise, é o trabalho, é uma divulgação da psicanálise através de alguém que se submeteu, um psicanalisado, por exemplo. Porque ela se submeteu, ela tem uma forma de ver diferente, uma experiência diferente, e isso vai acabar se difundindo de alguma maneira, né. Então são ferramentas que a gente usa e são conhecimentos, porque a psicanálise também traz conhecimentos a respeito do ser humano; o ser humano, as dinâmicas, os conflitos, então se pode utilizar ferramentas, instrumentos que você vai apreendendo através dessa formação, em outras áreas. Mas é diferente do trabalho do psicanalista dentro da sala de análise, não dá pra usar o método da psicanálise aplicado em outras/por

exemplo, em grupos, em instituições. Mas dá pra você usar ferramentas e instrumentos. Eu vejo dessa maneira.

Existe a “*psicanálise mesmo*” e seu “*uso*” ou “*aplicação*”. A primeira “*se faz na sala se análise*”, os últimos “*em outras áreas*”, “*em grupos, em instituições*”. No/pelo reconhecimento daquilo que é chamado “*psicanálise mesmo*” instaura-se um espaço de separação em relação ao seu dito “*uso*”/“*aplicação*”. A psicanálise clínica detém o uso do método legítimo, o uso/aplicação da psicanálise dispõe de ferramentas, experiências, uma visão de dinâmica mental e emocional, conhecimentos sobre o ser humano e instrumentos. Um método legítimo e alguns acessórios de relativa legitimidade.

Associado a esses acessórios, Mario descreve a divulgação da psicanálise por um psicanalista. Sendo que, como visto anteriormente, o tema/expectativa “*divulgação*” atravessa a entrevista de Helena, literalmente, do começo ao fim. Os entrevistados reconhecem e praticam esta divulgação (assim como os outros acessórios), mas sem lhe atribuir um caráter psicanalítico legítimo. Enfim, reconhecimentos e desconhecimentos da legitimidade de práticas, pode-se dizer, psicanalíticas.

Independentemente dos critérios de reconhecimento exercidos, assinalamos que Mario, o psicanalista, faz-se aqui no/pelo recorte de uma vontade de afirmação de uma psicanálise dita legítima. É na/pela afirmação do âmbito clínico e diferenciação dos acessórios que Mario se constitui, aqui, como psicanalista (apesar destes acessórios e do método, tal como propõe o entrevistado, fazerem parte, a nosso ver, do mesmo conjunto de práticas discursivas psicanalíticas). Mesmo que a título de contraposição, os acessórios lhe são úteis e validados para o reconhecimento de si como psicanalista e do âmbito clínico como psicanalítico. Acessórios conhecidos mas, na/pela afirmação de uma vontade de verdade, não reconhecidos – ou desconhecidos em sua possível legitimidade psicanalítica.

4.1.2 Escolha (e/na análise pessoal)

Mario: [...] quando eu era adolescente, né, eu ouvia falar de psicanálise, então foi os primeiros contatos que eu tive. Nessa época era uma coisa que eu ouvia falar, né, que era uma atividade clínica que podia beneficiar algumas pessoas, né. Eu mesmo, na época, tinha uma intuição que poderia ser alguma coisa boa pra mim pessoalmente, né, eu ouvia falar em Freud também, né [...].

A psicanálise surge relativamente cedo na história de vida de Mario. Ela vem através de outras vozes (“eu ouvia falar”) que lhe informavam algo sobre a própria psicanálise e sobre suas personalidades. A intuição que sela estes momentos é a de que a psicanálise é uma atividade clínica que pode beneficiar algumas pessoas – ele próprio, inclusive. Vemos, assim, o interesse pela psicanálise surgir diretamente aliado a outros discursos e a questões pessoais (benefícios), cruzamento cuja principal decorrência é a busca pela análise pessoal, como veremos adiante. A escolha pela psicanálise estará, doravante, associada à análise pessoal e/ou a questões pessoais. Associação que atravessa o discurso de todos os entrevistados deste grupo.

Renee: E em que momento da sua formação profissional que você optou pela psicanálise?

Mario: Ah, desde sempre. Desde que eu entrei no curso de medicina. Só que, como eu fiz um curso bastante abrangente, eu passei a me interessar por outras áreas também, né, eu acabei exercendo outras atividades dentro da medicina e depois eu fiz uma opção mais diretiva para a psicanálise. Mas eu considero que sempre tive isso dentro de mim.

A escolha pelo curso de medicina já estava condicionada ao interesse pela psicanálise. Mas não somente, a própria psicanálise, ou a opção por ela, sempre esteve **dentro** de Mario; trata-se de uma espécie de interioridade que se exterioriza na forma de uma escolha, algo já dado anteriormente que se materializa numa “opção mais diretiva” (essa espécie de interioridade retornará no discurso de Vilma).

Renee: O que você considera que foi determinante pra que diante de outros interesses você mantivesse seu interesse pela psicanálise?

Mario: Olha, eu digo pra você que foram 2 fatores: um é porque dentro da medicina eu notava que eu tinha um interesse muito grande por, pela pessoa, né, por aspectos emocionais, mesmo quando havia algumas outras doenças eu tinha interesse numa aproximação emocional, comecei a notar bastante isso. E o fato de eu, é, numa determinada época da vida, sentir necessidade de me submeter a uma análise pessoal. Daí quando me submeti a uma/ a minha análise pessoal, né, e percebi o quanto, o quanto aquela atividade é, me ajudava, assim, na minha vida, eu passei a ter interesse em dirigir esse, isso pra outras pessoas também.

No universo da medicina ganha relevo a “pessoa” (do paciente, provavelmente) e seus “aspectos emocionais”, que são equiparados a “algumas outras doenças”. O interesse pelos aspectos emocionais de um outro e a necessidade própria de análise são reconhecidos como fatores distintos no discurso de Mario. Quando ele se interessa pela emoção alheia suas próprias emoções não estão em pauta.

Finalmente, a análise pessoal. Como colocado no início deste tópico, Mario, em seus primeiros contatos com a psicanálise, intuiu que ela era uma “atividade clínica que podia beneficiar algumas pessoas”, estando ele próprio aí incluído. Agora menciona que percebeu, ao submeter-se a uma, o quanto a análise pessoal o ajudava em sua vida. Sua intuição adolescente não apenas é confirmada, como, a partir de tal percepção, passa a sustentar o interesse em dirigir o procedimento que lhe ajudou a outros. Se é com esse interesse que ele passa, efetivamente, a ocupar o lugar de psicanalista (ao dirigir a atividade psicanalítica a outras pessoas), podemos afirmar que a análise pessoal é que sela a escolha profissional pela psicanálise. Antes da análise pessoal existe alguém interessado na psicanálise (e em seus benefícios), nela e por ela existe um psicanalista.

Renee: E o que você considera que foi fundamental pra você optar pela psicanálise?

Helena: Você já fez análise?

Renee: Faço.

Helena: Faz? Com quem você faz?

Renee: O nome da minha analista é D.

Helena: Pois é, eu acho que o que foi/ o que é decisivo é análise pessoal da gente, né. Quando a gente consegue ver que a coisa funciona, né. Eu acho que é principalmente isso, né. A análise pessoal é que foi decisiva na minha escolha.

Por um momento a entrevistada toma a posição do entrevistador e inverte os lugares de fala. Helena, a psicanalista, é alguém que busca saber quem é seu interlocutor: analisado ou não.

Se a análise pessoal é o fator decisivo da escolha de Helena pela psicanálise, quando devolve a pergunta ao entrevistador estaria ela indagando os possíveis fatores decisivos de escolha dele? Cogitações à parte, é curioso notar o apelo aos nomes da cena psicanalítica. Não basta fazer análise, é necessário, ainda, saber com quem a análise é feita; denunciando, assim, que a análise pessoal não é condição suficiente para a determinação de uma escolha pela psicanálise; compõe, conjuntamente, o quadro decisivo/decisor a referência à pessoa do psicanalista (e sua funcionalidade – da própria psicanálise e/ou do psicanalista). A “personalidade psicanalítica” outorga a análise **pessoal**, e de quebra a escolha pela psicanálise.

Renee: De que forma a análise pessoal foi decisiva na sua escolha pela psicanálise?

Helena: Porque se você escolheu psicologia, né, eu acho que todos nós quando escolhemos psicologia é por que a gente quer, a gente tá procurando, na verdade, na verdade, a gente tá procurando o autoconhecimento, né, a gente tá procurando primeiro resolver os problemas da gente, né, e eu acho que quando eu comecei a fazer análise eu vi que o caminho era por aí, entendeu, que você, através da psicanálise, começa a se conhecer de fato. Começa, né, porque não termina nunca [risos]. Mas você consegue se conhecer um pouco através, né, através de muitos anos de psicanálise a gente consegue se conhecer um pouco. E aí eu não, e aí foi por isso que eu me interessei pela psicanálise, né.

Após inverter as posições de fala, Helena prossegue enredando o entrevistador em seu discurso: “se **você** escolheu psicologia, né, eu acho que **todos nós**”. Além de ter sido reconhecido como alguém incluso em seu critério de escolha (fazer análise pessoal), o entrevistador é agora retratado como alguém que, assim

como Helena e todos aqueles que escolheram psicologia, procura autoconhecimento para resolver seus problemas. A busca pelo autoconhecimento e seus “efeitos resolutórios” respondem pela determinação da análise pessoal no processo de escolha pela psicanálise.

Vilma: [...] quando eu era uma adolescente, que meus pais tinham uma grande biblioteca e, e eu tive acesso a um livro do Stefan Zweig que se chama A Cura Pelo Espírito, e aquilo me interessou muito, sabe, como adolescente assim, eu li aquilo, li os livros do Stefan Zweig, daí soube que ele era amigo do Freud, daí comecei a me interessar pelo Freud. E desde então, acho que era 8ª série assim, eu tinha essa paixão pela psicologia, e tinha vontade mesmo de/ idéias de ser psiquiatra, né, a idéia era ser psiquiatra, mas também a idéia mais da psicanálise, não da psiquiatria em si, sempre com a idéia da psicanálise.

Renee: Já com a psicanálise em mente, assim.

Vilma: Já, com psicanálise. Tanto que em Curitiba não tinha curso de psicologia, né, então fui fazer curso de medicina pra depois ir para a psicanálise. Tinha essa idéia assim.

Novamente: o interesse pela psicanálise surge durante a adolescência, personalidades do campo psicanalítico marcam presença no discurso da entrevistada e a escolha pelo curso universitário está condicionada à escolha pela psicanálise. Mas não somente: a tomada pela psicanálise como profissão é justificada com base em dificuldades pessoais:

Vilma: E você perguntou não “por que” eu tive esse contato, mas “quando”, né.

Renee: Uhum. Já que você mencionou...

Vilma: É, eu acho que quando a gente sente que tem angústia, que tem dificuldades que a gente gostaria de entender melhor e se entender melhor, né, todo adolescente vive assim conflitos, né. E eu acho assim que a gente pensa em como conhecer melhor, isso pra poder lidar com as próprias dificuldades, né. Então, mais nesse sentido, eu acho que a gente busca sempre uma profissão dependendo da/tem uma motivação interna muito poderosa, né.

[...] Não tinha nenhuma pessoa na família, nada, né, nada externo, foi um determinante, como te disse, né, interno. Eu senti que eu precisava conhecer a mim mesma, entender essas ansiedades adolescentes que eu tinha, dificuldades de relacionamento, nada assim tão [inaudível].

A entrevistada mostra que existem outras razões para sua escolha, demonstrando que existe mais a se perguntar: angústia, dificuldades e conflitos adolescentes. Novamente, o psicanalista era alguém com dificuldades/problemas e o autoconhecimento aparece como instrumento facilitador para “lidar com as próprias dificuldades”.

Além disso, Vilma não reconhece qualquer fator externo que tenha pesado em sua escolha. Existe sim, o reconhecimento da poderosa “*motivação interna*” que suas dificuldades e conflitos compõem. Vilma reconhece-se como sendo motivada exclusivamente por uma interioridade mesmo quando aponta dificuldades **de relacionamento**. A psicanálise, ao menos no princípio, fala dela e para ela, ou melhor, assim Vilma a configura quando remete àquele momento.

*

O psicanalista configurado no discurso sobre a escolha é alguém que busca benefícios e resolução de problemas/dificuldades por meio de um processo de autoconhecimento chamado “análise pessoal”. São aquelas buscas que motivam sua escolha profissional pela psicanálise, e é o instrumento creditado como capaz de responder por tais buscas (a análise pessoal) o “divisor de águas” que separa alguém em busca de algo do psicanalista efetivamente falando – alguém que já detém um autoconhecimento.

4.1.3 Formação

4.1.3.1 Exigências institucionais

Quando conta a história de seu percurso psicanalítico Helena descreve detalhadamente o processo de formação que vivenciou:

Helena: Aí, depois, em 1980, eu comecei a fazer minha análise pessoal mesmo, aqui em Curitiba, então eu fazia análise aqui em Curitiba e fazia supervisão com a Dra. E., que até vai vir agora, essa semana, aqui pra Curitiba, ela é de São Paulo, eu ia pra São Paulo fazer supervisão com ela. E, durante muitos anos, eu fiz 10 anos de análise aqui em Curitiba.

Onde se faz, com quem se faz, quanto tempo se faz, quando se faz. Localidades, personalidades, duração e datas permeiam o discurso da entrevistada.

*Helena: E daí, em 1992, eu acho, eu fiz a seleção, porque tem uma seleção **bem difícil** pra poder entrar no Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira em São Paulo. Aí eu fiz uma seleção, essa seleção constava de: a gente tinha que escrever uma autobiografia, e daí, por essa autobiografia, já eram selecionados, já eram selecionados, assim, as pessoas, aí, depois dessa autobiografia, tinha 3 entrevistas com 3 analistas didatas, e daí eu fui pra lá, fiz essas 3 entrevistas e daí eu passei na seleção, em 1992, eu acho.*

A seleção é “*bem difícil*”, nela a vida do candidato é esquadrinhada num texto autobiográfico que pode conduzi-lo, ou não, à próxima etapa. Importa saber **quem é** este que se candidata a psicanalista. Como veremos nas falas de Vilma, existe uma espécie de perfil pré-fixado, sendo ainda, “*bem difícil*” corresponder a tal perfil e perdurar em tal formação.

*Helena: Daí eu fiz, daí pra fazer a formação em São Paulo a gente faz primeiro 1 ano de análise com um analista didata da Sociedade. Daí faz 1 ano de análise antes de começar os cursos, e depois durante 4 anos a gente faz os cursos, que **tem lá tudo programado**, né, por semestre, assim, e são 4 anos principalmente, 4 anos de Freud, 3 anos de/ 2 anos de Melanie Klein, daí tem os cur/ 2 anos de Bion, e tem as matérias opcionais, que aí a gente estuda outros autores, né, tem Winnicott, outros autores, né.*

A análise pessoal não é realizada com qualquer psicanalista, trata-se de um analista didata, não sendo totalmente definida pela pessoa, já está “*tudo programado*”. Assim como estão programados os cursos teóricos.

*Helena: E paralelo a isso também, durante todo o tempo a gente tem seminário clínico, que é uma atividade muito, muito interessante também. Por exemplo, a gente faz um grupo de 8 **pessoas** e um **analista didata**. Cada semana uma pessoa leva um caso clínico e daí a gente faz um tipo de uma supervisão em conjunto. Isso durante os 4 anos a gente trabalha assim, com seminário clínico. Sempre tem que participar disso.*

Existem as “pessoas” e o “analista didata”. Esta figura ganhará, cada vez mais, um estatuto diferenciado no discurso de Helena.

Helena: E aí a gente depois tem que escre/ tem que fazer, durante todo esse tempo a gente faz análise junto, né, tem que fazer análise pelo menos 6 anos, e depois a gente faz 2 anos de supervisão com um supervisor e nesse, nesses 2 anos a gente faz, escreve um caso clínico inteirinho, com a parte teórica e a parte clínica, e daí apresenta pra uma banca, isso, e depois a gente faz outro caso clínico e apresenta pra banca de novo. São 2 casos, quer dizer que são 4 anos de supervisão individual daí.

Em sua formação, Helena calcula: os anos de ingresso, as localidades, as personalidades, os processos seletivos e avaliações, as aprovações, os cursos e seminários, os trabalhos e casos clínicos, o tempo de análise, supervisão, estudos, o número de pessoas participantes de cada evento, etc. Quantidades atravessam e constituem a formação – e o psicanalista. A entrevistada toma fôlego e continua descrevendo o processo:

*Helena: Se a gente passar nos 2 trabalhos, e se a gente passar nos cursos, tudo a gente tem avaliação, tudo, **o tempo inteiro a gente está sendo avaliado**, aí a gente recebe um certificado de membro associado da Sociedade, da Internacional, da IPA. E daí, depois de membro associado, eu, por enquanto, sou membro associado, depois de membro associado, eu agora, por exemplo, eu to me dispondo,*

*a gente tem que escrever mais 2 trabalhos, é, então eu to, to, continuo fazendo supervisão em São Paulo, pra escrever mais 2 trabalhos pra serem publicados, né, com, com também a parte teórica a parte clínica, e, e a gente tem que apresentar esses trabalhos num prazo, eu não to bem, se eu não me engano são 2 anos de prazo entre um e outro, pra gente passar pra membro efetivo, e depois de membro efetivo se a gente, **se tiver tudo bem**, a gente começa a participar de seminário de/ a dar aula, entendeu, começa a dar aula, começa a, continua escrevendo os trabalhos, daí tem, você tem vários itens, assim, tem que ter publicações, tem que ter um monte de coisa, pra você se tornar psicanalista didata da Sociedade. Então **o didata é o top de linha**, assim, e só tem gente bem mais, bem mais, bem velha mesmo, bem mais velha.*

O psicanalista é autenticado por um extenso e rigoroso processo de avaliação (“*tudo a gente tem avaliação, tudo, o tempo inteiro*”) para ser certificado pela IPA; e, para ser reconhecido como tal na situação imediata de entrevista, é alguém que descreve exaustivamente os exaustivos processos de avaliação experimentados. Examinado (FOUCAULT, 2009d).

Cada posição almejada lhe rende mais exigências. Entre cálculos e certificações, tudo precisa estar “*bem*” para que o candidato possa subir na hierarquia institucional – as avaliações podem ser más. Ao fim desta escalada, no topo da linha, advém o analista didata, aquele diante do qual outros analistas tornam-se simples e numerosas pessoas. Nesse cume “*só tem gente bem mais velha mesmo*”. O tempo (cronológico) é um fator de peso na formação do psicanalista.

Helena: Principalmente nós que somos de fora, né, que temos que ir pra São Paulo e custa muito caro tudo isso. [...] porque tem que pagar a viagem, tem que pagar a estadia, tem que pagar a análise que é o mais caro de tudo, a supervisão, tudo isso. E, então, então tudo isso que a gente faz, tem que estudar, né, todo, toda semana tem aula, então isso aí eu acho que tudo isso que eu to te falando que forma a subjetivação, que nem você tá dizendo, né. Eu acho que principalmente a análise pessoal é o que é o mais importante, né. E daí eu to sempre procurando análise pessoal, a gente tá sempre fazendo análise, assim, re-análise, não é.

Para a entrevistada, o que “*forma a subjetivação*”, tal como menciona o entrevistador, é “*tudo isso*” que ela descreveu. O psicanalista reconhece-se, então, como produto direto das exigências institucionais; formando-se na exata restituição do processo instituído/instituinte.

Além de se haver, inevitavelmente, com a legitimação de modos de se relacionar, o psicanalista, neste modelo de formação, parece estar constantemente em face da legitimação da concretude da instituição que (o) faz. Programações, requisitos, números, datas, processos, etc. marcam presença como elementos pelos quais (e nos quais) o psicanalista reconhece-se.

Renee: Como que você entende que um processo de formação em psicanálise deve ser?

Mario: Ah, como eles orientam que é pra ser mesmo, né. Geralmente tem isso, tem normativos, né, que, que regem esse tipo de formação. Como tem, por exemplo, o curso de medicina, ou um curso de mecânico, por exemplo, tudo tem normativos.

“*Tudo tem normativos*” e os normativos são todo e qualquer processo de formação.

Mario: Eu, que que eu posso dizer? Da experiência que eu tive eu só posso estar de acordo, penso que isso tá baseado em 4, alguns dizem tripé, outros dizem, né, análise pessoal, é, supervisão, atividade clínica e, é, estudo teórico-clínico. Então, é o que eu fiz e o que eu conheço e o que eu vejo que é necessário. [...] E eu ainda acrescentaria, além desses quatro fatores, a experiência de vida, né, que eu penso que a experiência de vida da pessoa é fundamental pra exercer a psicanálise.

Apesar de colocar-se na estrita adesão à norma do modelo do qual participa (“*só posso estar de acordo*”), Mario não hesita em reordená-lo dando ao tripé da formação um quarto e, ainda, um quinto fator. Chama a atenção o fato de que, apesar da explícita modificação da imagem clássica do tripé, Mario faz-se reconhecer como normatizado (FOUCAULT, 2009d). Ele confirma sua adesão ao modelo clássico, coloca-o como sendo o único de seu conhecimento e como necessário, mas, no mesmo ato, modifica-o; isso enquanto tenta preservar o próprio

reconhecimento de si como de acordo com o modelo instituído. No reconhecimento do instituído Mario faz desconhecer o próprio ato instituinte.

Vilma: Olha, eu acho que o sistema da IPA é muito importante, muito útil e deve ser desse modo. Porque ele parte de uma idéia de que uma pessoa formada em qualquer área, seja psicologia, medicina, outras áreas também, pra começar uma formação precisa de uma terapia pessoal, e uma terapia com um analista experiente que, no caso, é um didata de uma das sociedades ligada à Internacional, que são aquelas que você já conhece, né, de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro. E essa análise dura um tempo até que a pessoa se candidata a fazer os seminários, né, então ela tem que fazer seminários, vai conhecer a teoria.

A razão pela qual o sistema da IPA é considerado importante, útil e necessário é o postulado de que uma formação inicia-se com a análise pessoal. Entretanto, a análise pessoal não constitui o cerne da formação por si só, para tanto ela deve ser realizada com um analista didata (sinônimo de profissional experiente) vinculado a alguma sociedade ligada à IPA (assumidas como parte do conhecimento prévio do entrevistador). Mais uma vez, a análise pessoal é autenticada pela posição (institucional) do psicanalista com quem ela é realizada.

O psicanalista didata é um elemento interessante deste modelo de formação, visto que ele é imprescindível para a formação de um outro psicanalista e, ao mesmo tempo, tido como o topo da linhagem profissional delineada, nestes discursos, pela IPA; ele está imediatamente presente na análise pessoal do psicanalista em formação e, sincronicamente, projetado como figura máxima daquela psicanálise. Ele é próximo e distante; parte imprescindível de um percurso destinado a almejar essa mesma parte e, assim, repeti-la.

Vilma: Ela vai fazer seminários, que começam com Freud, [inaudível], em cada lugar que você vai é um pouquinho diferente da outro, Rio de Janeiro é pouco diferente de São Paulo, mas são alguns autores que ela tem que conhecer [inaudível], pra que depois ela possa escolher autores outros, e depois ela tem que começar a fazer seminários práticos, levar um material pra supervisão em grupo, pra ver como é que ela agiu com aquele material daquele paciente, e depois tem que passar por toda uma supervisão individual do caso clínico, né, geralmente são 2,

durante um determinado número de horas, né, então tem supervisões toda semana, e aí tem que analisar aquela pessoa 4 sessões por semana.

Além do analista didata, a formação também é referenciada com base nas localidades em que é feita; elas lhe estampam características próprias. O psicanalista **tem** que conhecer alguns autores, **tem** que fazer seminários práticos, **tem** que passar por supervisão e **tem** que ser analisado 4 sessões por semana. A supervisão exerce-se nos casos clínicos e no próprio psicanalista. Ele é analisado no divã e fora dele. O psicanalista faz-se num espaço de ordem marcado pela visibilidade e esquadrinha de sua pessoa. Disciplinado (FOUCAULT, 2009d) a não reconhecer-se fora dessa disciplina, e a desconhecer fora dela a psicanálise.

Mas nem só de análise e supervisão é feito um psicanalista. Ele também é avaliado:

Vilma: Algumas sociedades tem assim um grupo de avaliação, né, algo assim onde funcionam pessoas de vários níveis de graduação e 2 professores analistas didatas, em que se discutem casos, conversam, pra ter uma idéia de como é que aquelas pessoas estão digerindo a formação também, como é que elas estão evoluindo, às vezes pode ser, pode ter dificuldade pra escrever sessões, ou pode ter outros tipos de dificuldades que os coordenadores vão tentar suprir, vão tentar acrescentar, ver como podem ajudar, né, que tem pessoa que tem mais dificuldades de falar, de escrever, outras de/ outras que ficam, não conseguem, tipo, fazer um mesmo curso e não conseguem passar aquele curso, né. Porque cada curso tem depois, de cada autor, cada curso, tem um material pra entregar, né, relatórios, a pessoa às vezes fica patinando no relatório, outras já também conseguem lidar bem. Então é uma formação longa, né, mas acho que é muito boa né, porque permite que a pessoa tenha muita firmeza depois daquilo que ela fala, né.

No grupo de avaliação existem “pessoas de vários níveis de graduação” e os “professores analistas didatas”. Mais uma vez esta figura é estatuída no/pelo realce em relação a todos aqueles que não o são. Apesar do lugar proeminente, o analista didata vem como um coordenador cuja função é suprir, acrescentar e ajudar o psicanalista em formação na superação de suas dificuldades. Afinal, depois de cada curso, de cada autor, um material precisa ser entregue, um relatório apresentado; a

formação precisa ser digerida e o psicanalista precisa evoluir. A instituição oferece um espaço de auxílio para que o psicanalista possa melhor cumprir com as condições que ela mesma impõe. Instituição do processo instituinte. Garantia de “firmeza” do discurso do psicanalista.

Renee: E você acha que esse sistema de formação pode ser diferente em algum sentido? Poderia ter sido, no caso da sua formação, do que você já experienciou, diferente de alguma forma? Se for o caso.

*Vilma: Olha, eu não acho que deva ser muito diferente, eu acho que o que ela é, ela é flexível, você **sempre tem** uma mudança de estatuto, ora os alunos tem certas obrigações, ora os alunos podem participar ou não. Quer dizer, sempre há uma certa mudança a medida que evolui, né, outros autores entram, né, por exemplo, até pouco tempo não entrava Winnicott, não entrava Lacan, agora entra Lacan, também entra Winnicott, então vão mudando, né. Agora começa a estudar mais os franceses, são períodos, né, que certos grupos vão se dedicando e vão produzindo trabalhos e vão sendo incorporados também, né, e dentro desse critério, assim, né, essa coisa bem criteriosa. Mas eu acho que as mudanças que vão se fazendo são aquelas que são graduais, né, mas não de base, de base na exigência, por exemplo, né, o tripé, o estudo teórico, a supervisão e a análise pessoal.*

A formação não deve ser muito diferente daquilo que ela já é. Sua flexibilidade provém das mudanças de estatuto, logo, mesmo se flexibilizada, ainda estatutária. O que Mario deixa bastante evidente ao se fazer reconhecer como normatizado a despeito da flexibilização que institui no estatuto clássico.

As obrigações podem mudar, o direito de participar pode ir e vir, outros autores e tradições teóricas podem ser incorporados; a constante é a submissão dos alunos à flexibilidade estatutária.

Finalmente, toda mudança é gradual e já está prevista e limitada pela exigência base, o tripé.

*

O discurso destes entrevistados configura um processo de formação permeado de exigências diversas em que o psicanalista reconhece-se como tal

no/pelo cumprimento da norma. Mesmo quando alterações no processo instituído são vislumbradas ou por eles efetivadas, o psicanalista (se) faz reconhecer (n)a manutenção imaginária de um espaço de ordem sem o qual, ao que tudo indica, ele próprio não pode existir. Assegurar a existência de tal espaço significa assegurar o psicanalista e a psicanálise. É na/pela ordem desse discurso institucional normatizado/normatizador que eles podem existir. E é na/pela delongada exposição de semelhante modelo de formação que os entrevistados fazem-se reconhecer como psicanalistas “firmes” e devidamente certificados; ou ainda, demonstrando o processo avaliativo pelo qual passaram cria-se uma cena em que ao entrevistador é dada a oportunidade de avaliar a extensão das exigências cumpridas em suas formações.

4.1.3.2 Mudanças e/no aprendizado

Helena: Eu acho que você conhecendo a, você se conhecendo mais a maior mudança que acontece, eu acho que é um amadurecimento né, um maior amadurecimento. Acho que a gente muda muito a maneira de ver, de ver os outros, de ver a vida, de deixar de ter tantos pre/ deixar de ter preconceitos, deixar de ter tanta idealização, né, eu acho que você consegue ver a realidade com mais objetividade, assim, talvez seja principalmente isso, né.

A formação psicanalítica, aqui igualada ao autoconhecimento, opera mudanças cujo maior representante é o amadurecimento. Ao se conhecer no/pelo processo de formação, o psicanalista amadurece mudando sua visão e deixando de ter algumas coisas. Perspectivas e perdas. Perdendo preconceitos e idealizações suas perspectivas ganham em objetividade.

Renee: Como é ver a realidade com mais objetividade?

Helena: A porque, porque a gente/ porque as fantasias, tudo o que uma pessoa tem, deturpam muito a realidade, né, no início assim, vamos dizer, uma pessoa, uma pessoa que nunca fez análise que ela é, projeta, ela usa tudo quanto é tipo de mecanismo de defesa, não é verdade? Usa muito. Projeção, identificação

projetiva, idealização, é, muita coisa assim, eu acho que na medida que você não precisa mais, né, que não, que não, não precisa mais usar tantas defesas, né, na medida e quem você começa a se valorizar, valorizar os outros, a ver mais a realidade como ela é. Talvez você se sinta, eu acho que dá, dá condições de você viver melhor, né. Muito difícil de responder essas coisas [risos].

Existe uma realidade já dada. Fantasias, “*tudo o que uma pessoa tem*” e mecanismos de defesa entram como fatores deturpadores dessa realidade; isso no caso de “*uma pessoa que nunca fez análise*”. O psicanalista, como pessoa analisada, prescinde em algum grau, do uso desses fatores valorizando a si mesmo e aos outros podendo, então, “*ver mais a realidade como ela é*”, além de ter melhores condições de vida. Entretanto, quando fala sobre sua “*maneira de ver*” as mudanças da/na formação, a perspectiva de Helena (“*eu acho*”) vem a título do outro (“*você*”, “*a pessoa*”) ou de um grupo no qual ela se inclui (“*a gente*”), não de si mesma. Situar uma perspectiva autônoma da realidade é “*muito difícil*”.

No declínio de preconceitos, fantasias e mecanismos de defesa, surge “*a realidade como ela é*”; este interstício é a marca de um processo de formação psicanalítica tomado em aproximação com a análise pessoal. A partir deste interstício, Helena reconhece a si, como psicanalista, e ao outro, como pessoa analisada.

Renee: Mario, você considera que a formação em psicanálise propicia mudanças pessoais?

Mario: Claro.

Renee: De que forma, poderia me contar um pouco?

Mario: Primeiro porque a pessoa precisa se submeter a análise pessoal, né, então eu pressuponho que se a pessoa fizer uma análise, fizer uma análise mesmo, né, pode ocorrer muitas transformações na pessoa, né. Depois se a pessoa vai atender, vai trabalhar com pacientes, né, ela vai ter mudanças em vários níveis, né, vai ter uma mudança, por exemplo, no nível profissional, por exemplo, né, vai aprender alguns aspectos, é, técnicos, teóricos, né, então vai aprender com o paciente. Então toda vez que você tá com o paciente, convivendo com o paciente durante um tempo, a gente tá aprendendo, a gente tá mudando. Toda vez que a gente tá interagindo de verdade com outra pessoa eu considero que a gente pode

estar mudando, né. Então a/ é/ uma vez que compreenda tudo a resp/ mesmo seminários, né, você tá lá discutindo alguma coisa com outro colega, né, que tem uma experiência diferente da sua, né, ou você tem dificuldades, então você vai expor as suas dificuldades e questionamentos pra outros colegas, os outros colegas vão/ quer dizer, você tá dentro de uma área de troca, né. Então eu vejo que só, só pode ter mudança, mas se não tiver tem alguma coisa de errado! [Risos].

Pode-se fazer uma análise ou fazer “*uma análise mesmo*”. No discurso destes entrevistados a análise pessoal é qualificada pelo analista, pelo tempo/duração, por ser boa, etc. A análise pessoal também é avaliada.

Mudanças equivalem a aprendizado, e toda mudança/aprendizado se dá via relação: com o psicanalista, o paciente, a teoria e os colegas de profissão. Assim como a análise pessoal é qualificada, essas relações de aprendizado/mudança também são: interagir não basta, é preciso estar “*interagindo de verdade*”.

Para que a mudança/aprendizado ocorra são necessárias certas qualificações dos/nos processos em que elas acontecem. Se não houver mudança/aprendizado “*tem alguma coisa de errado*”, ou seja, um processo em desqualificação. Deste modo, é no/pelo atendimento dos critérios estabelecidos que as relações vividas positivamente mudanças/aprendizados. O psicanalista que delineamos aqui se reconhece mudando quando mantém o mesmo padrão relacional já descrito nas análises anteriores, qual seja, a observância de requisitos. É pela/na via da observância de critérios que o psicanalista se faz e é feito; critérios constrangedores e produtores.

Renee: Pode me falar um pouco mais sobre como, o que você/ como o profissional se modifica e/ de expandir a mente, como assim?

Vilma: É porque, é, é no contato com o outro que a gente se escuta, né, melhor. Então na medida em que você está em contato com alguém, que você se escuta, né. Agora to me escutando, falando com você, eu fico “puxa, mas eu não sei isso, não sei aquilo”, você me faz uma pergunta, eu fico meio impactada! Eu vou pensar, né. E isso estimula você a não só se ouvir, perceber o que você está dizendo, né, o que tá sentindo, e encontrar o caminho pra expandir isso, né, e melhorar, né. Quer dizer, então, nesse sentido você vai ganhando, né, em lugares que não existia, vai ampliando, né. Então eu acho que isso é algo/ de ampliar num

contato assim, de situações tão profundas, né, que têm haver com o interno, com os sentimentos, com as emoções, né, com certeza isso é, é muito rico, né.

Na cena configurada a entrevistada ocupa uma posição (psic)analítica: o entrevistador oscila entre a entrevistada e “o profissional”, entre mudanças e expansão mental. Enquanto oscila em seu questionamento, a entrevistada demonstra resolução para não somente respondê-lo, bem como para demonstrar sua resposta por meio da relação imediata ali travada. Apesar de afirmar estar “*impactada*”, Vilma dá indícios de estar operacionalizando a situação: ela pensa, se escuta, percebe o que está dizendo, sentindo, e, assim, encontra o caminho para expandir sua mente. No contato com o entrevistador ela cria oportunidade de impactar-se com seu desconhecimento e produzir conhecimentos. A psicanalista faz-se presente como alguém que, na/pela relação estabelecida, cria oportunidade de objetivar o “*interno*”, os “*sentimentos*”, as “*emoções*”, etc., ou seja, de objetivar a própria psicanálise, fazendo-se, assim, psicanalista.

Renee: Uhum. E, de que forma que você se viu mudando nesse processo? Na prática clínica, no estudo da psicanálise... Você poderia me dar, de repente, um exemplo de como percebe isso em si mesma?

Vilma: Diante de certas situações você pode usar mais o pensamento, menos ação, né. Pode ter mais tranquilidade em certas situações que antes você não tinha/ isso acontece, acontece porque tem mais experiência, né. Por exemplo, uma criança que se machuca, que não para de chorar, fica apavorada, né. Mas se ela já sabe que aquilo é só um machucado, que vai parar de sangrar, que ela não vai sangrar o tempo todo, sair o sangue todo do corpo, ela já vai ficando mais, vai lidando de uma forma diferente com aquilo. Eu acho que da mesma forma, quando a gente tem uma idéia [inaudível], você pode ter uma idéia de como vai lidar com aquilo. E isso ajuda, né, a ter uma outra postura [inaudível], usar o pensamento, e aprender com a experiência também, né. Aprender com a experiência, poder pensar sobre ela. Então você teve uma conduta que podia ter tido de outro jeito, faz uma supervisão, você vê como é que você lidou com aquela situação, e daí você estuda aquilo, e numa próxima situação você já vai fazer diferente, você já é uma outra pessoa, você já tem aquele recurso, e a psicanálise nos dá essa condição.

O exemplo de Vilma não concerne a ela mesma, ou não diretamente. Seu discurso refere-se ao outro (“você”), a um grupo do qual ela se inclui (“a gente”) e a um personagem fictício (“*uma criança*”). E o que essas figuras acionam é a demonstração de uma mudança de postura/conduta através do aprendizado com a experiência.

A cena da criança e a do psicanalista podem ser colocadas em simetria: a supervisão está para o último assim como o aprendizado para a primeira. Por meio desses procedimentos eles podem aprender com a experiência e “*fazer diferente*”. Anteriormente Vilma (assim com os demais entrevistados deste grupo) mencionara uma “*motivação interna*” determinante em sua escolha pela psicanálise, qual seja, problemas e angústias cuja resolução deu-se na/pela análise pessoal (caracterizada, igualmente, como um processo de aprendizagem/conhecimento) – “*Eu senti que eu precisava conhecer a mim mesma, entender essas ansiedades adolescentes que eu tinha*”. Uma criança machucada, um adolescente ansioso; procedimentos da formação psicanalítica que permitem aprender com a experiência e lidar “*de uma forma diferente com aquilo*”. Trate-se de estudos, supervisão ou análise pessoal, o que está sempre em pauta é o processo de aprendizado/conhecimento capaz de ensinar a criança “*que ela não vai sangrar o tempo todo*”, o adolescente a relacionar-se e entender-se, e o psicanalista a pensar e, assim, não repetir – ou “*fazer diferente*”, como diz Vilma.

*

Em aproximação à própria psicanálise delineada, temos no/pelo discurso da mudança pessoal um processo de aprendizagem no qual o psicanalista reconhece-se mudando quando amadurece, aprende e usa o pensamento nas relações que trava (dentro e fora de sua clínica). Contudo, se encaradas pela perspectiva da centralidade atribuída ao aprendizado/conhecimento nestes discursos, o que temos são mudanças que acontecem no/pelo mesmo. A mudança se dá no sentido de reprodução do dispositivo de aprendizado que as suscitou, fechando o ciclo de um processo instituído/instituente. Fazendo uso de uma fala de Mario, o psicanalista vai “*aprender que tá sempre aprendendo*”, não apreender o aprendizado, ou aprender a apreendê-lo.

4.1.4 Psicanalista (requisitos institucionais)

Renee: E o que você considera necessário pra ser um psicanalista? No sentido de poder falar em nome da psicanálise.

Mario: Pra poder falar em nome da psicanálise? Eu considero necessário seguir essas, é, orientações que instituições determinam pra pessoa se formar como psicanalista. Agora pra falar sobre psicanálise, pra conversar sobre psicanálise, eu considero que só basta a pessoa estar no mundo [risos], ou pra falar sobre psicanálise/por exemplo, a pessoa que fez, que teve uma experiência de análise, ela pode falar sobre a psicanálise, porque ela tem a vivência de análise, a pessoa pode falar, né. Agora a psicanálise dentro de um campo de conhecimento da humanidade, ela tá disponível pra qualquer pessoa, então qualquer pessoa pode ter acesso, pegar um livro, ler, é, apreender alguns conceitos.

Renee: E você se considera um?

Mario: Eu me considero.

O psicanalista é feito no/pelo discurso institucional. Mario reconhece o psicanalista legítimo (que fala **em nome** da psicanálise) em contraposição à pessoa que fala **sobre** psicanálise. À última não são feitas grandes exigências, bastando “*estar no mundo*”, ter uma experiência de análise e/ou ler um livro a respeito para que possa falar sobre psicanálise. O primeiro, contudo, precisa seguir “*essas orientações*” concernentes às instituições de formação vinculadas à IPA. Se não seguidas, então não autorizado a falar em nome da psicanálise, mas sim sobre psicanálise.

Mario, psicanalista, reconhece-se como tal. Os critérios para sua titulação foram cumpridos e o psicanalista afirma-se sem maiores rodeios.

Mario: [...] Agora, realmente a gente precisa ter uma formação, até porque algumas pessoas precisam saber como vão se nortear. Nesse sentido a IPA é, eu acho que ela/não pode virar uma anarquia [inaudível], não, ela tem regulamentos que, dentro do que eu vi, eu não conheço muito outras instituições, eu até tenho bastante curiosidade em conhecer... Eu tive assim, dando uma passagem aí, nos

ambientes assim, né, mas eu já vi que tem muitas diferenças, e, eu acho que essas regulamentações, né, que a IPA coloca, sempre dá um bom subsídio pra pessoa, inclusive eles dão depois, né, você tem, por tudo aquilo lá, você tem um título de psicanalista, né, você pode se intitular ou não, psicanalista. Você cumpre alguns requisitos. E outras instituições eu não sei bem como é.

Além de diferenciar aqueles que falam sobre psicanálise dos que, tal como o entrevistador havia proposto, falam em nome da psicanálise, as regulamentações da IPA diferenciam uma formação capaz de nortear **algumas pessoas**, dar um “*bom subsídio*” e um título de psicanalista, de uma formação descrita como diferente. Esta outra formação não é devidamente caracterizada, ficando dito apenas que fora das regulamentações da IPA existe algo pouco conhecido, diferente, que desperta curiosidade e que “*não pode virar anarquia*”. A IPA garante a ordem da/na formação, executa requisitos e assim garante o psicanalista. Sobre outras instituições Mario não sabe e não tem qualquer garantia. O psicanalista faz-se, aqui, marcando a segurança do/no seu lugar de fala.

Vilma: É, fazer essa formação do modo que é solicitado, né, isso é uma coisa básica. E se alinhar, né, com certas questões institucionais, isso é importante, a instituição [inaudível] importante.

Renee: Como assim, alinhar com questões institucionais?

Vilma: Sim, se a pessoa vai fazer uma formação e ela não concorda que tem que ter supervisão, que faz parte do/ começa uma formação ela não pode se dizer psicanalista, né, pra ela se dizer psicanalista e “to aqui pra falar em nome da psicanálise” ela precisa aceitar, né, que ela precisa se submeter a isso, né, por exemplo, ela fazer 2 anos de análise didática, se aquela instituição solicita que sejam 2 anos, ela tem que concordar que ela tem que fazer isso. O que ela pode é, é não estar o analista didata que ela procurou, não estava satisfeita, né, e mudar pra um outro, né, dentro da mesma instituição, mas o que é, é que ela tem que seguir aquelas normas pra que ela possa se dizer psicanalista, falar em nome da psicanálise. Como um médico, né, pra ele falar que ele é médico ele não pode fazer, você tem que fazer o curso, aceitar fazer todas as disciplinas lá da [inaudível] médica, por exemplo, se não fizer, né... Acho que essa é uma condição.

Ao psicanalista é necessária a submissão as exigências da instituição de psicanálise a qual está vinculado, “*isso é uma coisa básica*”. Se não satisfeito, o psicanalista pode mudar – desde que o espaço de ordem já delimitado seja respeitado. Ou seja, é na observância das normas institucionais que o psicanalista acontece. Ele é produzido na medida em que a normatização institucional é reproduzida.

Aqui a formação psicanalítica não encerra exclusividades, ela é reconhecida da mesma forma que outra formação profissional qualquer: no/pelo cumprimento de um conjunto de exigências institucionais (“*Como um médico*”). Lembremos a fala de Mario: “[...] *o curso de medicina, ou um curso de mecânico, por exemplo, tudo tem normativos*”. O psicanalista é legitimado na/pela reprodução do modelo de formação.

Válido de nota o fato de que estes psicanalistas trazem à cena, diversas vezes, suas outras formações profissionais a título de comparação com a formação psicanalítica. Essa última sofre algumas marcas das primeiras, sendo reconhecida em analogia ao modelo de formação que a antecedeu. O discurso daquelas formações anteriores ecoa no/pelo discurso da formação psicanalítica.

Vilma: Eu acho que você tá querendo perguntar uma outra coisa, mais em termos de condições emocionais, pra ser, assim, psicanalista.

Renee: Não, não tenho a priori nada estabelecido. O que for da sua, digamos, consideração.

Vilma: Eu considero que essa formação/ que a pessoa que se dedica e que faz essa formação, e que vai, consegue ir até o fim com ela e depois disso se mantém se atualizando, ou ligada mesmo à instituição, ao que ela oferece, né. Acho que depende de a pessoa continuar dentro da área, né.

Renee: Você tinha mencionado condições emocionais.

Vilma: É, geralmente a pessoa que não tem essa condição emocional ela desiste, ela muda, né, muda de área, ou vai mais pras neurociências, não que neurociências não combine com psicanálise, porque muita gente faz as duas coisas. Mas, vai pra um outro campo, né, muda pra outra área.

Vilma supõe à questão do entrevistador um sentido específico, apontando para sua consideração acerca de determinadas condições emocionais necessárias ao psicanalista.

A pessoa em formação pode conseguir, ou não, chegar ao fim dessa formação. A formação tem um fim. Uma vez findada, essa pessoa permanece ou muda de área; permanece psicanalista se se atualiza e se se mantém ligada à instituição e ao que ela oferece. A ligação à instituição oferece à pessoa justamente o psicanalista que ela pode ser naquela e por aquela vinculação. A manutenção do vínculo ao espaço de ordem institucional é o que efetiva a permanência do psicanalista como tal. E esse não é um vínculo meramente formal, ele constitui uma condição emocional.

A pessoa que desiste da formação e/ou muda de área, deixando, assim, de ser psicanalista, é carente de uma condição emocional. O psicanalista, logo, é dotado de tal condição, e sua vinculação/submissão ao espaço de ordem institucional é o que o atesta. Áreas outras, como a neurociência, apesar de poderem combinar com a psicanálise, são implicitamente colocadas como não necessitando dessas condições emocionais para seu exercício. Se, como dito anteriormente pelos entrevistados, toda e qualquer formação profissional encerra um conjunto de exigências/normas institucionais a serem acatadas, a formação psicanalítica diferencia-se agora por exigir, além deste conjunto, algumas condições emocionais que outros processos de formação não exigem. O psicanalista, então, faz-se num assujeitamento específico, em que a instituição de um espaço de ordem acontece mediante um vínculo emocional. *Instituição e relações afetivas* (GUIRADO, 1986a).

Vilma menciona ainda outros requisitos emocionais, por assim dizer, necessários ao psicanalista:

Vilma: [...] se ela tem uma estrutura de personalidade que vai combinar com isso também.

Renee: Como assim?

Vilma: É, porque, porque, nessa avaliação, né, que a pessoa passa por vários analistas, fazem tipo de um interrogatório, assim que nem você tá fazendo [risos]. É uma coisa pra saber um pouco da vida da pessoa, e é muito útil, porque um psicanalista primeiro tem que ser uma pessoa que seja extremamente dedicada, né, não pode ser uma pessoa com um distúrbio grave de personalidade, né, não pode ser um psicopata, por exemplo, e às vezes é muito difícil perceber esse tipo de personalidade, né, então uma, uma triagem, assim, né, a pessoa passa por várias

entrevistas, [inaudível] é muito importante pra uma instituição receber aquela pessoa, né.

Além da normatização sofrida no/pelo processo de formação, o psicanalista, quando do início de tal processo, precisa ser identificado como pertencendo previamente a uma espécie de faixa de normalidade referente à sua “*estrutura de personalidade*”. Ele passa por um interrogatório acerca de sua vida para que eventuais distúrbios graves de personalidade possam ser identificados (tais distúrbios afetam seu grau de dedicação, e a instituição exige dedicação extrema, alguém disciplinado). A história de vida e a personalidade do candidato são esquadrinhadas de maneira a dispô-lo num quadro classificatório. Sua posição em tal quadro assumirá lugar de importante critério para seu recebimento pela instituição. O psicanalista sendo objetivado num cruzamento de exame de normalidade, disciplina e procedimento de exclusão, (FOUCAULT, 2008; 2009).

Mas objetivemos Vilma, a psicanalista que acontece nesta entrevista. Ela descreve uma cena de avaliação enquanto identifica a cena presente como sendo da mesma natureza daquela descrita por ela. A entrevistada reconhece-se na posição de quem está sendo interrogada pelo entrevistador, ou melhor, reconhece o entrevistador em posição de interrogador (“*assim que nem você tá fazendo*”). Quando indaga o processo de formação da entrevistada, o entrevistador quer, então, tal como os analistas avaliadores, saber de sua vida e de sua personalidade. Ao incitar a temática das condições emocionais, Vilma reedita a história de sua formação fazendo-se reconhecer como sendo avaliada/interrogada, tal como já fora, e, tendo em vista a posição que atualmente ocupa (de psicanalista aprovada em semelhantes exames), está fazendo-se reconhecer como certificada (emocionalmente) de normalidade e dedicação, ou simplesmente, de ser psicanalista:

Renee: E, falando sobre o psicanalista, você se considera uma? Uma psicanalista?

Vilma: Sim, eu me considero.

Helena: Eu acho que o que é necessário pra ser um psicanalista é tudo isso que eu já te falei, né. Que você tenha um compromisso com a verdade, né, assim,

que você seja sério naquilo que você faz e, que tenha seguido esses passos, que tenha, que tenha...

“*Tudo isso*” que Helena falou refere-se à descrição que ela traça do processo de formação. Ao psicanalista, por conseguinte, novamente será necessário seguir os passos instituídos, além de manter um compromisso com a verdade e ser sério em seu fazer.

Helena: [...] acho que a gente tem que, eu acho que não tem, não tem como você ser analista sem fazer análise pessoal, sem começar por aí. Tanto que eu tenho uma filha que também é psicóloga, ela não faz parte da Sociedade de Psicanálise ainda, mas ela já tá, já tem 8 anos de análise pessoal. Eu acho que isso é o fundamental pra, pra ser um bom analista. Ah, tem um detalhe, né, a análise na Sociedade são 4 vezes por semana, né, são 4 sessões por semana, com 50 minutos de duração e, é uma coisa assim, bem intensa, tá, no mínimo 4 vezes. E, e daí eu acho assim, outra coisa fundamental é a supervisão, né, que a gente procura um supervisor e aí a gente leva os casos que a gente atende e procura ver junto e junto com isso ele indica coisas pra estudar, artigos pra ler, né, então a gente vai estudando. E, e fazer cursos, né, que são, são os cursos que a gente passa o resto da vida estudando, né. Acho que essas são as, são as coisas fundamentais, né, pra você ser um psicanalista.

A análise pessoal como requisito imprescindível para o psicanalista. É “*por aí*” que o psicanalista começa a constituir-se como tal, sendo, ainda, o fundamento de um psicanalista considerado bom. Atentemos para uma característica que acompanha a análise pessoal tal como configurada no/pelo discurso de Helena: ela é diversamente quantificada. Existe um número mínimo de sessões por semana e a duração de cada sessão em minutos, além do número de anos de análise que o psicanalista acumula. A filha da entrevistada não faz parte da Sociedade **ainda**, porém ela já conta com 8 anos de análise pessoal, e isso parece aproximá-la do momento de ingresso na Sociedade. A análise pessoal é desenhada como um caminho cumulativo no qual e pelo qual o psicanalista se faz. Quanto mais análise, mais e melhor psicanalista. Conjuntamente, os 2 outros elementos que constituirão o

já mencionado tripé da formação psicanalítica compõem o quadro geral do mosaico psicanalítico.

Renee: E você se considera, uma psicanalista?

Helena: Acho que depois de tudo isso me considero [risos].

Depois de delongadas descrições de austeros processos, Helena pode afirmar que se considera psicanalista, ela se faz certificada na/pela entrevista. “*Depois de tudo isso*” um psicanalista acontece, antes não.

*

Predominantemente, os entrevistados deste grupo reconhecem o psicanalista na sujeição ao espaço de ordem determinado pela instituição de formação. É na/pela observação das orientações, normas e exigências institucionais que o psicanalista se faz e se reconhece. Existe, pois, um espaço de ordem configurado de modo relativamente concreto no discurso destes psicanalistas, e, supomos, tal espaço assegura sua existência. Sendo, ainda, pela/na re-atualização desse espaço que os entrevistados fazem-se reconhecer psicanalistas na cena da entrevista. Destarte, os componentes deste grupo podem afirmar-se, todos, psicanalistas sem maiores justificativas – regra nenhuma é infringida nessa afirmação, muito pelo contrário, são acatadas.

4.2 GRUPO LACANIANO

Temos a arte para não morrer da verdade.
F. W. Nietzsche

Os entrevistados:

Beatriz, 36 anos, graduada em psicologia em 1997 numa tradicional universidade de Curitiba e mestre pela mesma universidade. Clinica há 12 anos em seu consultório e participa de cartéis numa escola de psicanálise lacaniana desde o início das atividades da mesma (data que não soube precisar). Esta entrevista foi realizada em outubro de 2009 em seu consultório.

Larissa, 45 anos, graduada em psicologia numa tradicional universidade de Curitiba e mestre pela mesma universidade. Clinica há 9 anos em seu consultório e participa de uma escola de psicanálise lacaniana desde 2003, onde ministra palestras e participa de cartéis. Esta entrevista foi realizada em outubro de 2009 em seu consultório.

Ricardo, 43 anos, graduado em psicologia numa tradicional universidade de Curitiba por volta de 2003 ou 2004, conforme nos relatou. Vem trabalhando em seu consultório particular e numa instituição como acompanhante terapêutico há 5 anos. Desde 2007 participa de cartéis numa escola de psicanálise lacaniana. Ricardo concedeu-nos essa entrevista em setembro de 2009 tendo vindo ao nosso encontro numa sala reservada na clínica-escola de psicologia da UFPR.

4.2.1 Escolha

Beatriz: Eu, antes de entrar na faculdade eu comecei a fazer análise, daí eu tive contato, daí eu fazia outra faculdade, mas não gostava, detestava, achava ruim, aí eu, decidi que eu queria psicologia. [...] sempre me interessei mais pela, pelas disciplinas de psicanálise e foram muito positivas assim, muito interessantes, então, foi tudo muito tranquilo assim, não teve muito, nunca fui muito/ questioneei a vontade de ser psicanalista, a vontade de fazer outra coisa, nunca. [...] É, eu acho que eu

entrei pra fazer isso, sabe, eu entrei pra, pra buscar uma formação em psicanálise. [...] E nunca tive muito dilema com isso assim, com a escolha nem nada. E acho que eu poderia fazer outra, outra linha também, não sei se seria uma grande, um grande problema.

Algumas contradições marcam o discurso de Beatriz sobre sua escolha pela psicanálise: apreciações diversas são traçadas sobre a faculdade anterior à de psicologia, de modo que a decisão pelo curso de psicologia tenha sido tomada. Pode-se dizer que houve aí um questionamento, por parte de Beatriz, sobre o que vinha fazendo e o que queria fazer. Entretanto, na seqüência, a entrevistada afirma que nunca questionou muito “*a vontade de ser psicanalista, a vontade de fazer outra coisa*”. Antes do curso de psicologia existiu um questionamento, nele não.

A escolha pela psicanálise é retratada com ares de naturalidade: sobre ela não recaem questionamentos, existe um interesse espontâneo, por assim dizer, pelas disciplinas da área, bem como muita positividade e tranquilidade. Tal é a naturalidade desta escolha, que ela poderia, inclusive, não ter se dado: “*acho que eu poderia fazer outra, outra linha também, não sei se seria uma grande, um grande problema*”. É quase como se não houvesse uma escolha, a psicanálise simplesmente aconteceu. Mas, apesar de afirmar que poderia ter feito outra linha, Beatriz diz que entrou no curso de psicologia para buscar uma formação **em psicanálise**. Fazer qualquer linha não se coaduna com a busca por uma linha específica.

Quando fala sobre mudanças pessoais sofridas no processo de formação, Beatriz diz que essas mudanças referem-se justamente às escolhas:

Beatriz: Eu acho que tem que ser uma mudança pessoal, né, na sua vida assim, "ah eu mudei aqui, eu escolhi diferente". [...] começando a fazer análise eu acho que eu pude assim, é assim, eu acho que [...] eu pude fazer algumas escolhas diferentes.

E, adiante, quando discorre sobre o que chama de “misturanças” das abordagens psicológicas:

[...] acho que a gente tem que comprar o pacote com o que ele tem de bom e de ruim, [...] acho que a gente tem que ser coerente com as escolhas [...].

Escolhas diferentes estão vinculadas ao processo analítico, nele e por ele é que elas são possíveis. Entretanto, quando se tratam de distintas misturas, uma exigência de coerência faz-se presente; já não se podem fazer escolhas tão diferenciadas. Além disso, a escolha pela psicanálise parece ter sido isenta de qualquer crivo de coerência e/ou diferenciação: ela se deu do mesmo modo como poderia não ter se dado. Mas depois de realizada rende exigências diversas, para o psicanalista e para o psicólogo que mistura abordagens.

A tomada de uma linha teórica como sendo avessa à misturas é sinal de coerência, mesmo quando a própria escolha pela coerência tenha se dado em meio a contradições. Na/pela a psicanálise Beatriz pode reconhecer-se coerentemente.

Ricardo: [...] É, foi assim, é um... É como se já houvesse uma busca anterior da Universidade X, da faculdade de psicologia. [...]

Muito antes, porque ela é uma inquietação mesmo... E essa inquietação me colocou a, a trabalho, acho, a trabalho, a buscar alguma coisa que eu não sabia do que se tratava, né. E... E daí foi pra psicologia, né, e daí por, como eu disse, conseqüentemente eu, né, fui para a psicanálise, porque daí na psicanálise existia, eu percebi que tinha um diferencial, né, um diferencial, que ela tratava, né, tratava de alguma coisa, na época assim, eu tô pensando na época, alguma coisa diferente, né, alguma coisa diferente que eu queria saber do que era né.

Já aqui, uma característica marcante do discurso de Ricardo fica grifada: o acionamento de jargões psicanalíticos para descrever suas situações de vida particulares. Ser colocado a trabalho, querer saber do que é, ou não querer saber como resistência... O discurso teórico responde em boa parte por sua busca pessoal.

Ricardo retrata-se como alguém que buscava inquietamente algo e que, ao deparar-se com a psicanálise, encontra alguma coisa diferente sobre a qual “queria saber”. Existe uma espécie de “cruzamento de expectativas” (da busca anterior e da psicanálise sendo diferenciada por tratar de algo que Ricardo “queria saber do que era”) que o conduz “conseqüentemente” à psicanálise. É como se houvesse um

encontro marcado entre Ricardo e a psicanálise; como se sua inquietação já dissesse respeito àquilo que, segundo ele, a psicanálise tratava. O psicanalista aqui se faz reconhecer como psicanalista antes da psicanálise, ou seja, antes mesmo de qualquer condição de possibilidade de sê-lo.

Renee: Uhum, e, em que momento da sua formação você optou pela psicanálise?

Ricardo: Ah, daí tem uma, uma trajetória: daí eu fiquei 10 anos sem estudar, [...]. Então foram 10 anos, 10 anos de... 10 anos né, que eu fiquei assim, resistindo mesmo a sa... A querer saber, a querer saber do que se tratava né. E daí numa ocasião, foi alguma coisa que eu ouvi de alguém que fez com que eu retomasse daí o 5º ano. [...] Daí eu me formei, daí eu tinha certeza do que eu queria. [...] Mas daí, interessante que eu tive certeza assim absoluta que era isso que eu queria.

Inquietações e aquilo que Ricardo entende como um tipo de interrupção (10 anos sem estudar), sendo psicanaliticamente reconhecidos (como uma resistência a querer saber). Após deixar de resistir Ricardo conclui o curso de psicologia e passa a saber o que quer. Superada a resistência advém a certeza de um querer – uma verdade de si. Seguindo a lógica de um reconhecimento psicanalítico (teórico) de experiências já vividas, poderíamos cogitar se as inquietações e buscas supracitadas não poderiam ter sido também psicanaliticamente reconhecidas, *a posteriori*, como uma *vontade de saber* por exatamente aquilo que foi encontrado.

Renee: Sabe me dizer o que que foi que...

Aqui o entrevistador formula também sua questão em termos de saber: “*Sabe me dizer*”. Ricardo lhe pede confirmação generalizadamente (“né”) e ele enreda em sua história de “*querer saber*”.

Ricardo: O que foi? Foi alguém que falou pra mim, alguém que falou p mim que eu deveria concluir o quinto ano. Só que essa pessoa ela tava investida de uma autoridade, tem alguma coisa, algum traço que tinha nessa pessoa, era um traço assim, como que eu posso dizer? Era uma ética na verdade, uma ética na verdade. E daí que me relançou a retomar a, né, a minha questão lá do início, que era uma

questão com, a psicanálise mesmo né, ou alguma questão muito particular minha, que eu não sei, que hoje eu acho que eu sei o que que é, que é um compromisso com a ética mesmo, a ética do... Não sei se é com a ética do sujeito, mas é com uma verdade que existe, que eu tenho certeza que existe, né. Não essa verdade, né, essa verdade, né, que tem muitas verdades aí, mas uma verdade realmente do, uma verdade do... Digamos do, do ser mesmo, do sujeito. [...] Que a palavra dessa pessoa, uma senhora inclusive, uma senhora, foi muita decisiva assim, muito forte, sabe?

As experiências de vida de Ricardo são cada vez mais significadas e expressadas por conceitos. E sua “*questão lá do início*” é “*com a psicanálise mesmo*”. Ele se reconhece tendo uma questão com a psicanálise antes mesmo de a psicanálise existir em sua vida.

Uma ‘figura motivadora’ aparece aqui. Larissa mencionará um “*professor famoso*” que “*tinha uns cursos um pouco diferentes dos outros*” dizendo que isso chama sua atenção. Ricardo conheceu a psicanálise, mas, diante do diferencial psicanalítico que remetia à sua busca anterior, ele resistia. É uma pessoa “*investida de uma autoridade*” quem lhe propicia parar de resistir (ou de se desconhecer) e começar a querer saber (ou se reconhecer) da (e na) psicanálise, de si mesmo como psicanalista e de sua questão inicial: um compromisso com a ética e com a verdade do sujeito; estando ética e verdade equiparadas em seu discurso.

Essa pessoa traz a marca da ética, que se apresenta também como sendo sua questão particular, seu compromisso com a verdade da qual tem certeza. A psicanálise proporciona a Ricardo a certeza sobre o que queria fazer e a certeza sobre a verdade. Sua questão com a psicanálise é sobre a ética/verdade, a busca finalmente retomada é por uma ética baseada na verdade. Não uma verdade qualquer, pois “*tem muitas verdades aí*”. A verdade representada por aquela “*senhora autoridade*”, verdade motivadora de sua busca e presente na psicanálise, se pronuncia no singular, é uma verdade do ser, do sujeito. A psicanálise distingue-se. É ao reconhecer-se na e pela psicanálise que a verdade tão procurada e negada após 10 anos de resistência torna-se tangível. De fato, para Ricardo, a psicanálise tem “*algo a mais*”, como veremos na seqüência.

Existe um intermediador entre Ricardo, assim como acontece com Larissa⁹, e a verdade, que, por sua vez, é reconhecida, ao mesmo tempo, como uma questão pessoal e como um referencial teórico-prático. A verdade de si vem por intermédio de um outro devidamente caracterizado: famoso num caso (de Larissa) e investido de autoridade noutro. É numa relação produtora de uma verdade que a escolha pela psicanálise se deu. Exercício de poder no/pelo discurso e reconhecimento/desconhecimento de si, diríamos. Ou ainda, no caso de Ricardo, ética e relação de poder entrelaçando-se na produção da verdade.

*

Entre escolhas que simplesmente “se dão” e escolhas “arquitetadas”, escolhas pautadas em (in)coerência e escolhas pautadas em inquietações, delineia-se um psicanalista sem qualquer dúvida acerca da psicanálise que o constitui – seja por reconhecer-se psicanalista desde o momento em que conhece a psicanálise, seja por assim reconhecer-se já antes de qualquer contato com este discurso.

4.2.2 Psicanálise

4.2.2.1 Oposição, Distinção e Verdade

Renee: Quando você teve o primeiro contato com a psicanálise?

Larissa: Então, foi no 2º ano da faculdade, nos tínhamos um professor famoso, ele tinha uns cursos um pouco diferentes dos outros e isso me chamou a atenção. Aí a partir dali eu já me encantei com a psicanálise.

Fama, diferenciação e encanto marcam os primeiros contatos de Larissa com a psicanálise. Atentemos para o destaque cedido ao “*professor famoso*” ao qual havíamos aludido. Esse tipo de menção a uma espécie de “figura motivadora” vinculada/vinculante à psicanálise também esteve presente no discurso de Ricardo.

⁹ As pontuações referentes ao discurso desta entrevistada serão retomadas adiante.

Renee: E quais foram as impressões que você teve a respeito da psicanálise? Naquele momento.

Larissa: É, como falei, já surgia um discurso diferente dos outros professores que falavam em história da psicologia, em desenvolvimento... A psicanálise sempre tem um outro, um outro tom de falar das coisas. Não fica só naquela superficialidade do comportamento, vai mais afundo, vai além disso. Então, já desde o início eu já tive assim bem fascinada pelo inconsciente, e, ah, quando você tem 18, 20 anos você acredita que aquela que é a verdade né!? [Risos] E dá a impressão assim que, pra todo mundo é obvio, que é aquilo o certo, o caminho, o único. Ficou bem marcado assim, eu não entendia como os outros podiam gostar, né, de Pavlov, da psicologia empírica.

Suas impressões ficam condicionadas à montagem de uma cena dual (um tanto recorrente em seu discurso) em que a psicanálise e alguns referentes da psicologia (história da psicologia, desenvolvimento, comportamento, etc.) conflitam. Nessa oposição o discurso psicanalítico diferencia-se por aprofundar-se em relação à superficialidade do comportamento, existindo, então, um “além disso” passível de ser atingido pela psicanálise. O inconsciente fascina de modo tal, que outras compreensões tornam-se ininteligíveis.

Renee: Como que era essa questão que você falou, né, de naquele momento encarar aquilo como a verdade?

Larissa: Justamente, porque ele tinha, ah, o Professor D. ele tinha uma forma de abordar os textos que levava pra ler, é, que, que se aprofundava, não ficava só na linha-a-linha. Então isso me parecia como, é, “nossa, ele entende além das coisas, a psicanálise dá a ferramenta pra você ir além dessa superficialidade, da aparência” né. Alguma coisa nesse sentido. A aparência é ilusória, isso que você consegue atingir, que vai por trás que seria o verdadeiro. Então é por aí, aí que tá o caminho. Como se ele fosse assim uma espécie de guru naquele momento, tivesse essa capacidade de te dar as respostas pra todas as perguntas.

O famoso Professor D. aparece novamente como “veiculador vinculante” desta fascinante psicanálise cuja ferramenta lhe permite uma leitura aprofundada,

um entendimento além das coisas. Ele tem resposta para todas as perguntas graças à psicanálise, e com o seu saber diferenciado e absoluto, Larissa aprende que a aparência é ilusória e que o verdadeiro é aquilo que a habita por detrás. Existe um mundo de aparências e um mundo de verdades, e nesse universo (platônico e) dual a psicanálise desempenha o papel de ferramenta de descoberta da verdade no ato de destituição da aparência – provocando, de quebra, o efeito de ser reconhecido como alguém que entende além das coisas por dispor das ferramentas psicanalíticas (seja esse alguém o professor famoso, ou a própria estudante que poderia dispor de tal ferramenta, como de fato fez ao tornar-se psicanalista). A psicanálise surge como uma promessa *de verdade*, e o psicanalista como um “*guru*” *verdadeiro*.

Ricardo: Meu primeiro contato com a psicanálise [...] foi no 2º ano da faculdade, [...] e eu tive contato com algum, com a psicanálise nessa época, com Freud né. E, daí aquilo me fispou, me pegou, né, me chamou a atenção e eu comecei a, né, a me interessar um pouco mais. [...] A impressão foi a seguinte: que existia alguma coisa a mais do que... Existia algo mais, do que simplesmente uma, digamos assim, uma, um efeito, uma manifestação clínica, né. Eu... Tive né, aproximação com experimental, comportamental, comportamental e algumas outras teorias, algumas outras linhas né da psicologia, mas isso era insuficiente assim, alguma coisa que me mobilizou para o curso de psicologia, né. Então tem algo mais, algo mais que, que eu comecei a perceber, né, na psicanálise.

Se Larissa se reconhece encantada e fascinada, Ricardo sente-se pego e fispado. Existe “*algo mais*” no canto da sereia psicanalítica que a faz destacar-se no oceano “psi”. Pois novamente a psicanálise é contraposta à psicologia, cuja insuficiência será suprimida pelo “*algo mais*” existente na primeira; a psicanálise traz mais do que um simples “*efeito*” ou “*manifestação clínica*”, “*algo mais*” que responde, ainda, por uma mobilização para o curso de psicologia. É disso que Ricardo quer saber – do diferencial psicanalítico, e daquilo que o mobilizou. E é isso que o entrevistador interroga:

Renee: Consegue explicar um pouco melhor o que é esse diferencial?

Ricardo: É, o que eu lembro assim, era com relação ao inconsciente mesmo né, ao inconsciente. A psicologia do inconsciente. E a psicologia... As psicologias que eu tinha na, né, nas cadeiras e tal, na universidade, eram psicologias do eu, eram como se fossem, eles tratavam de um, do efeito apenas, e eu queria, e a psicanálise eu observava que, que tinha causas, e que tinham estruturas, que tinham funcionamentos mentais inconscientes, que determinavam aquele, aquele tipo de comportamento né. E essas teorias todas, essas escolas todas, eu via que tinha, claro, até um ponto de verdade no que elas falavam, mas que não era consistente assim né, tinha muito mais. Eu lembro que eles falavam do iceberg e tal, o próprio Freud coloca isso, eles desenhavam no quadro o iceberg e a pontinha assim e em baixo a base né, que a base ali tá o inconsciente e tal. Deve ter si/ eu creio que é isso.

A oposição continua: as “psicologias do eu” tratam do efeito e do comportamento cujo determinante são as estruturas e os funcionamentos mentais inconscientes. Psicanálise equivale à causa, psicologia à efeito.

Tudo aquilo que se contrapõe à psicanálise é pluralizado: existem psicologias, teorias, escolas – muitas, diversas. E existe a psicanálise – singularizada. Ela pode remeter a estruturas, funcionamentos e causas, mas, ela mesma, é única. A pluralidade até tem “um ponto de verdade” naquilo que diz, mas não muito consistente, seu canto não fisga; trata apenas do efeito, não da causa, deixando “muito mais” submerso e intocado. A unidade do inconsciente, tal como Ricardo a configura, parece ser, então, o lugar da verdade deveras consistente, a base latente sob a superfície de efeitos.

Renee: E essa impressão que você registrou naquele momento, ela se mantém, se manteve...?

Larissa: Essa pergunta é complicada porque eu fiz o meu mestrado em filosofia e assim, um dos embates que eu percebo entre filosofia e a psicanálise acaba passando por aí. Que é, a psicanálise tenta é, abordar o inconsciente e a filosofia parece que fica um pouquinho nessa parte do racional, nessa parte/ apesar deles criticarem um pouco a ilusão e a aparência, muitas vezes ficam nessa camada mais superficial e até têm aí uma rixa, uma briga com a leitura da psicanálise a partir do inconsciente. Então, e eu amo as duas coisas, né, eu gosto

muito da filosofia e gosto muito da psicanálise, a até em muitos momentos eu me vejo assim um pouco defendendo é, esse ponto de vista da filosofia perante a psicanálise, então, hoje eu me vejo um pouco dividida. Se, naquele início me parecia que, essa leitura do inconsciente era a via régia, né, hoje eu fico pensando até que ponto os filósofos anteriores ao inconsciente teriam condição de estar fazendo essa leitura. Então é como se for justificar o ponto de vista deles a partir das ferramentas que eles tinham, dos instrumentos que eles tinham antes de Freud. [...] nem sempre se pode julgar o certo e o errado sem você ter o contexto até às vezes histórico, né, às vezes uma abordagem que não vá pela linha da psicanálise não necessariamente tá errada, não necessariamente é errada, mas senão tem todo esse contexto, a história dela que tá justificando o porquê dela ver a realidade daquela forma.

Larissa se vê dividida numa dualidade: seu amor a ambas as disciplinas leva-a a defender a “superficialidade racional” da filosofia perante a “profundidade inconsciente” da psicanálise – a filosofia precisa de defesa; o racional, ilusório, superficial e o aparente são indefesos (?).

Se, em dado momento, a psicanálise oferecia o acesso à verdade que habitava por detrás da superficialidade das coisas, atualmente um certo senso histórico permite a Larissa concluir que nem sempre acessar uma verdade profunda será “certo”, assim como, nem sempre positivar uma racionalidade superficial será “errado”. Errado é fazer esse julgamento sem levar em conta o instrumental existente no momento em que tal leitura advém. Assim, a “racionalidade superficial” da filosofia fica justificada: como atingir a profundidade da verdade sem as ferramentas oferecidas por Freud? Oras, a ilusão e a aparência ficam explicadas: elas nada mais são do que a falta do instrumental psicanalítico. A filosofia fez o que pôde com as ferramentas de que dispunha. A psicanálise é o ponto de medida a partir do qual a filosofia é mensurada. Mas, perguntamo-nos: as leituras avessas ao inconsciente após o advento da psicanálise seriam, então, erros?

A história parece contribuir para o aprofundamento da própria psicanálise, retirando-a de um espaço ilusório em que ela figura como via régia absoluta. Mudam-se os elementos, mas a disposição dual da cena permanece a mesma: a psicanálise permitia avaliar e distinguir o verdadeiro do ilusório, agora a história permite avaliar e distinguir um modo de leitura certo ou errado de acordo com o uso

que faz do instrumental oferecido em determinado tempo. A ilusão habita fora da psicanálise, o erro fora da história. Preservação de uma vontade de verdade.

Curioso observar que a inserção do psicanalista numa disciplina outra (no caso a filosofia) acarreta numa posição conflitante. Assim como, é curioso observar que, para que a filosofia atingisse a “verdade profunda” revelada à leitura do inconsciente (dispondo das ferramentas psicanalíticas) ela correria sérios riscos de deixar de ser filosofia para tornar-se psicanálise.

*

Na cisão que atravessa e constitui o discurso dos entrevistados, e a eles próprios, a psicanálise distingue-se por opor-se ao falso; fascinando, encantando e tendo algo mais em relação aos outros discursos. O psicanalista, assim, é feito e faz-se desiludido, profundo e como alguém que busca distanciar-se do erro/falso, seja por estar além das aparências, seja por estar junto ao engenho das causas determinantes. Psicanalista e psicanálise fazem-se não somente no reconhecimento e legitimação de um campo verdadeiro, mas numa espécie de contraposição destituente do falso.

4.2.2.2 Psicanálise – conservação e mudança

Beatriz discorre sobre conflitos entre nomes proeminentes da cena psicanalítica curitibana que culminaram em separações e fundações de novos grupos e escolas de psicanálise:

Beatriz: É porque, na minha idéia eu acho que todas são sérias tá. Tirando aquelas "inventei uma nova psicanálise" essas histórias, todo mundo é muito sério.

Renee: Ah não, isso sim.

Beatriz: Tá, é todo mundo bacana, é todo mundo sério, é todo mundo legal. É, que tem briga, tudo bem. Agora, claro que tem uns que inventa coisas novas né, [inaudível] tem gente que é doido. Mas todo mundo super bem, super legal.

A seriedade com que a escola de ensino e transmissão trata a psicanálise assalta a cena conflitante, *“que tem briga, tudo bem”*, o importante é que se trata de uma briga séria em nome da seriedade da psicanálise. A(s) escola(s) é desenhada como tendo a função de conservar a psicanálise intacta de inovações, o que, caso acontecesse, implicaria em dúvidas acerca da seriedade do trabalho desenvolvido. A posse e a conservação do objeto institucional justificam o conflito, todos que se colocam em defesa de uma dita “psicanálise séria” são *“super bem, super legal”*, quem *“inventa coisas novas [...] é doido”*. Nessa cenografia o entrevistador concorda com a entrevistada: *“ah não, isso sim”*. Quem coloca a seriedade em cheque *“é doido”* e, na contraposição daqueles que prezam por tal seriedade, não é *“super bem”* nem *“super legal”*. O entrevistador começa a tomar posição entre as linhas de força do/no discurso da entrevistada.

Renee: E com relação às outras abordagens da psicologia, como que você vê a psicanálise em relação às outras abordagens? Como você posicionaria ela?

Beatriz: Olha, eu vou dizer uma coisa, do fundo do meu coração, sabe, [risos], vou dizer uma coisa do fundo do meu coração, eu sempre digo, eu respeito a, né, a terapia cognitivo-comportamental com todas as minhas forças assim, e eu sempre digo, uma pessoa que não quiser procurar um psicanalista procure um terapeuta comportamental, porque eles são sérios, [...] é, eu acho que trabalham super bem, nos estudos eles são super sérios, né, não tenho do que/ eu entendo muito pouco, nunca estudei né, entendo muito pouco. Mas acho que eles são super sérios, estão estudando, estudam, não tem muito cabimento a gente ficar destituindo o lugar do outro pra [inaudível] que faz de bom. Os psicodramatistas eu acho eles muito bacanas, o que eles fazem é bem interessante.

Aí o povo da mistura eu já acho que a coisa começa a complicar, né, porque eu acho que começar a misturar, ninguém pode ter o melhor de todos os mundos, né, aí eu acho, “vou pegar o que me interessa da psicanálise, vou pegar o melhor da terapia comportamental”, acho que a gente tem que comprar o pacote com o que ele tem de bom e de ruim, né, isso é que nem marido, né, não pode no marido o que ele tem de bom e o que/ aí não dá né, acho que tem que, é, acho que a gente tem que ser coerente com as escolhas, então o povo que começa a misturar eu já acho que aquilo não vai funcionar. [...] então o povo começa a inventar muitas coisas não vai, né, então aí não vai dar muito certo.

Em outro momento Beatriz havia mencionado que poderia ter escolhido outra abordagem, que não a psicanálise, sem maiores problemas. Aqui, quando ela comenta outras abordagens, um pano de fundo comum fica explícito: seja qual for a abordagem, aquilo de que Beatriz não abre mão é o que ela nomeia “seriedade”. Inclusive, não é necessário entender determinada terapêutica para creditá-la; se séria, então confiável (“*nunca estudei né, entendo muito pouco. Mas acho que eles são super sérios*”). Para ela não se trata, como para os outros entrevistados, de defender algum entendimento acerca da verdade psicanalítica, mas sim da seriedade de qualquer verdade. Ela não destitui o lugar do outro sério, comprometido, estudioso, etc. (“*não tem muito cabimento a gente ficar destituindo o lugar do outro*”), mas sim o do “povo da mistura”. A relação de destituição não foi suprimida, mas deslocada.

Uma voz outra, que não a sua, vem para demonstrar este ponto de ataque e oposição (a “mistura”): “*pegar o que me interessa da psicanálise*” e “*pegar o melhor da terapia comportamental*” é motivo de descrédito por não haver coerência na escolha; uma escolha coerente compra “o pacote com o que ele tem de bom e de ruim”. Escolher é também suportar o que há de “bom e de ruim” nas escolhas realizadas. Disso para escolher uma formação tida como “séria”, implica em suportar as definições de psicanálise que lhe constroem, como veremos adiante. A seriedade pode ser melhor apreendida quando encarada pela contraposição realizada à dita “mistura” e àqueles que começam “*a inventar muitas coisas*”: não se trata de simples seriedade profissional, mas de uma seriedade aliada a uma espécie de conservação do instituído.

Beatriz traça, então, uma linha divisora entre o sério/puro e o insensato/mistura. Não apenas o psicanalista esforça-se para manter-se do lado creditável deste campo, mas como todos aqueles que conservam e defendem um objeto institucional já legitimado (comportamentalista, psicodramatista e entrevistador). O psicanalista, como parte integrante e constituinte desta “instituição psicanalítica séria” por ela é feito e nela se faz seriamente.

Enquanto Beatriz discute a seriedade em diversas abordagens psicológicas, Ricardo detém-se no âmbito psicanalítico:

Ricardo: É, eu vejo assim que, que a psicanálise freudiana, ela sempre, ela foi, a freudiana, a psicanálise, porque tem psicanálises aí que não são freudiana, que ele, eu vejo assim, que foi feito uma, uma, não sei se deturpação né, dos conceitos, do tratamento dos conceitos freudianos foi, foi mal tratado, digamos assim, então, a psicanálise freudiana ela é muito clara, específica.

A psicanálise freudiana é lugar da clareza e da especificação, respondendo, o não-freudiano, pela deturpação e pelo mau tratamento dos conceitos cunhados por Freud.

Ricardo: Eu vejo que o Lacan ele deu um giro na teoria né, e ele ampliou a teoria né/ Na verdade o Lacan, ele simplesmente colocou termos que o Freud não colocou daquela forma que ele colocou, mas que também estão na teoria, por exemplo, o sujeito, Freud não falou do sujeito né, sujeito do inconsciente quem fala é o Lacan. Mas, mas o Freud fala em toda a sua obra de sujeito, quando ele trata do inconsciente, que que é o sujeito? É o inconsciente. [...] Mas as psicanálises, eu vejo assim que, que existe uma psicanálise, que é a freudiana, e formas de, estilos de cada, digamos, psicanalista ou analista, é seu estilo próprio de atuar né, muito particular. Não digo que com isso vai se inventando né, novas linhas tal, novas formas de trabalhar, não.

Se o sujeito é o inconsciente, Lacan é Freud. A instituição da leitura lacaniana ganha contornos de naturalidade que simplesmente diz o que estava dito mas nunca havia sido articulado, bem ao estilo do comentário, tal como Foucault (2008) desenvolve. O freudiano passa a incluir, naturalmente, o lacaniano, que, na esteira do primeiro, estará indiretamente incumbido de representar a psicanálise autêntica e creditável.

Aqui novamente, existe uma disposição em conservar a psicanálise distante de qualquer inovação. Para que uma forma de abordar a psicanálise estabeleça-se e legitime-se lhe é necessário o título de “freudiana”; ela precisa ser convincente acerca de sua fiel filiação freudiana, de modo tal, que não soe como nova, mas como sua simples continuidade. Desta forma, o “sujeito” pode equivaler ao “inconsciente” sem, aparentemente, fundar uma nova linha e/ou forma de trabalhar na psicanálise. E o mesmo pode ser dito em relação ao psicanalista que,

ironicamente, precisará fazer-se reconhecido por e como outro (freudiano, lacaniano, etc.) para que seu estilo próprio possa advir em sua plena singularidade. A “*particularidade de cada um*” pode ser desenvolvida desde que, antes de ser particular, esteja em harmonia com a psicanálise freudiana, tal como, acredita-se, Freud a concebeu.

A tensão entre conservação e mudança da/na psicanálise ganha contornos bastante explícitos no discurso de Larissa:

Larissa: *Existem grupos que se apegam muito a essa parte clínica, que não admitem pensar a psicanálise em outras instituições, a gente ouve, vê, é, uma espécie de... Que isso passaria a ser até uma ameaça a permanência da psicanálise, ela sair desse modo standard que, e na [nome da instituição da qual participa] nós não vemos isso, nós achamos que a psicanálise pode estar em qualquer parte. Então vai depender muito da localização, do psicanalista, do grupo dele. Pra mim, me parece assim que, a psicanálise está em toda parte. Eu não vejo como fechá-la numa sala. É até difícil.*

Os grupos serão divididos entre aqueles que concebem a psicanálise “*desse modo standard*”, vendo a psicanálise em outras instituições como uma ameaça à sua permanência, e aqueles, no qual Larissa se inclui, que consideram que “*a psicanálise pode estar em qualquer parte*”.

A comunidade discursiva vem ao primeiro plano da cena de modo a prestar sustentação à uma postura que, na polaridade por nós esboçada, tende à mudanças: “*na [instituição da qual participa] nós não vemos isso*”. O psicanalista terá, em alguma medida, sua percepção da psicanálise referida na comunidade discursiva da qual faz parte, ficando, ele próprio, (juntamente com a psicanálise que pratica) nessa perspectiva de enfrentamentos entre os grupos (também presente no discurso de Beatriz: “*que tem briga tudo bem*”). As tensões que animam escolas e grupos demarcando, como um conjunto fluvial num terreno acidentado, as linhas de força constituídas pelos e constituintes dos discursos dos psicanalistas – e deles próprios. Traço comum dessa geografia: todos se acreditam, e querem se fazer acreditar, terrenos firmes e sólidos.

Não depreendemos aqui a oposição falso/verdadeiro já evocada, mas ainda uma cena que opõe dualidades: sério/mistura, freudiano/deturpado, standard/em toda parte. Os psicanalistas da escola francesa instituem seu discurso no ato de destituição de um outro (psicanalítico e não psicanalítico). Psicanalista e psicanálise acontecem no traçado de uma linha cujo efeito mais reconhecido é o de diferenciação de outro discurso; contudo esta linha não apenas diferencia, mas antes, constitui: parece ser a instituição de uma diferenciação que os objetiva e é nela e por ela que o psicanalista pode reconhecer-se como sério, freudiano ou partidário de uma psicanálise “além-clínica”.

4.2.3 Psicanalista

4.2.3.1 Requisitos

Renee: O que que você considera necessário para ser um psicanalista?

Ricardo: Ah, o psicanalista, aí tá uma questão. É, o psicanalista, eu vejo que não é uma produção em série assim, né, que “ah eu vou ser um psicanalista”, isso é de um... Um ideal assim, né. A gente quer ser muitas coisas né, quando é criança, quando é adolescente, e muita gente vive numas situações aí totalmente equivocadas porque não é bem aquilo que ela queria, é uma coisa que quiseram por ela, ela tá ali né, é, presa naquela, naquele, digamos uma alienação, e uma, e uma, uma outra coisa né, que não era ela. Mas assim, a psicanálise, a psicanálise eu vejo assim, que pra ser um psicanalista acho que é fundamental que a pessoa passe por uma análise, passe pela experiência, viva a experiência de análise, viva a experiência de análise, para ser um psicanalista. Viva a experiência, viva a, viva a experiência, passe pela, pela experiência, e daí, vai se saber se é analista ou não no final dessa experiência, se não chegar ao final não né. Então é uma questão muito particular, muito particular. Agora, se intitular né, as pessoas podem se intitular né e dizer porque/ agora, tem que assumir né essa, essas coisas aí.

O psicanalista não é produção em série, se dá numa via singular – mas ainda é produto de uma experiência padrão. “Ah, eu vou ser um psicanalista” é ideal. Tal imagem é da ordem de um equívoco, efeito de uma alienação ao que uma pessoa quis pela outra. E, na cena montada, o psicanalista consiste em distanciar-se de tudo isso.

Entretanto, Ricardo passa a reconhecer-se como psicanalista (ou como alguém declaradamente interessado em psicanálise, ao menos) ao acatar o discurso de uma figura de autoridade portadora de um traço da ética da verdade, que lhe diz para retomar o 5º ano da faculdade. “[...] *muita gente vive numas situações aí totalmente equivocadas porque não é bem aquilo que ela queria, é uma coisa que quiseram por ela, ela tá ali né, é, presa naquela, naquele, digamos uma alienação, e uma, e uma, uma outra coisa né, que não era ela*”. Como todo discurso, esse também é produto de um outro discurso.

Além de opor-se ao ideal, o psicanalista advém da vivência da experiência de análise. Em termos mais exatos: ele vai “*saber se é analista ou não no final dessa experiência*”, como uma espécie de descoberta que se faz ao fim de um trajeto, ou como uma provação a ser atravessada: “*se não chegar ao final [dessa experiência] não*” é analista. Pode-se concluir uma análise e descobrir que não se é psicanalista. Caso esse trajeto não seja feito o sujeito estará se intitulando sem assumir suas questões. A experiência de análise como a linha de borda que separa ideal, alienação e equívoco, da ética da verdade; psicanalista, do “intitulado”. Novamente, a oposição falso-verdadeiro vem como operador profícuo de leitura da cena.

Renee: Você se considera um?

Ricardo: Não, de jeito nenhum [risos]. Não, não, eu me considero assim, claro que eu, eu tenho certeza absoluta que eu estou caminhando, né, estou caminhando, estou, tenho muita vontade de ser, muita vontade. Agora se eu vou ser ou não isto só o tempo vai dizer né, se esse é o meu desejo e se vai ser o forte o suficiente né, pra chegar lá.

O psicanalista “*não é uma produção em série*”, é fruto de um desejo. O determinante do psicanalista não é ele mesmo, mas seu desejo. Uma categoria conceitual fica, assim, reconhecida como determinadora daquilo que o psicanalista é

(ou deixa de ser). Ricardo reconhece em si o produto de um discurso (o desejo como algo já existente, natural, diríamos), mas não reconhece a si mesmo como produzido por e nesse discurso; assim como não reconhece aquele conceito como fruto de sua própria empresa psicanalítica. Existência e desdobramento de um desejo num processo de revelação de uma naturalidade e ocultação da artificialidade de sua constituição na/pela ordem de um discurso – constituição do psicanalista ao se reconhecer como dependente (da força) do desejo para, quem sabe, existir como tal.

Larissa: [...] não basta só o estudo intelectual, tem que ter uma vivência e é necessário ainda avançar muito na análise é, me parece assim que é um, um trabalho de uma vida [...].

O psicanalista faz-se na própria análise. Vivência na qual se avança; novamente um caminho a ser percorrido, ou aprofundado.

Renee: E, na tua opinião Beatriz, o que é necessário para ser um psicanalista?

Beatriz: [risos] Nunca é, né. Acho que tem que ter muita vontade, tem que ter empenho, né, acho, essas coisas, né, ter empenho e tem que ter vontade.

Requer-se vontade e empenho, mas nunca se é. Existem condições e requisitos para ser, mas, ainda assim, o psicanalista não é. Ou, sua inexistência é que o torna psicanalista (?), como veremos na sequência.

Renee: Você se considera uma?

Beatriz: ...Acho que, não sei. Acho que por uma certa medida me considero psicanalista, em outra não. [...] Talvez assim, pra fora né, pras pessoas que não são psicanalistas eu posso dizer "que que faz? Psicanálise né", mas pra dentro não, claro, né, num sentido mais, mais, mais honesto assim não, mais nesse sentido de formação, né, mas por outro como é que eu vou dizer que eu não sou psicanalista? Eu sou o quê? Entende? Quando você fala pra um jogador de futebol "você faz o quê?", "eu sou jogador de futebol", "e você Beatriz?", "eu sou psicanalista".

Beatriz é e não é psicanalista. Cada vez mais, o que vai se configurando é uma imagem de psicanalista um tanto “escorregadia”:

A entrevistada identifica uma existência e uma inexistência do psicanalista, e, diante dessa polaridade, fica como que no meio do caminho: em parte é psicanalista, em parte não. “*Eu sou o quê?*”. É, por estar envolvida com psicanálise, e é por assim ser reconhecida e se fazer reconhecer pelos não-psicanalistas. Mas, “*num sentido mais honesto, de formação*”, não é, não se reconhece como tal diante da própria comunidade discursiva.

É necessário operar uma cisão, no discurso e em si mesmo, para operar nesse terreno acidentado. Beatriz ocupa dois lugares institucionais excludentes, para ser reconhecida fora do meio psicanalítico é psicanalista, para ser reconhecida dentro deste meio precisa desocupar o lugar anteriormente marcado. O psicanalista vai constituir-se justamente no ‘não ser’, isto é, na falta:

Beatriz: [...] não tem fim da formação. Mesmo com a questão do passe.

Renee: Mas então...

Beatriz: Não posso chegar um dia e dizer "pronto! Pronto né, deu.", não dá né. Acho que isso é, isso é a morte da psicanálise né, isso é a morte de um psicanalista, "agora sei tudo". Ai, agora se eu disser assim "olha Renee, agora eu sei tudo", eu deixei de ser psicanalista né porque daí eu parei de considerar a falta.

Um suposto fim de formação implicaria em saber tudo. Ser algo equivale a tudo saber. E isso não pode acontecer, pois deixar de considerar a falta significaria a morte da psicanálise e do psicanalista. A falta torna-se a pedra angular, ou melhor, o sopro de vida que anima psicanálise e psicanalista. A falta ‘é’, está positivada. Já a psicanálise e o psicanalista existem na medida em que faltam. A falta funciona, assim, como um limitador da possibilidade de um fim de formação, e fomentador de um psicanalista que, de antemão, reconhece-se não se reconhecendo como tal. Na/pela falta o psicanalista, paradoxalmente, existe não existindo.

O psicanalista subjetiva-se na negativa: na destituição do ‘ser’ (“*nunca é*”), institui-se o ‘não ser’ (“*deixei de ser psicanalista né porque daí eu parei de considerar a falta*”), gerando um jogo de reconhecimentos velados, em que o psicanalista é quando não busca ser. É fácil derrapar num jogo de impossibilidades constitutivas. Quanto mais se quer ser, menos se é; se não se quer, se não se

implica, também não será. Nesta comunidade discursiva psicanalítica “menos” é “mais”, reconhecer-se menos como psicanalista, intitular-se menos, é ser mais honesto com a formação analítica, ou seja, é ser mais psicanalista. E todos, de alguma forma e em alguma medida, afirmam *não ser*.

*Larissa: É necessário a pessoa ter passado por aquele processo que a gente chama de retificação subjetiva, enfim, largar-se um pouco a idéia dos valores universais, “o que é bom pra mim é bom pro outro”, tem que se despojar um pouco disso, que é, é difícil. Às vezes você **acredita** que, é, o meu bem não precisa ser o bem do outro, mas a tantas as pessoas acabam se enrolando e acabam passando um pouquinho isso, né. Que o psicanalista, o fundamental é isso, conseguir se separar dos conteúdos, desses valores pra deixar que a pessoa siga, que o sujeito enfim descubra quais são os dele. E, a outra coisa que é muito difícil é o tal do narcisismo. Tentar também não se colocar nessa posição de importância, e que também é complicado. A gente às vezes acha que **tá conseguindo** isso e se pega, se flagra numa posição meio egocêntrica, narcisista.*

Existem os valores universais e seu avesso, ou seja, o despojamento com relação a tais valores. O psicanalista, para sê-lo, precisaria largar-se, despojar-se de valores universais que atribuem o bem de um a outro, retificando sua própria subjetividade de modo a permitir que o outro descubra seus valores próprios. Novamente: os valores existem. Ao psicanalista cabe uma posição de suspensão de qualquer valor. Tal posição é algo a se conseguir.

Mas Larissa coloca que tal despojamento é algo em que se acredita e que nem sempre acontece. Pode-se se enrolar e acabar impondo algum valor quando se tentava não impor valor algum.

No reconhecimento do despojamento dos valores universais, desconhece-se a produção de um novo valor que, tal como o bem universal, é algo a ser conseguido. **Em vias de ser** conseguido, sempre, pois o que Larissa encontra quando se avizinha de tal despojamento é o flagrar-se numa posição de importância, narcísica e egocêntrica avessa ao despojamento inicialmente almejado. Um jogo fadado à infinitude de recomeçar a si mesmo quando se acreditava findando.

Nenhuma surpresa: afinal o processo de despojamento tornou-se, ele mesmo, uma espécie de valor para reconhecer-se como psicanalista. Assim, não

importa o quanto Larissa queira, se esforce e despoje dos valores universais, por mais que o faça não pode atingir o lugar almejado. Pois, para ser psicanalista é necessário realizar uma tarefa, ao que tudo indica, impossível. Assim como uma miragem que se esvanece quando dela se aproxima, o psicanalista não se efetiva quando tenta sê-lo. O escorregadio jogo da falta entra em cena mais uma vez. Repetiremo-nos: “Na comunidade discursiva psicanalítica “menos” é “mais”, reconhecer-se menos como psicanalista, intitular-se menos, é ser mais honesto com a formação analítica, ou seja, é ser mais psicanalista. E todos, de alguma forma e em alguma medida, afirmam não ser”.

Renee: E você se considera uma?

Larissa: O quê? [Risos]. Geralmente eu falo que sou psicóloga, eu não falo que sou psicanalista/ acredito que me falta ainda muito estudo pela frente.

“Não é”, ainda “falta”, muito.

Falta muito **estudo** para tornar-se psicanalista, não algum tipo de experiência (“*retificação subjetiva*” ou análise pessoal). Com mais estudo seria possível, então, Larissa reconhecer-se como psicanalista (?).

Tomando o termo “*estudo*” como alinhado, por Larissa, ao intelecto (racionalidade e aparência), talvez não seja ousado dizer que ser um psicanalista é, de fato, pura ilusão, uma vez que estudos conduziram a uma superficialidade racional (associada à filosofia e à psicologia), não à verdade profunda, ao desejo ou a retificação subjetiva (associados à psicanálise). O que se coaduna com o trecho anterior, em que, para ser psicanalista, seria necessário um despojamento impossível de se realizar, ou seja, em ambos os casos o psicanalista torna-se uma miragem produzida num jogo de aparências, seja pela falta de estudos, ou pela impossibilidade constitutiva de sê-lo.

4.2.3.2 Dificuldades

Beatriz: É, na verdade sempre a minha grande crise assim, é com a instituição, é com o estereótipo, é com isso, tenho muita crise, sabe, muito.

Renee: Como assim?

Beatriz: Acho muito chato, é, porque eu sempre acho o discurso muito fora da prática, acho que as pessoas falam em qualquer escola que se vá, eu não sei muitas, mas, às vezes, é, se fala de uma prática que não é só essa né.

Eu sempre digo assim, se pegasse as pessoas que estão trabalhando, é, se for trabalhar em CAPES, se for trabalhar na prefeitura e tem seus consultórios, é difícil alguém que viva do-seu-consultório-só. E isso às vezes não se fala, né. Todo mundo fala como se tivesse atendendo com alguém deitado no divã o tempo inteiro. Eles não sabem que isso não se cumpre, isso é um ideal que não se cumpre o tempo inteiro, não é. [...] Quer dizer, não cabe se a gente sabe que isso não acontece, nem por isso, isso deixa de ter uma escuta em psicanálise, de ter uma orientação. Claro que isso não é psicanálise de consultório. Ah eu que, faço entrevistas em uma [menciona o tipo de organização], eu vou com a minha escuta pra lá, né, depois encaminho as pessoas, escuta-se algumas coisas.

A entrevistada aponta para uma discrepância entre um discurso veiculado nas escolas de psicanálise e a prática cotidiana por ela observada. Sua crise se dá em torno de uma espécie de “estereótipo institucional” representado pela “psicanálise de consultório” e a prática cotidiana por ela observada, que inclui a atuação em diversos âmbitos (CAPES, prefeitura, organizações, etc.).

Agora a faceta constrangedora daquela seriedade faz-se ouvir: no mesmo ato em que legitima uma psicanálise séria, a definição instituída do psicanalítico coloca Beatriz e sua situação profissional em causa: diante de uma rigorosa conservação do objeto institucional (“psicanálise de consultório”) sua própria condição (fora do âmbito clínico) deixa de ser reconhecida naquilo que Beatriz lhe atribui de psicanalítico. A entrevistada se vê sofrendo as conseqüências das definições constituídas nos círculos psicanalíticos, cujas orientações derivam, dentre outros, dos conflitos institucionais em torno da posse legítima do objeto institucional. A psicanálise fora do consultório seria ainda creditável e séria? Diante da iminência de participar da “loucura” de se inventar “novas psicanálises”, Beatriz luta (contra as definições, a concorrência e a culpa) para que sua prática seja reconhecida como psicanalítica:

Beatriz: É, é, isso me incomoda um pouco, porque eu acho que fica uma coisa congelada, fica, eu acho que a gente só perde com isso. E daí as outras áreas, as outras pessoas vem tomando um espaço que podia ser do profissional que tem formação em psicanálise, [...]. E sempre a pessoa tá sempre um pouco culpada, você pode ver que sempre que você conversa a pessoa tá culpada. Não! É demais, assim: [...] "Ah que eu tô lá, mas um dia eu vou estar só no consultório, um dia eu vou estar só no consultório", mesmo só no consultório! Eu tô praticamente só no consultório, faz 12 anos que eu sou formada, eu tô praticamente/ 1 dia por semana que eu não tô aqui no consultório. E eu, aqui eu atendo por um convênio, né, atender por um convênio é fazer psi/ já me perguntei isso, é ser psicanalista ou não é? Eles vêm quando têm horário, eles faltam mais, eles não tão, né. Daí eu sou só psicóloga, então é...

A conservação do objeto institucional começa a se converter em camisa de força para o profissional. Concorrência, trabalhos fora do consultório, idealização da atuação clínica e culpa por não corresponder à fixação de tal ideal, entram em cena. A mesma definição que legitima e autoriza um trabalho reconhecidamente psicanalítico barra aquilo que a ela não se coaduna. A posse do lugar institucional anuncia seu preço – sempre presente – porém, com pouca ou nenhuma margem de negociação. Resta ser “somente” psicóloga.

Beatriz não se identifica sozinha: todo o “*peçoal que tem formação em psicanálise*” a acompanha. Vozes culpadas entram em cena para justificar práticas fora do consultório e para melhor (re)estabelecer aquilo que a entrevistada chamou de ideal: “*eu tô lá, mas um dia eu vou estar só no consultório*”.

Se o discurso de Beatriz traz as marcas de um tensionamento da/na relação psicanalista – psicanálise, o de Larissa trará a tensão entre comunidades discursivas distintas da/na instituição psicanalítica:

Larissa: [...] me recordei uma, quarta-feira passada, ainda num dos grupos que eu participo, é, ainda se tava falando nisso, dessa coisa de ficar tentando interpretar. Então se, se tal grupo tem uma, uma atitude diferente da, do meu grupo, a tentativa de estar interpretando aquilo que ele tá fazendo com o, pelo viés da psicanálise, utilizando os jargões, os conceitos, é, e também daí parece que entra muito naquilo que a gente falava, “ele tá errado e eu tô certo” [risos]. Então por mais

que saibamos que devemos estar fora desse “eu to certo, eu to errado”, os grupos têm muito disso.

E eu participo também de grupos de outras instituições, com outras pessoas, e às vezes a gente até dá risada uma da outra, porque a gente acaba fazendo isso, acaba sendo, é, um já lembra lá que o [inaudível] falou do Miller, que ele roubou os textos do Lacan e modificou. Então isso aí sempre aparece, por mais que a gente tente se colocar na cabeça [risos], que é uma coisa que eu falo: falta ainda, parece que, introjetar um monte de coisa que parece que só tá aqui, né. Você sabe que não pode fazer, mas quando você vê tá fazendo com outros grupos, com, às vezes até com os colegas...

O dualismo retorna sob a forma das diferenças de atitudes entre os grupos. O *outro* como “errado”, o *eu* como “certo”. O eu é a psicanálise, o outro sua modificação.

A polifonia aponta para o rastreamento das mesmas linhas de força desde as situações mais imediatas e cotidianas (“*ele tá errado e eu to certo*”) até grandes autores, passando, é claro, pelos grupos de pertencimento. O reconhecimento desta “atitude interpretativa” diante do outro, por assim dizer, é, então, bastante arraigado, o que pode justificar a **naturalidade** com que é tratado. Pois, na seqüência, Larissa demonstrará que tal modo de se relacionar é da ordem da “*natureza humana*”.

Seu lugar de fala fica marcado pela ambigüidade de um “saber sobre” (“*Você sabe que não pode fazer*”) que não exerce “efeitos sobre” (“*mas quando você vê tá fazendo*”) – não os efeitos esperados, mas certamente outros: se, no discurso de Beatriz, eram as atuações extra-clínica que irritavam o dispositivo, no de Larissa é a lógica do “*ele tá errado, eu to certo*” – comungar abertamente deste tipo de referencial parece ir contra a proposta psicanalítica, tal como Larissa a reconhece. Os psicanalistas sabem que devem “*estar fora desse ‘eu to certo, eu to errado’*”, mas não obtêm o devido sucesso em executar tal psicanálise.

Larissa aponta aquilo que entende que a psicanálise e os grupos psicanalíticos deveriam ser e fazer, e aquilo que efetivamente são e fazem. E a menção ao “*introjetar um monte de coisa*” corrobora com a leitura de que se reconhece algo fora, para além dos grupos (e dos psicanalistas) que precisaria ser trazido para dentro, sanando, deste modo, a discrepância entre o “devia ser” e o “é”. O psicanalista reconhece-se, assim, numa exterioridade distante da psicanálise.

Existe a psicanálise, em sua estranheza ao “certo/errado”, e o psicanalista, lançado neste mundo de valorações erráticas. Vejamos como Larissa entende tal discrepância entre psicanálise e psicanalista:

Renee: O que você pensa disso?

Larissa: Que é um, que é da natureza humana [risos], que é um pouco nosso. Ué, penso que isso aponta exatamente pra, pra falha do ser humano. Acho que é da castração e tudo o mais, nesse sentido. Nós somos imperfeitos com relação ao, diz lá o Kant na filosofia, né, seres racionais perfeitos e os imperfeitos, então é uma ilusão pensarmos que um dia vamos chegar a um ponto tal de subjetivação onde vamos começar a agir como se realmente acreditássemos e soubéssemos que somos diferentes, isso aí é, me parece que é impossível. Mas, é melhor estar avisado desse equívoco, até pra ir tentando aparar essas arestas, que elas vão aparecer, melhor do que você estar agindo, fazendo, sem se dar conta disso.

Como havíamos mencionado, tais modos de se relacionar são tomados como uma naturalidade do ser humano.

Agora o ciclo de reconhecimentos e desconhecimentos se fecha: existe a psicanálise alheia ao “certo/errado” e o psicanalista (com seu grupo de pertencimento) não conseguindo alcançar este mundo em que tal psicanálise se encontra. Como explicar o reconhecimento de semelhante abismo? Consideramos que uma ponte pode ser lançada sobre esse “abismo pequeno” (para retomar o dito de Nietzsche, 2007b) por meio das noções trazidas por Larissa para explicar a “*natureza humana*”, quais sejam, “*falha*”, “*castração*” e “*imperfeição*”. O que a entrevistada apresenta como inerente e natural ao ser humano nada mais é do que uma série de conceitos artificial e psicanaliticamente forjados (por esse mesmo ser humano!). Ou seja, o próprio discurso psicanalítico, tão reconhecido em uma exterioridade inatingível ao “falho” ser humano, responde pelo que há de mais natural e imanente no homem. A psicanálise não está “lá”, numa terra que desconhece o “certo” e o “errado”, mas na própria explicação que Larissa produz acerca das atribuições do “certo” ao eu e do “errado” ao outro. O que Larissa desconhece é que seu lugar de fala (e ela mesma) já foi e é psicanaliticamente constituído. O que temos é um ser humano (ou um psicanalista) constituído por um e

num discurso cuja legitimação causa-lhe o efeito de exterioridade, como se esse discurso existisse por si mesmo, independente das diferenças que animam os conflitos entre os grupos de pertencimento.

Em meio a tais efeitos de reconhecimento e desconhecimento, as noções de “falha”, “castração” e “imperfeição” ganham especial destaque por serem ocasião de naturalização dos modos de se relacionar praticados nas odes de formação, permitindo que esses modos instituídos possam ser melhores instituintes. Possibilitando ainda, de quebra, que todo e qualquer um que não compartilhe de semelhante “natureza”, esteja “errado”.

Frisemos que não intentamos adentrar uma apreciação sobre a validade das proposições e conceitos apresentados por Larissa. Atentamos sim, para a função de naturalização que aquelas noções operam em seu discurso; permitindo-lhe afirmar que “*agir como se realmente acreditássemos e soubéssemos que somos diferentes*” seja uma ilusão, algo da ordem do impossível.

Novamente em seu discurso, o pólo da ilusão contrapõe-se ao da verdade: ilusão é agir realmente acreditando e sabendo “*que somos diferentes*”, verdade é estar avisado de que isso é equívoco, é ilusão. De qualquer forma, agir-se-á desse modo, é isso que o ser humano é; cabe-lhe, então, estar avisado, cabe-lhe, ainda, conhecer a verdade sobre sua ilusão inerente.

Renee: E quando não existe, assim, muita abertura para se discutir esse tipo de divergências de opinião, essas diferenças, como você se sente a respeito, o que você pensa a respeito?

Larissa: Eu acho que é uma pena. Que é uma pena até porque eu convivo lá na filosofia, filósofo tem outra formação e é possível se respeitar, então eu sinto, fico triste quando vejo que no ambiente psicanalítico é mais difícil se respeitar do que numa coisa fora.

Renee: Onde também são humanos.

Larissa: Pois é.

Contudo, a despeito das afirmações naturalizadas/naturalizantes, quando confrontado com o discurso filosófico (já caracterizado como ilusório) o discurso psicanalítico (verdadeiro) pode ter suas “afirmações naturais” recolocadas. Aqui

Larissa reconhece aquilo que nomeia como “*respeito*” como sendo produto de uma formação – filosófica ou psicanalítica.

Consideramos este um trecho valioso, pois ao longo da entrevista adotamos uma postura que colocava em causa certas características do discurso psicanalítico, diante da qual Larissa respondia por meio de uma postura des-iludida. Seus argumentos, ao des-iludir, iam justificando as características que buscávamos indagar. Entretanto, contrariando nossas expectativas, Larissa produz uma fala com o poder de colocar, por si mesma, em causa algo de seu discurso.

O que havia sido atribuído à natureza de todos os seres humanos agora não se aplica mais a todos. Por um momento a verdade psicanalítica “*falha*” (!) e a ilusão filosófica ganha voz (de respeito!), proporcionando o reconhecimento da artificialidade dos modos de se relacionar da e na comunidade discursiva psicanalítica. Talvez possamos arriscar a formulação de que, neste momento, a psicanalista sede lugar a filósofa, ou melhor, de que Larissa faz-se filósofa em seu e por seu discurso podendo lançar à psicanálise um olhar de estranhamento.

Beatriz: [...] a psicanálise tem que ter tocado a pessoa em algum lugar pra que ela se torne, o Contardo Calligaris fala disso, a gente tem que ter certeza de que funcionou em pelo menos um, né, que foi a gente [risos], pra que a gente consiga, porque é uma, uma profissão que tem muito pouco suporte, né, não tem suporte nenhum. Né, o que que vão te dizer? "Senta e escuta". Tá, é, e essa posição é muito angustiante e sempre vai ser, não é porque eu já sou formada há muito tempo, eu trabalho há muito tempo, que isso deixa de ser, tá, estar sentado na cadeira é sempre angustiante porque você tem muito pouco, muito pouco instrumento pra trabalhar, quase nenhum, e muito pouco certeza, você não tem o que dizer, né, você não, não tem instrumento. Então, tem que acreditar em alguma coisa: na psicanálise.

Ser psicanalista é trabalhar com “*muito pouco suporte*” ou “*suporte nenhum*” (o despojamento mencionado por Larissa poderia ganhar novos contornos diante dessa afirmação...). A falta de instrumentos e de certezas angustia. A solução aparece sob a forma de uma crença: acreditar na psicanálise. Somente após ter sido “*tocado*”, e talvez unicamente sob a condição da “*certeza de que funcionou em pelo*

menos um", é que se pode creditar a psicanálise suficientemente a ponto de a crença exercer a função suposta ao instrumental técnico escasso.

Beatriz está fazendo-se psicanalista na e pela convicção que sua experiência lhe proporcionou. Ela objetiva um reconhecimento de si a partir do qual e no qual se desdobra um efeito subjetivo (da convicção/crença) que lhe permite operar com esse modo de subjetivação no outro, isto é, lhe permite suportar a posição de psicanalista (agora passível de existência, ao que tudo indica) e realizar sua prática clínica.

Curiosamente, a voz responsável pela certeza advinda da **própria** análise, não é a de Beatriz, mas a de um "*psicanalista famoso*", fazendo uso das palavras de Larissa. Neste extrato não é a voz de Beatriz que sustenta sua certeza instrumentadora da prática clínica, mas sim a de Contardo Calligaris.

Beatriz: Eu acho que, eu acho que essa é uma história muito parecida com a de muita gente, é, eu acho que é na hora que a gente bate o pé pra ser, pra trabalhar, pra ser psicanalista, acho que isso já opera uma mudança aí, acho que eu não sou a única assim, tá, "não, eu não vou fazer isso", "ah, mais você não vai...", "não, eu vou fazer isso". Eu acho que sustentar essa posição, eu acho que isso é uma mudança, sempre. Porque no começo deu tudo errado, você vai, ninguém procura a gente, não tem paciente, é, os amigos da gente estão ganhando um monte de dinheiro, né, porque aquele começo, né, lógico, é assim. Porque um tá trabalhando na Renault, o outro foi pro HSBC, o outro abriu uma loja e, as pessoas, "nossa, e você que é uma moça tão inteligente, [risos], devia estar, é, trabalhando com RH na Volvo, por que que não tá?". Isso é, isso eu escuto o tempo in/.

Ser psicanalista é sustentar uma posição difícil. Impressão que Beatriz não atribui somente a si mesma, "*essa é uma história muito parecida com a de muita gente*". Vozes conflitantes são acionadas ("*ah, mais você não vai...*", "*não, eu vou fazer isso*"), ser psicanalista é lutar contra a falta de demanda para o serviço ofertado e não ser bem remunerado enquanto os amigos o são. É entrar em conflito. Além das dificuldades inerentes, por assim dizer, ao exercício da profissão (como a mencionada falta de instrumental), o psicanalista defronta-se com uma série de dificuldades outras. Sobressaindo-se, no discurso de Beatriz, o aspecto financeiro, a partir do qual é feita uma espécie de comparação entre o psicanalista (ela própria) e

os não psicanalistas (seus amigos). Mas, diante de uma falta bastante concreta e materializada, produz-se um sentido como que exclusivo para o exercício desta profissão:

Beatriz: "Ah, então tá todo mundo ganhando bem", eu só pensava assim "não, eu nunca vou envelhecer pro mercado, né", eu vou/ me lembro que eu ia na escola, eu olhava as pessoas bem mais velhas, né, bem mais velhas mesmo, assim, tipo a L. F. que deve ter 90 anos, sabe quem é a L.?

Renee: Não.

Beatriz: Poxa a L. deve ter, uma senhora mesmo, e eu dizia "ah meu deus, quando eu tiver a idade dela vou continuar trabalhando, né, eu não vou envelhecer", e eu pensava "essas pessoas vão envelhecer e daqui a pouco vai ter outro de 25 no lugar dele", eu vou...

A comparação continua: se, por um lado, os amigos estão ganhando bem, por outro, vão envelhecer para o mercado, enquanto Beatriz, a psicanalista, não – não é bem remunerada, mas também não envelhece. Atenção para a menção única ao *mercado de trabalho*; na continuidade Beatriz simplesmente diz que não vai envelhecer, e que “essas pessoas” vão. O psicanalista, ao contrário dos demais profissionais, não envelhece. Os outros são substituíveis por “outro de 25”, implicitamente diz-se que o psicanalista não é. Como se o psicanalista não estivesse também atrelado a um mercado de trabalho, mas pura e somente à sua insubstituível experiência (de trabalho e análise pessoal).

L. F., a senhora de 90 anos, vem como exemplo concreto para ilustrar a viabilidade da cena e como uma referência capaz de acalmar e prestar alguma estabilidade para o psicanalista iniciante.

*

O psicanalista é e não é.

É: tudo o que é, é na/pela análise pessoal que o fez ser. É principalmente na análise pessoal que o discurso psicanalítico objetiva o psicanalista, assim como é nesse dispositivo que o psicanalista é tocado reconhecendo (em si) categorias conceituais que, por sua vez, são desconhecidas em seu caráter produzido.

Reproduzindo-as, assim, e legitimando-as como verdades imanentes nas quais se acredita.

Não é: mas a despeito do que se afirma e se objetiva, o psicanalista lacaniano não pode sê-lo deliberadamente. “Ser” opõe-se a “faltar”, e o psicanalista faz-se faltando, ou, não sendo. Ele não é psicanalista, mas também não consegue ser alguma outra coisa, ou simplesmente, deixar de *ser*. Se vê envolvido com exigências de dedicação e, ao mesmo tempo, de despojamento daquilo para o qual tanto se esforçou, terminando num jogo de impossibilidades constitutivas no qual derrapa entre “ser e não ser”. E ali, no jogo do impossível, ideais e estereótipos assumem curiosa função: de imagem a qual os psicanalistas lacanianos contrapõem-se e diferenciam-se, mas da qual não conseguem (ou não podem) desvencilhar-se.

Entre o *ser* do estereótipo/ideal e o *não ser* do psicanalista, entre as dificuldades da prática clínica e do mercado de trabalho, o que se mantém é a análise pessoal como dispositivo privilegiado de objetivação/subjetivação de um discurso e de um sujeito que nele e por ele busca reconhecer-se já previamente advertido (por esse mesmo discurso) de seu inevitável fracasso. Podendo, assim, legitimamente continuar – consigo mesmo como (não) psicanalista e com a psicanálise que executa.

4.2.4 Formação

4.2.4.1 Formação e/na análise pessoal

Beatriz: Acho que claro, como todo mundo, a gente pensa, "tem que estar em constante formação, o psicanalista está em constante formação". Eu jamais penso que eu to pronta. To em formação, sempre, e, daí acho que tem que se implicar na formação, tem que ir, tem que, não dá pra, tem que estar sempre implicado, né, acho que isso precisa, a gente tem que estar implicado né, eu preciso estar implicada, senão não...

“*Como todo mundo*” Beatriz pensa que a formação é constante. A comunidade discursiva é convocada a sustentar sua afirmação de que o psicanalista jamais está pronto, é um constante inacabamento. O que gera uma exigência de implicação. Sem implicação não há formação psicanalítica.

Renee: Você acha que ela poderia ou pode ser diferente em algum aspecto?

Beatriz: Olha, eu já pensei nisso. Também acho que não. Acho que, eu, eu sou [inaudível] tá, eu acho que é o melhor jeito ainda, já pensei, não dá pra ter aula, não dá, também já pensei muito nisso, não dá, tem que ser, a formação também tem que ser por minha conta. E não adianta, "vou fazer um curso de psicanálise, eu vou fazer uma aula de psicanálise, eu vou fazer uma faculdade de psicanálise". Acho que tem que ter implicação minha. Acho que tem que ser assim mesmo.

Beatriz já pensou no modo como **conduz** sua formação, pois, como fica marcado em sua fala, a formação fica por sua conta, é ela quem a conduz. As outras possibilidades vislumbradas ganham um contorno de movimento desprovido de implicação e de apropriação por parte do psicanalista. Aulas, cursos e faculdades seriam processos em que não existe, ou, se existe, é em grau bastante reduzido, implicação do psicanalista. Além da implicação, o psicanalista vem marcado pela autonomia, sugerindo que, se os esquemas citados carecem de implicação, o esquema lacaniano do qual a entrevistada participa carece de restrições e constrangimentos. Nele o psicanalista reconhece-se principalmente como condutor implicado da/na formação, desconhecendo o discurso-dispositivo que lhe regula e ordena.

Beatriz “*também*” acha que não, que a formação não pode ser diferente. Onde todos se reconhecem a relativização fica desconhecida: o implicar-se é unânime e o dispositivo de formação do qual Beatriz atualmente participa aparece como funcional e único nesse sentido, “*tem que ser assim mesmo*”. O processo está legitimado e sua seriedade reconhecida.

Enquanto Beatriz fazia esse relato acerca da formação, tomamos seu modelo por pressuposto. Sabíamos que se tratava de uma escola lacaniana e simplesmente (também) deixamos assim ser, sem maiores interrogações sobre como, afinal, se dá um processo de formação numa escola de tal orientação. De fato, de nossa parte, este é o modelo mais conhecido e, portanto, reconhecido.

Beatriz: Acho que não, né, não tem fim da formação. Mesmo com a questão do passe. [...] acho que não tem formação concluída, eu acho que ninguém pode garantir/ você pensa, se a psicanálise está sempre com essa visada da falta, se eu digo assim "agora eu tenho tudo", acabou né? Pra que fazer tanta formação pra chegar um dia e, né, e desaprender tudo, desconsiderar tudo aquilo.

A formação como um processo inconcluso e inconclusivo. “Conclusão”, aqui, é assemelhada a ter tudo, a saber tudo, e psicanálise está sempre com a “visada da falta”. Mais uma vez a falta funciona como pedra angular da psicanálise, e agora como mecanismo legitimador do processo de formação.

Não considerar a falta é desaprender tudo. Não é possível ter/saber tudo, mas é possível desaprender tudo caso se desconsidere a falta. A falta é tudo e tudo é falta. Se a falta funciona, por assim dizer, como um mecanismo impeditivo de uma totalização do saber e do processo de formação (num efeito de reconhecimento de uma parcialidade), ao mesmo tempo, ela funciona como totalidade dentro da qual a psicanálise e a formação devem ser concebidas, fora dessa unidade total não existe psicanálise, psicanalista nem formação (num efeito de desconhecimento da totalidade que a centralidade da falta opera). Esse conceito parece gerar um jogo bastante ambíguo de atribuições, reconhecimentos e desconhecimentos.

Renee: Eu digo concluir a formação no sentido de se autorizar como você falou, mencionou o passe né...

Beatriz: Ah tá! De se autorizar?! Eu acho que autorização passa por saber que, que não sabe tudo né, autorização por aí, né, mas não dizer assim, agora eu to pronto pra falar sobre um livro, agora eu posso ensinar os outros, não dá né, aí... E autorização tem haver com análise também né, autorização mais do que com o estudo é com a própria análise, vai junto. Com a minha análise [risos, inaudível].

Autorizar-se como psicanalista é justamente compreender e experienciar a falta, é saber que não sabe. Uma modalidade específica de saber que, antes do estudo, se dá na análise pessoal. O saber que aponta para o não saber, não é da ordem do estudo intelectual primeiramente, é da ordem da análise pessoal. Ele é experimentado, não apenas compreendido. Não viabiliza “falar sobre um livro” ou

“ensinar os outros”, mas sim, faltar. É nesse saber singular que o psicanalista lacaniano assenta a psicanálise, sua formação e a si mesmo, e é a experiência desse/nesse saber que produz o psicanalista:

Ricardo: A formação é no divã, é no, na própria análise pessoal.

Larissa: Olha eu já tinha, né, uma impressão de que poderia ser diferente quando, é, esses anos que eu estive parada em função da família, me parecia assim que fosse até complicado retornar, se passaram uns 10 anos, e, e eu imaginava que era como uma faculdade assim, né, uns 5 anos, 6 anos que você estuda e daí era como se você já precisasse estar pronta e eu não estava pronta ainda. Hoje já mudou um pouco nesse sentido, que não é a questão do tempo cronológico, é algo que é, que é mesmo vivendo, que não tem como. Então não adianta eu querer que fosse diferente, isso tá, tá além dessa capacidade de estudar mentalmente, dessa forma.

Quando acreditava que alguns anos de dedicação a deixariam pronta, Larissa concebia a formação de modo diferente do que concebe hoje: não existe um tempo cronológico determinado, trata-se, antes, de um tempo vivido, e é somente essa vivência que forma um psicanalista. Não adianta querer que seja diferente.

Consideramos válido lembrar, a título de contraposição, que o modelo de formação da IPA vislumbra a possibilidade de se trabalhar com o tempo cronológico no processo de formação. E fazemos tal lembrete, somente para indicar que existem outras possibilidades (já bastante legitimadas, diga-se de passagem) se Larissa quisesse, como quis um dia, que sua formação fosse diferente. Mas não é assim que a entrevistada reconhece a si mesma e(m) seu processo de formação.

4.2.4.2 Formação e mudanças pessoais

Renee: E você considera que a formação em psicanálise propicia mudanças pessoais para as pessoas que fazem essa formação?

Beatriz: Ai, a formação, que eu acho que a formação faz parte de um projeto, né, e eu acho que tem sempre, tem sempre essa coisa, tem sempre aquele, assim desde que eu penso nisso, tem aquele mito né, aquela pessoa que chega um pouco esculhambada, com muito problema, e que tem que passar por esse processo de, quase como um feiticeiro, que tem que, psicanálise sempre tem que ter modificado a pessoa para que ela se torne psicanalista, acho que isso é fundamental.

A mudança identificada aqui concerne à produção do próprio psicanalista, isto é, ao modo como alguém “esculhambado” e com muitos problemas torna-se psicanalista por meio de um projeto de formação. Um dia o psicanalista foi, então, uma pessoa “esculhambada”, com muitos problemas; esse “mito” veicula sua criação.

Os psicanalistas desconhecem qualquer mudança a ser feita, por eles, no processo de formação, mas reconhecem amplamente as mudanças que esse processo lhes provoca, não se reconhecendo fora dele.

Ricardo: [...] É, é eu entendo que a formação sim, com certeza né, é uma, é uma trans-formação. Então é, por exemplo, eu vejo assim que a criatura humana ela, com o passar dos tempos ela não é a mesma, de 10 anos atrás, de 5 anos atrás, então, é a, ela vai mudando, apesar de algumas fixações que tem, de neurose e tal, psicose e tal, né, que a pessoa trás né/ Mas assim, existe uma transformação e, a psicanálise, a formação também propicia, se a formação é isso que eu tô falando mesmo, que eu acho que é, que é, eu tenho certeza né, que a formação é a análise pessoal, a clínica e a teoria tal, muito, muito, muito.

A formação, ou ainda, a análise pessoal, transforma, assim como o “passar dos tempos”, apesar de a “criatura humana” ter suas fixações. A trans-formação é geral, ela se aplica a todos, analisandos ou não. Formação, análise pessoal e tempo entrelaçam-se na modificação do humano, indo até onde as fixações desta criatura lhe permitem ir. Existe, pois, um limite *fixado* para esta trans-formação, limite que, no discurso de Ricardo, já é conceitualmente estabelecido e previsto.

Renee: E, sabe me dizer que tipo de mudanças são essas?

Beatriz: Eu acho que tem que ser uma mudança pessoal, né, na sua vida assim, "ah eu mudei aqui, eu escolhi diferente", acho que depende, tem que ser, tem que ter tocado a pessoa em algum ponto, né, quando você chega sempre toca, tem que ter tocado a pessoa em algum ponto. [...] começando a fazer análise eu acho que eu pude assim, é assim, eu acho que eu tenho uma história muito clássica, assim, [risos], eu tenho uma mãe assim, sabe, que, né, que queria tudo por mim assim, tinha, tinha, tinha, tinha, tinha que fazer, eu acho que eu pude fazer algumas escolhas diferentes, assim, eu vejo a minha irmã, minha irmã que é muito mais moça do que eu, e ela tem feito algumas escolhas muito parecidas assim, com o que eu teria sido obrigada a fazer se, né, agora ela tem né, também fazendo análise, ela tem começado a poder se disvin/ né, se disv/ né, ter vida própria.

As mudanças advindas do/no processo de formação vinculam-se principalmente às escolhas. Mudar é escolher diferente, e ao fazer uma formação/análise Beatriz pôde se reconhecer escolhendo diferentemente.

Na cena relatada Beatriz tem suas possibilidades de escolha um tanto restringidas por sua mãe, a entrevistada não escolhia, “*tinha que fazer*” o que sua mãe queria por ela, assim como sua irmã, que se encontra em posição simétrica à sua, ou em vias de atingir tal simetria com a entrada em análise.

A formação-análise passa a significar “*ter vida própria*”, antes disso existia “obrigação materna”, após, existe escolha. Essa é “*uma história muito clássica*”, possivelmente Beatriz a reconhece para além de si e de sua irmã.

Se anteriormente o referencial determinante da escolha era a mãe, agora quem exerce tal função é a análise. Ambos determinam as escolhas, com a diferença de que um deles assenta-se num elemento reconhecido como coercitivo, e o outro num procedimento reconhecido como libertador. O psicanalista, entretanto, dá-se também num assujeitamento: à análise. A escolha é sempre condicionada.

Larissa: Eu vou falar a partir da minha experiência. É algo, então, é uma experiência libertadora, que abre muitos, muitas perspectivas, emancipa né, uma porção de preconceitos... E, de certa forma, nos desaliena um pouquinho, digo um pouquinho, porque, como eu te falei né, percebo assim que tem um caminho muito grande pela frente. Pra mim foi muito importante.

Outra ocasião em que a análise-formação é delineada como um caminho no qual pode-se avançar. Conforme este caminho é trilhado (pois ele já se estende “*pela frente*”) o psicanalista desaliena-se, emancipa preconceitos, abre perspectivas e liberta-se. Mas tudo isso se dá nesse e por esse caminho, não fora dele. O psicanalista é aquele que se libertou e se desalienou em alguma medida e a psicanálise é, assim, uma libertação.

*

No discurso dos entrevistados a formação associa-se sobremaneira à análise pessoal. Se tratamos dos modos de subjetivação na **formação** em psicanálise, podemos, com base nesses extratos, afirmar que o psicanalista se reconhece subjetivando-se na própria análise. É ali que ele muda, é tocado, escolhe diferentemente, implica-se, liberta-se, desaliena-se, transforma-se e, assim, se faz psicanalista. A análise-formação apresenta-se como dispositivo privilegiado de produção do psicanalista, e em pleno reconhecimento por parte dos mesmos. Entretanto, na unanimidade do sujeitamento a tal dispositivo, os psicanalistas desconhecem qualquer alteração a ser nele (e por meio dele) realizada. Trata-se, muito antes, de avançar cada vez mais em tal e por tal dispositivo, de maneira a conservá-lo por meio da retificação de si mesmo.

5 DISCUSSÃO

*Quanto mais abstrata for a verdade que queres ensinar,
mais tens que seduzir os sentimentos a seu favor.*
F. W. Nietzsche

Daremos prosseguimento traçando um panorama comparativo dos resultados apresentados naquilo que cada “instituição psicanálise” nos/dos discursos dos entrevistados das diferentes escolas distinguem-se uma da outra (e, de quebra, iguala-se em si mesma), para, na seqüência, estabelecer algumas aproximações possíveis trazendo, assim, ao primeiro plano do debate as regularidades discursivas evidenciadas por nossas análises –, isso mantendo nosso objetivo central como princípio norteador desse panorama, qual seja, a investigação acerca dos modos de subjetivação na formação em psicanálise. Perguntamos, então: de que modo os representantes das escolas reconhecem-se e desconhecem-se como psicanalistas em seus discursos? Onde estes efeitos de reconhecimento/desconhecimento distanciam-se e aproximam-se?

5.1 ENCONTROS E DESENCONTROS DISCURSIVOS

*Não acreditamos que a verdade continue sendo a
verdade quando lhe retiram o véu.
F. W. Nietzsche*

Se intitulamos o trabalho então apresentado sob a formulação “Modos de subjetivação na formação em psicanálise: uma análise institucional do discurso”, cabe-nos agora, justificá-lo num desdobramento de seus termos: modos de subjetivação, formação, psicanálise e AID. Considerando o termo último um desdobramento constitutivo que permeia o trabalho como um todo, daremos continuidade tendo-o como substrato possibilitador/limitador do desenvolvimento subsequente. De acordo com a estratégia de pensamento adotada (referente à própria AID e também à tomada do processo de formação como ângulo de análise), desenvolveremos agora uma cenografia dupla da formação, de maneira a debater os modos de subjetivação advindos em cada e por cada organização discursiva (a instituição lacaniana e a instituição IPA – segundo pudemos configurá-las com base nas transcrições das entrevistas).

*

No discurso dos entrevistados da escola ligada à IPA **a formação** vem estreitamente aliada às exigências formais realizadas pela escola. Esta última habita, de forma acentuada, numa exterioridade materializada pelos programas e cronogramas instituídos – uma instituição de caráter predominantemente concreto. O entrevistado descreve-se em face de exigências e requisições de toda sorte que lhe colocam a pautar sua qualificação como psicanalista exatamente aí, no cumprimento desses requisitos e exigências. Neste grupo o psicanalista reconhece-se como tal na medida em que se submete a um espaço de ordem. É assim que Helena faz-se reconhecer psicanalista diante do entrevistador, na descrição pormenorizada dos requisitos realizados (e a realizar) em sua formação. É também, neste lugar que Vilma se coloca na cena de entrevista, de alguém que está sendo

interrogada pelo entrevistador, tal como o são, segundo seu relato, os psicanalistas em formação junto à IPA.

Em se tratando de um conjunto de exigências a se cumprir para a devida posse de um lugar de fala (de psicanalista), não temos aqui nenhuma novidade; todo e qualquer lugar de fala faz cobrar seu preço, por assim dizer, àquele que se propõe ocupá-lo enquanto proporciona legitimidade aos enunciados ali produzidos. A cena pode, contudo, ganhar tonalidade específica com a entrada dos atores representantes da outra companhia.

Isso, pois o discurso dos entrevistados lacanianos traz as marcas de exigências distintas. Se junto à IPA o psicanalista é qualificado na/pela programação disposta pela instituição (cursos, relatórios, supervisão, análise pessoal, trabalhos, entrevistas, etc.), numa formação laciana o psicanalista é melhor qualificado na/pela destituição de semelhantes programações. Ele se reconhece implicado na formação justamente quando não participa de semelhantes modelos¹⁰.

De forma análoga, os entrevistados ligados à IPA concebem um fim do processo de formação que coincide com o cumprimento de toda programação estipulada e a devida certificação de analista didata (o que, como mencionado pelos entrevistados, não implica em deixar de estudar, fazer análise, etc.¹¹). Ao passo que os lacanianos, além de não conceberem um fim de formação, reagem energicamente com menções a algum tipo de fim do processo¹².

Mas não somente. O fator “tempo” também esteve presente em falas de ambos os grupos e, tal como acontece com programações institucionais e um fim de formação, recebe tratamento diametralmente oposto. No grupo da IPA encontramos diversas menções ao tempo de duração das diferentes atividades, assim como ao momento de vida em que um psicanalista torna-se didata¹³. A formação é disposta na passagem quantitativa do tempo e o psicanalista constituído, pelo menos em parte, nessa passagem. Enquanto Larissa, representante do grupo laciano, traz

¹⁰ “a formação também tem que ser por minha conta. E não adianta, “vou fazer um curso de psicanálise, eu vou fazer uma aula de psicanálise, eu vou fazer uma faculdade de psicanálise”. Acho que tem que ter implicação minha” (Beatriz).

¹¹ “a pessoa que se dedica e que faz essa formação, e que vai, consegue ir até o fim com ela e depois disso se mantém se atualizando” (Vilma).

¹² “não tem fim da formação. [...] se a psicanálise está sempre com essa visada da falta, se eu digo assim “agora eu tenho tudo”, acabou né? Pra que fazer tanta formação pra chegar um dia e, né, e desaprender tudo, desconsiderar tudo aquilo. (Beatriz).

¹³ “4 anos de Freud, 2 anos de Melanie Klein”, “tem que fazer análise pelo menos 6 anos”, “o didata é o top de linha, assim, e só tem gente bem mais, bem mais, bem velha mesmo, bem mais velha.” (Helena).

experiências temporais de outra ordem, cujo fator de peso é uma vivência impossível de ser colocada em termos temporais (cronologicamente falando)¹⁴.

O que vemos tomar forma é um jogo de contraposições que poderia ser encenado sob a forma de um debate, como se um entrevistado estivesse fazendo réplica à afirmação do outro. Entretanto, a cena não é bem essa. A oposição existe, mas usualmente ela parte dos psicanalistas lacanianos. Os entrevistados da escola inglesa priorizam a apresentação de suas programações, finalizações da formação, durações cronológicas, etc. E os entrevistados da escola francesa apresentam suas referentes concepções na contraposição a outros termos, como se estivessem implicados em se diferenciar de uma espécie de interlocutor imaginário – que eventualmente coincide com os termos colocados pelos entrevistados ligados à IPA. Não se diz como a formação lacaniana é, diz-se sim o que ela não é (não é pautada em cursos, aulas...); não se diz simplesmente que a formação não tem fim, diz-se também que conceber um fim significa desconsiderar toda a formação; não se diz apenas que a formação refere-se a vivências (nem se explica muito bem que vivências são estas), mas diz-se que isso não se dá numa cronologia; e assim por diante.

Daqui podemos, em conformidade com algo das análises já esboçadas, matizar o psicanalista incluso na tradição inglesa como aquele que assim reconhece-se na/pela (re)afirmação direta do espaço de ordem que o constitui; primando em dizer o que é; e o laciano como aquele que subjetiva-se na/pela contraposição, na/pela negativa em relação a um outro, ou, como querem, na/pela falta; primando em dizer o que não é. Prossigamos montando e matizando a cena da “ação de formar” o psicanalista, deslocando nossa atenção do processo de formação em si para o modo como os entrevistados configuram a psicanálise em seus discursos.

No discurso daqueles que falam em nome da IPA (*sendo*, em nosso recorte, a própria IPA) **a psicanálise** vem, de forma bastante acentuada, delineada como uma terapêutica do/pelo conhecimento. Ela é retratada como uma espécie de processo de conhecimento/aprendizagem que se dá na/pela relação com um outro¹⁵. Durante as entrevistas, inclusive, estes psicanalistas presentificam suas expectativas

¹⁴ “*não é a questão do tempo cronológico, é algo que é, que é mesmo vivendo*” (Larissa).

¹⁵ “*a psicanálise dá esse recurso, porque o que ela oferece é a gente abrir a mente, e o contato com o outro é uma forma, uma forma de conhecimento também/ tem que ser terapêutica também*” (Vilma).

em ensinar e aprender na/pela relação imediata travada com o entrevistador, demonstrando, em ato, a psicanálise que fazem quando tornam essa relação uma oportunidade de produção de saber¹⁶. O que buscamos ressaltar com isso, é que o psicanalista da IPA, ao praticar sua psicanálise, precipita um saber (e uma verdade), objetivando um conhecimento direcionado a determinados fins. Sendo, ainda, nessa e por essa prática que ele se reconhecerá psicanalista. A psicanálise, aqui, dá-se como afirmação de um aprendizado/conhecimento, numa positividade.

O discurso dos psicanalistas lacanianos toma direção diversa. Como vimos, ali a psicanálise toma forma a partir da oposição a outros discursos: psicologia, filosofia ou, ainda, outros referenciais psicanalíticos¹⁷. É, predominantemente, pela diferenciação em relação a outro discurso que a psicanálise toma forma no discurso dos entrevistados deste grupo. Não qualquer forma: a partir desse movimento de contraposição a psicanálise configura-se em posição privilegiada aos olhos do psicanalista laciano. Ela distingue-se-á por desempenhar o papel de ferramenta de descoberta da verdade no ato de destituição da aparência, o que a coloca em estreita relação com a verdade¹⁸. Trate-se da psicanálise ou da verdade por ela objetivada, o elemento constante é a relação de contraposição a outro referencial. A psicanálise, aqui, acontece numa/por uma diferenciação constituinte, positivando-se na/pela destituição de outro discurso – numa negativa.

Certamente a direção de nossa argumentação está, a essa altura, evidenciada. Naquilo que diz respeito aos desencontros entre os discursos dos representantes do lacanismo e da IPA, empregamos esforços em caracterizar os primeiros por um modo de subjetivação caracterizado pelo jogo de contraposição ao outro, e os segundos por um modo caracterizado pelo movimento de (re)afirmação do mesmo¹⁹. Avancemos, contudo, mais um passo nesta direção rumo ao nosso

¹⁶ “cada vez que eu to convivendo com uma pessoa durante um tempo eu to aprendendo com ela, estamos aprendendo juntos”, “Eu tenho interesse, se você tiver interesse, quiser depois me trazer pra gente ver o que que você concluiu” (Mario).

¹⁷ “psicologias do eu, eram como se fossem, eles tratavam de um, do efeito apenas, e eu queria, e a psicanálise eu observava que, que tinha causas, e que tinham estruturas, que tinham funcionamentos mentais inconscientes, que determinavam aquele, aquele tipo de comportamento” (Ricardo).

¹⁸ “A aparência é ilusória, isso que você consegue atingir, que vai por trás que seria o verdadeiro” (Larissa).

¹⁹ O que desejamos marcar aqui são os efeitos mais recorrentes das/nas falas de cada grupo, isto é, os modos de subjetivação prevalentes. Dado que, pontualmente, os entrevistados de ambos os grupos fazem recurso a ambos os modos de subjetivação, ou seja, eventualmente os lacanianos reafirmam o mesmo e os membros da IPA contrapõem-se ao outro – **mas de forma pontual, não prevalente**.

objetivo derradeiro, a saber, o psicanalista em seus efeitos de reconhecimento e desconhecimento.

Podemos fundamentar, ainda, a mesma diferenciação entre os grupos quando os entrevistados discorrem sobre os requisitos necessários à devida posse do lugar de fala do **psicanalista**. Todos os integrantes do grupo associado à IPA afirmam sem reticências a necessidade da filiação institucional, isto é, a necessidade do psicanalista se formar segundo as diretrizes e programações estipuladas pela IPA (e praticadas nas instituições a ela vinculada, tal como acontece na instituição que estes entrevistados compõem²⁰). Ao psicanalista cabe alinhar-se com as questões institucionais (como menciona Vilma) e realizar os passos previstos por tal modelo de formação (remetendo às palavras de Helena). É, como já mencionado, na/pela observância às normas institucionais que estes entrevistados reconhecem o advento do psicanalista; normatização cuja extensão estabelece ainda condições emocionais para esse advento²¹. Assim, o modelo de formação da IPA certifica o psicanalista – em sua seriedade, consistência, dedicação, condição emocional, etc. –, garantindo-o. Na/pela sujeição ao espaço de ordem organizado pela IPA (e por eles reproduzido “aqui e agora”) os entrevistados reconhecem-se na legítima posse de um lugar de fala psicanalítico.

Principal decorrência desta organização de requisitos: o psicanalista existe. Existe de forma afirmativa. O espaço de ordem delineado no discurso destes entrevistados positiva algo – o psicanalista. Ele está garantido por um/num modelo de formação que é reinvestido por seu produto (o psicanalista). Efeito maior desta ordenação discursiva (e ponto de apoio para nossas afirmações): diante da pergunta “você se considera um psicanalista?” todos os entrevistados deste grupo reconhecem-se, sem rodeios, como tais. Novamente: o psicanalista existe num/por um espaço de ordem reconhecido e reproduzido.

Quando indagados acerca dos requisitos para a posse de um lugar de fala psicanalítico, os entrevistados lacanianos não desenvolvem um discurso imediatamente passível de uniformização, mas ainda, consideramos, passível de ser lido pelas lentes que estamos constituindo.

²⁰ “*Eu considero necessário seguir essas, é, orientações que instituições determinam pra pessoa se formar como psicanalista*” (Mario).

²¹ “*geralmente a pessoa que não tem essa condição emocional ela desiste, ela muda, né, muda de área*” (Vilma).

O elemento mais reconhecido pelos entrevistados deste grupo como imprescindível para que alguém possa ser psicanalista é a análise pessoal. Conjuntamente, como já visto, existem menções ao desejo, ao despojamento dos valores universais, aos estudos, à falta, dentre outros. Entretanto, apesar da diversidade de elementos, os requisitos identificados por estes entrevistados são apresentados do mesmo modo, ou seja, são colocados em oposição a outros elementos (a ideais, alienações, estudos intelectuais, etc.). Mesmo Beatriz, que não faz esse tipo de oposição naquilo que se refere aos requisitos necessários ao psicanalista, monta uma cena dual, em que *“por uma certa medida [se] considera psicanalista, em outra não”*. O discurso lacaniano dar-se-á, novamente, num jogo de contrastes constitutivos, no qual e pelo qual o psicanalista, quando afirmado, o é na diferenciação de um outro.

Decorrencia, segundo nossa leitura, desta organização discursiva: o psicanalista não pode existir como tal deliberadamente. Ao que tudo indica, quando constituído num/por um jogo de contrastes o psicanalista vai afirma-se em relatividade a outros elementos, dependendo, então, desta contraposição para legitimar, em termos, seu lugar de fala como psicanalítico. Ou ainda, o psicanalista dependerá desta organização dual para “existir”. Semelhante organização discursiva gera o efeito de não-reconhecimento (desconhecimento?) de si mesmo como psicanalista: dos 3 entrevistados, 2 não se reconhecem como psicanalistas, afirmando que dependem de algumas condições para sê-lo²², e o terceiro reconhece-se como tal parcialmente²³.

Nessa cena de condições e parciais, damos destaque a 2 fatores: a função desempenhada pela noção de “falta” no discurso de Beatriz, qual seja, de impeditivo de um fim de formação, por tal fim estar equiparado a uma totalização do saber. De acordo com a entrevistada, levar em consideração a falta é reconhecer não poder saber tudo (sedo a falta, então, um impeditivo de uma totalização do saber); mas, paradoxalmente, a falta funciona também como totalidade fora da qual psicanálise e psicanalista não podem existir²⁴. Ou seja, na falta e pela falta, *“nunca*

²² “Não, de jeito nenhum”, “Agora se eu vou ser ou não isto só o tempo vai dizer né, se esse é o meu desejo e se vai ser o forte o suficiente né, pra chegar lá” (Ricardo); “Geralmente eu falo que sou psicóloga, eu não falo que sou psicanalista/ acredito que me falta ainda muito estudo pela frente” (Larissa).

²³ “Acho que por uma certa medida me considero psicanalista, em outra não” (Beatriz).

²⁴ “se eu disser assim “olha Renee, agora eu sei tudo”, eu deixei de ser psicanalista né porque daí eu parei de considerar a falta” (Beatriz).

é” (Beatriz), fora dela não pode existir. Nesta configuração, Beatriz reconhece-se psicanalista parcialmente: diante dos não-integrantes de sua comunidade discursiva reconhece-se como tal, diante daqueles que a compõem não. Em analogia ao observado por Foucault (1984), quando discorre sobre alguns dos traços da representação “jurídico-discursiva” do poder, afirmando que o mesmo caracteriza-se por um “ciclo de interdição”, podemos dar forma, aqui, a uma espécie de interdição que o psicanalista lacaniano sofre a respeito do reconhecimento de si como tal, restando-lhe jogar com a alternativa entre duas inexistências: se queres ser psicanalista deves levar em consideração a falta e, assim, nunca sê-lo; se não a leares em consideração deixarás de ser psicanalista. O segundo fator a ser destacado: as condições apontadas por Larissa para se falar em nome da psicanálise são da ordem de uma impossibilidade constitutiva. Tudo o que se atinge ao responder a tais condições, é o avesso do almejado²⁵. Novamente, uma situação paradoxal em que o psicanalista fica “no meio do caminho” entre sê-lo e não sê-lo. *Ser ou não ser, eis a questão* que se coloca ao lacaniano.

O psicanalista, então, está sempre em vias de efetivar-se, não podendo exatamente fazê-lo, nem exatamente deixar de fazê-lo. Pode, implicitamente, reconhecer-se como tal, mas somente quando faz desconhecer qualquer reconhecimento, ou seja, quando “previne-se” de ser reconhecido como psicanalista (discorrendo sobre as diversas razões pelas quais “*nunca é*”) parece estar atendendo a condições implícitas, mas não admitidas como tais, para uma afirmação do psicanalista; condições que remetem às suas respectivas comunidades discursivas e que primam pelo não reconhecimento de si como psicanalista para que se possa integrar tal comunidade²⁶ e, assim, fazer alguma psicanálise. “Não ser”, falta, destituição dos valores universais, desejo ou qualquer outra nomeação que possamos atribuir ou remeter, parecem apontar para uma direção comum, qual seja, de um modo de subjetivação calcado “na negativa”, que positiva algo mediante o reconhecimento prévio de não integrar esse “algo”, necessitando de um constante movimento de diferenciação para que um discurso psicanalítico possa ser articulado e, assim, algum psicanalista “existir”. Só “é”, quando algo “não é”; afirma-se na

²⁵ “A gente às vezes acha que tá conseguindo isso e se pega, se flagra numa posição meio egocêntrica, narcisista” (Larissa).

²⁶ “Talvez assim, pra fora né, pras pessoas que não são psicanalistas eu posso dizer “que que faz? Psicanálise né”, mas pra dentro não, claro, né, num sentido mais, mais, mais honesto assim não, mais nesse sentido de formação, né” (Beatriz).

destituição de um outro; faz-se pelo/no contraste – o “reconhecimento velado” de si acontece mediante o des-reconhecimento do outro e de si mesmo.

Seguem-se algumas considerações que vêm menos a título de afirmação do que de hipótese a ser sustentada pelo presente estudo. Comprometemo-nos com uma análise ao nível mais imediato do gênero discursivo, isto é, da cenografia. Mas se levamos em conta que uma cenografia imediata traz as marcas da cena genérica e da cena englobante (ou tipológica) em que se inclui, poderíamos fazer as diferenciações aqui esboçadas remeter ao nível genérico da cena, especulando, assim, acerca de um atravessamento histórico que a cenografia sofre: a reafirmação de um espaço de ordem característica, segundo nossa análise, do discurso dos entrevistados ligados à IPA e a diferenciação destituente marca do discurso dos entrevistados lacanianos, poderiam fazer eco à própria história desses grupos no movimento psicanalítico. Afinal, o discurso laciano não se constitui num ato de diferenciação e dissidência com relação ao da IPA (discurso responsável por assegurar um legado e o ordenamento de uma tradição)? Frisamos, novamente, o caráter meramente especulativo desta proposição cuja fundamentação demandaria estudos (históricos, inclusive) mais aprofundados e específicos, uma vez que a pesquisa então desenvolvida não se voltou a tal direção, mas, ainda assim, pôde apontá-la como direção possível.

Entre a instituição da positividade de um espaço de ordem e a instituição da negatividade de uma contraposição; entre a re-instituição do mesmo e a des-instituição do outro, demos, até aqui, destaque aos diferentes modos como os psicanalistas subjetivam-se nessas e por essas instituições. Mas podemos também, apesar dos desencontros, aproximar o discurso laciano do da IPA se privilegiarmos os elementos comuns às cenografias traçadas.

Iniciemos a configuração das regularidades discursivas em meio, ainda, às diferenciações até então traçadas. Com isso intencionamos remeter à unanimidade dispar das reações diante da questão “você se considera um psicanalista?”. Expliquemo-nos²⁷. Apesar da disparidade dos conteúdos das respostas e das razões pela qual cada grupo reagia de determinada forma, a reação dos entrevistados à pergunta foi sempre a mesma: um misto de estranhamento e descabimento. Quando formulada, esta pergunta causava nos entrevistados um estranhamento, como se

²⁷ Ressalvada à personalidade das observações que se seguem neste parágrafo, já que se tratam de impressões um tanto difíceis de serem demonstradas.

sua formulação fosse descabida, dada a obviedade da resposta – “não” para os lacanianos, “sim” para os membros da IPA. Às respostas dos primeiros seguia-se uma explicação dos motivos pelos quais não se consideravam psicanalistas. Já as respostas do segundo grupo eram diretas, dispensando maiores explicações, como se o restante da entrevista, por si mesmo, já proporcionasse à indagação uma resposta²⁸. “Você se considera um psicanalista?” – uma pergunta descabida em ambos os grupos, contudo, por motivos diametralmente opostos; uma unanimidade díspar.

Retomemos agora, em linhas gerais, o tratamento dispensado pelos entrevistados à temática da escolha. Novamente podemos aproximar aspectos em meio a diferenças.

Entre os psicanalistas lacanianos existe uma tomada, pode-se, dizer imediata pela psicanálise como abordagem teórica (no período universitário); desde que a conhecem a escolhem. Beatriz afirma ter sempre se interessado, durante a graduação de psicologia, pelas disciplinas de psicanálise, Ricardo e Larissa pontuam “fiscadas” e “encantos” imediatos quando dos primeiros contatos com a psicanálise. Estes dois últimos entrevistados trazem, ainda, personagens capitais em suas escolhas (o “*professor famoso*” de Larissa e a senhora com palavra de autoridade, no caso de Ricardo) e, a esses personagens, associam certas descobertas da verdade, por assim dizer²⁹. A psicanálise sendo escolhida por e em relações produtoras de verdades, ou da verdade, no singular, como reconhecem os próprios entrevistados.

Sob tal aspecto (da escolha pela psicanálise dando-se em meio a relações produtoras de verdades) o discurso dos entrevistados da IPA não se distancia sobremaneira do discurso dos entrevistados lacanianos. Pois, para os primeiros a escolha pela psicanálise aparece vinculada à análise pessoal e aos efeitos proporcionados pelo autoconhecimento ali produzido (descritos como resolução de problemas e dificuldades pessoais³⁰).

²⁸ “Acho que depois de tudo isso me considero” (Helena).

²⁹ “Como se ele fosse assim uma espécie de guru naquele momento, tivesse essa capacidade de te dar as respostas pra todas as perguntas” (Larissa); “algum traço que tinha nessa pessoa que me relançou a retomar a, né, a minha questão lá do início [...] com uma verdade que existe, que eu tenho certeza que existe” (Ricardo).

³⁰ “eu acho assim que a gente pensa em como conhecer melhor, isso pra poder lidar com as próprias dificuldades, né. Então, mais nesse sentido, eu acho que a gente busca sempre uma profissão dependendo da/tem uma motivação interna muito poderosa, né” (Vilma).

“Tem aquele mito né, aquela pessoa que chega um pouco esculhambada, com muito problema, e que tem que passar por esse processo, quase como um feiticeiro que tem que, psicanálise sempre tem que ter modificado a pessoa para que ela se torne psicanalista,” (Beatriz). *“Todos nós quando escolhemos psicologia é por que a gente quer, a gente tá procurando, na verdade, na verdade, a gente tá procurando o autoconhecimento, né, a gente tá procurando primeiro resolver os problemas da gente”* (Helena). Em ambos os grupos (com maior destaque à escola inglesa) os entrevistados se reconhecem fazendo a escolha que os inaugura psicanalistas motivados por problemas e dificuldades pessoais, ou melhor, motivados à resolução destes últimos. Na/pela objetivação de um saber de si (reconhecido como capaz de responder à resolução daqueles problemas/dificuldades) dá-se a escolha pela psicanálise; uma verdade de si é produzida, a psicanálise escolhida e o psicanalista inaugurado.

Da relação com o analista no setting clínico ou com o professor nas primeiras aulas à relação com a psicanálise; do divã ou da carteira à poltrona; temos como fio condutor dessa tomada de posição como psicanalista a produção de uma verdade e os efeitos decorrentes – no/pelo dispositivo privilegiado de produção do psicanalista, segundo pudemos observar nas entrevistas: a análise pessoal.

5.2 ANÁLISE PESSOAL COMO DISPOSITIVO PRIVILEGIADO DE PRODUÇÃO DO PSICANALISTA

Há quem perca o seu último valor ao libertar-se da sua sujeição.
F. W. Nietzsche

Deparamo-nos agora com um dos elementos centrais, talvez o elemento central, dos discursos dos entrevistados. Elemento com o qual nossa perspectiva (da formação psicanalítica) foi diversas vezes igualada³¹. No discurso dos lacanianos a análise pessoal toma frente entre os requisitos para se tornar psicanalista, como principal componente do processo de formação e como principal fator de mudanças pessoais. Os entrevistados ligados à IPA fazem, também, a análise pessoal figurar como requisito imprescindível para se tornar psicanalista, como um dos componentes, dentre outros, do processo de formação e como determinante da escolha pela psicanálise. Seja como requisito para se tornar psicanalista, componente do processo de formação, determinante de mudanças pessoais ou da escolha pela psicanálise, o fato permanente é a centralidade da análise pessoal como dispositivo produtor do psicanalista – em ambos os grupos.

Na/pela análise pessoal o psicanalista é feito enquanto faz sua(s) verdade(s), disparando efeitos subjetivos nesse/desse lugar (podendo, por aí, reiterar e/ou alterar o próprio dispositivo psicanalítico). Lugar interessante, diga-se de passagem, pois nele o psicanalista não somente faz-se psicanalista, mas é também paciente. É pela sujeição ao discurso psicanalítico (como paciente) que o psicanalista é feito, sendo, então, a partir dela que ele fará psicanálise (considerando, também, que a psicanálise já está aí sendo praticada). É, pois, na/pela experimentação desse discurso em si mesmo que o psicanalista pode articulá-lo a um outro. Experimentar esse discurso em si mesmo, se reconhecer intimamente através dele, é o grande e decisivo passo para que dele o psicanalista possa tomar posse (enquanto é por ele possuído); experimentação sem a qual a formação de analista não pode acontecer. Como menciona Beatriz: *“a gente tem que ter certeza de que funcionou em pelo menos um, né, que foi a gente [...]Então,*

³¹ “A formação é no divã, é no, na própria análise pessoal” (Ricardo).

tem que acreditar em alguma coisa: na psicanálise". Ou Helena: "*o que é decisivo é análise pessoal da gente, né. Quando a gente consegue ver que a coisa funciona*". A experimentação do discurso psicanalítico em si, no caso do psicanalista, pelo menos, não produz somente conhecimentos referentes aos problemas/dificuldades pessoais motivadores de uma análise (e, assim, indiretamente sobre a psicanálise), mas um reconhecimento direto sobre o próprio discurso psicanalítico e sua funcionalidade. Quando, então, conhece sua pessoalidade através deste discurso, o psicanalista está, também, reconhecendo (e produzindo) a credibilidade da psicanálise. A psicanálise objetiva-se por meio da subjetivação do psicanalista e vice-versa.

Tomando, agora, as proposições de Foucault (1984) acerca dos procedimentos confessionais podemos, também, situar a análise pessoal como um dispositivo produtor de verdades. E se a tomamos como um dispositivo, podemos dispor a objetivação/subjetivação do psicanalista no horizonte das relações de poder-saber, uma vez que a relação analítica (como toda relação, segundo esta leitura) constituirá (e é constituída por) um jogo de forças capaz de sustentar a produção de determinados saberes (conhecimentos, aprendizados, etc.) enquanto é por eles sustentado. A análise pessoal, quando tomada como dispositivo, está inscrita num jogo de poder e ligada a certas configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. (FOUCAULT, 2009b). Se a análise pessoal presta-se como processo objetivador do psicanalista ao mesmo tempo em que se oferece a ele como grade analítica para a leitura desse mesmo processo – permitindo-lhe subjetivar-se –, temos, então, um processo de produção de um objeto/sujeito capaz de recondicionar o dispositivo produtor por meio dos efeitos ali disparados.

Deixemos, contudo, de, em primeiro grau, delinear a objetivação do psicanalista para matizar sua subjetivação. Retomemos os discursos dos entrevistados a fim de tonalizar a subjetivação na análise pessoal, ou na formação – como fazem equivaler os entrevistados.

O grupo lacaniano equipara de maneira mais direta a formação com a análise pessoal, fazendo-a figurar ainda como uma espécie de caminho no qual e pelo qual se avança³² sendo ele (o psicanalista lacaniano), assim, transformado.

³² "*percebo assim que tem um caminho muito grande pela frente*" (Larissa).

Nesse/por esse caminho pode-se, além disso, escolher diferentemente (de modo autônomo), emancipar-se de preconceitos, desalinhar-se e libertar-se.

Os entrevistados parte do núcleo ligado à IPA se reconhecem aprendendo e conhecendo nas/pelas relações parte do processo de formação-análise (com paciente, colegas de profissão, entrevistador, etc.). O que lhes possibilita amadurecer, mudar perspectivas, perder preconceitos, usar menos mecanismos de defesa (podendo “*ver a realidade com mais objetividade, [...] como ela é*”, Helena), usar mais o pensamento (e menos a ação), dentre outros. Tudo, sempre, pela perspectiva do aprendizado/conhecimento nas/pelas relações travadas.

Os entrevistados, de ambos os grupos, reconhecem-se mudando de diversas formas, seja concedendo centralidade à análise pessoal (como fazem os lacanianos) ou colocando-a como relação privilegiada num conjunto maior (como faz o grupo da IPA). Os efeitos deste dispositivo **sobre** os psicanalistas são amplamente reconhecidos – o contrário não é verificado, e quando é, o é, ironicamente, sob o reconhecimento da observância da norma, não de sua alteração (como faz Mario). Destarte, se estamos tratando a análise pessoal na qualidade de um dispositivo objetivador/subjetivador cabe-nos configurar ali onde se reconhece um profícuo jogo de produção (de reconhecimentos, libertações, verdades, psicanalistas...) um princípio de rarefação e seus efeitos subseqüentes.

As noções de “*falha*”, “*castração*” e “*imperfeição*”, expostas por Larissa, lhe explicam os posicionamentos dos diferentes grupos psicanalíticos uns frente aos outros. Todavia, ao produzir uma explicação naturalizada/naturalizante produz-se também uma estagnação desses/nesses modos de se relacionar³³. Mas não somente, pois na seqüência, quando compara a formação psicanalítica com a filosófica, a própria entrevistada menciona as diferenças que observa nos modos de se relacionar de cada comunidade discursiva (psicanalítica e filosófica), expondo, assim, a relatividade daquilo que havia antes atribuído genericamente à natureza humana. A produção de uma explicação, uma estagnação e um estranhamento.

Beatriz deixa clara sua defesa por uma dita “seriedade” (seja em relação à psicanálise ou à psicologia) cuja contraposição dá-se ao que nomeia “misturança”. Em nome do primeiro termo relata e justifica conflitos, entre os grupos psicanalíticos, em torno da posse e conservação do objeto institucional – a psicanálise legítima –, o

³³ “*é uma ilusão pensarmos que um dia vamos chegar a um ponto tal de subjetivação onde vamos começar a agir como se realmente acreditássemos e soubéssemos que somos diferentes*” (Larissa).

segundo termo é associado à misturas e inovações desacreditadas³⁴. Porém, no mesmo ato de reconhecimento (e reprodução) da seriedade da/na psicanálise, Beatriz vê-se tolhida com relação à sua atuação extra-clínica naquilo que lhe atribui de psicanalítico. A entrevistada reconhece a produção de um “estereótipo institucional” que apregoa exclusivamente a psicanálise clínica e que desconsidera a prática (e sua possível legitimação como psicanalítica) de muitos psicanalistas que atuam para além deste âmbito. É reconhecido o constrangimento que a instituição de um “ideal clínico” (fazendo eco às palavras da entrevistada) proporciona, mas desconhece-se a relação deste mesmo ideal/estereótipo com a defendida e justificada “seriedade” com que a psicanálise deve ser tratada (em oposição a mudanças e inovações). A psicanálise “séria” coloca-se como uma só, e fora dela não pode haver psicanalista reconhecido como tal.

Se Beatriz sente-se constrangida pelo “ideal clínico”, Ricardo o reafirmará de modo a diferenciá-lo justamente das práticas extra-clínica para as quais Beatriz reclama legitimidade. Na cena agora desenvolvida, ele faz o contrapapel de Beatriz quando diferencia a “*psicanálise mesmo*” de ferramentas e instrumentos derivados da psicanálise, atribuindo legitimidade psicanalítica à primeira apenas. Novamente: no/pelo reconhecimento da legitimidade de uma modalidade faz-se desconhecer a possível legitimidade de modalidades outras com as quais os psicanalistas, de ambos os grupos, vêm-se envolvidos.

Ricardo, quando discorre sobre a psicanálise que reconhece como legítima – a que nomeia freudiana – o faz equiparando a psicanálise freudiana à lacaniana³⁵, de modo a prestar a legitimidade da primeira à última. Ele sobrepõe autores e conceitos distintos e, no mesmo ato, reafirma a existência de uma psicanálise só (a freudiana). Para reconhecer-se como psicanalista freudiano (e, assim, legítimo) Ricardo faz desconhecer as diferenças entre autores e tradições teóricas que atravessam e constituem seu discurso psicanalítico. Na/pela supressão de uma diferença pode-se reconhecer um campo único fora do qual não existe psicanálise ou psicanalista. Ricardo é componente ativo desta diferenciação (por endossar o discurso lacaniano), mas o é sob a condição de não sê-lo, ou seja, é lacaniano sob a

³⁴ “*Tirando aquelas “invente uma nova psicanálise” essas histórias, todo mundo é muito sério.*”, “*o povo que começa a misturar eu já acho que aquilo não vai funcionar*” (Beatriz).

³⁵ “*Na verdade o Lacan, ele simplesmente colocou termos que o Freud não colocou daquela forma que ele colocou, mas que também estão na teoria, por exemplo, o sujeito, Freud não falou do sujeito né, sujeito do inconsciente quem fala é o Lacan. Mas, mas o Freud fala em toda a sua obra de sujeito, quando ele trata do inconsciente, que que é o sujeito? É o inconsciente*” (Ricardo).

condição de melhor ser freudiano. De modo similar, Mario faz desconhecer as modificações que executa no processo de formação (ao propor um quarto e um quinto elemento ao tripé) para reconhecer-se de acordo com as prescrições institucionais, e assim, como psicanalista. Toma parte numa diferenciação de forma a não reconhecer diferenciação alguma. A manutenção de uma unidade (no caso de Ricardo) e de uma ordem (no caso de Mario) é que tomam primeiro plano no/pelo discurso desses entrevistados. Necessita-se reproduzir um discurso unificado e ordenado que o próprio discurso dos entrevistados dá indícios de não existir mais.

O que estamos buscando delinear é algo do assujeitamento constituinte do processo de formação e a maneira como ele é largamente reconhecido pelos entrevistados (sob outros títulos, logicamente) naquilo que tal assujeitamento lhes confere em termos de verdades, seriedade, legitimidade, explicações, etc., enfim, em termos produtivos. E o modo como existe um certo desconhecimento das limitações existentes nesse e por esse assujeitamento. “Um certo” desconhecimento, pois o discurso dos entrevistados deixa entrevê-lo (quando Larissa compara a formação psicanalítica à filosófica relativizando os modos de se relacionar da primeira, quando Beatriz sente sua legitimidade como psicanalista tolhida pelo “ideal clínico”, quando Ricardo suplanta a diferença entre a psicanálise freudiana e lacaniana e quando Mario faz-se normatizado a despeito de infringir as normas). À resistência ao discurso da psicanálise natural/naturalizante, exclusivamente clínica, unicamente freudiana e estritamente normatizada faz-se presente no/pelo discurso destes entrevistados nos mesmos atos em que tal dispositivo psicanalítico os assujeita. “Lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder.” (FOCAULT, 1984, p. 91).

Considerando que todo e qualquer modo de subjetivação faz-se no/pelo assujeitamento/resistência a um discurso. Considerando que, ainda aí e por aí, traçamos os efeitos de reconhecimento da naturalidade e desconhecimento da reatividade desses modos de se subjetivar (ou, de se relacionar). E considerando que tais efeitos recondicionam o discurso-dispositivo no qual e pelo qual estes mesmos efeitos se deram, nos avizinhamos de um modo de subjetivação explícito com relação a seus assujeitamentos e discreto com relação às suas resistências. Como já dito, os psicanalistas entrevistados reconhecem amplamente os efeitos do discurso psicanalítico sobre eles mesmos, mas pouco reconhecem das rupturas que

estabelecem com relação a ele (o que lhes permitem praticá-lo em outros termos, mesmo que ligeiramente diferentes). E, juntamente com estas rupturas, um efeito de desconhecimento se produz: sobre a resistência com relação à própria psicanálise não se sabe.

“[...] só pode haver desconhecimento sobre a base de uma relação fundamental com a verdade. Esquivá-la, barrar-lhe o acesso, mascará-la, são táticas locais que surgem como que em sobreposição, e através de um desvio de última instância, para dar forma paradoxal a uma petição de saber. Não querer reconhecer ainda é uma peripécia da vontade de verdade.” (FOUCAULT, 1984, p. 55).

É numa/por uma relação produtora de verdades que o psicanalista se faz. Sua sujeição se dá mediante a produção de um saber, e tal saber se dá mediante aquela sujeição. A análise pessoal como um “foco local” de poder-saber (FOUCAULT, 1984). Constitui-se, então, uma verdade de si capaz de fazer o psicanalista (como) sujeito em uma/por uma vontade de verdade selada por um desconhecimento das práticas capazes de lhe recondicionar. A que vem a necessidade de um efeito de desconhecimento naquilo que diz respeito ao que o psicanalista resiste em relação ao discurso que o produz?

Arriscamos formular que reconhecer semelhante resistência pode ser arriscado, imprevisível e, quem sabe, intempestivo para aquele que se propõe psicanalista – e assim é, via de regra, para todo e qualquer integrante de toda e qualquer comunidade discursiva. Afinal reconhecer resistências significa assumir rupturas e mudanças decorrentes. Significa colocar em risco não somente o reconhecimento de si mesmo como psicanalista, mas o reconhecimento da psicanálise que se faz, expondo-a não ser mais psicanalítica – não de acordo com os termos instituídos. Eis “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente”. (FOUCAULT, 2008, p. 8).

6 PALAVRAS DERRADEIRAS

*Perdido seja para nós aquele dia em que não se dançou
nem uma vez! E falsa seja para nós toda a verdade que
não tenha sido acompanhada por uma gargalhada!*
F. W. Nietzsche

À guisa de conclusão da empresa retomamos sua introdução: abordar a psicanálise como instituição e daí gerar questão foi sua finalidade última. Para tanto nossa análise foi instrumentada por um conceito de “instituição” que permitiu-nos o trânsito entre as noções de “discurso” e “gênero discursivo”, tais como traçadas por Foucault e Maingueneau, respectivamente. Paralelamente a estes, um conceito específico de “sujeito” possibilitou-nos tomar as falas dos psicanalistas entrevistados não como manifestação de um sujeito imanente, produtor de seu discurso, mas como produção imediata (alicerçada numa/por uma história de vida) de um/num dado contexto discurso e de seus modos de organização; fazendo com que aquele sujeito que se nos apresentou fosse tomado, então, como produto de um discurso-instituição que o produz enquanto, paradoxalmente, é por ele produzido. E o mesmo pode ser dito no que tange ao entrevistador.

“Instituição”, “discurso”, “gênero discursivo” e “sujeito” constituíram, assim, um substrato metodológico, ou melhor, uma estratégia de pensamento a partir da qual, e com a qual, pudemos traçar algumas análises a ela condicionadas e dela condicionantes – dando, assim, o escopo das afirmações produzidas. Remetemos, pois, ao modo como Guirado (2009) intitula sua tese de livre-docência, a saber, “A Análise Institucional do Discurso como **Analítica** da Subjetividade”, dando destaque ao fato de que se trata de uma “analítica” da subjetividade, não de uma “teoria”. O campo conceitual delimitado pela e para a AID figura, muito antes, como um conjunto de instrumentos que permitem uma análise do domínio da subjetividade (instituída/instituinte) do que como uma teorização sua. Desafio foi, seja dito, *analisar...*

Foi assim que pudemos delinear, com base nas transcrições das entrevistas realizadas, singularidades e regularidades nos/pelos discursos das diferentes tradições psicanalíticas. Demarcando modos de subjetivação calcados numa reafirmação direta do discurso-instituição objetivador ou, numa contraposição

destituente de outros discursos-instituição e constituinte do seu próprio. Isto num/por um quadro maior e regular marcado por uma condição geral de produção do discurso psicanalítico – a análise pessoal. E aqui podemos destacar o principal dispositivo sujeitador do psicanalista, cujos efeitos de reconhecimento (de algumas verdades libertadoras) e desconhecimentos (de algumas resistências) com relação ao próprio discurso psicanalítico marcam, em nossa perspectiva, não um simples assujeitamento que quer se fazer reconhecido como libertador (porém, não afirmamos que isso deixe de compor a cena...), mas um assujeitamento que, ao impor seus limites, gera, também, condições de liberdade (GUIRADO, 1995). Pode soar óbvio, entretanto...: A psicanálise figura como condição-limite do psicanalista e vice-versa.

Não podemos, finalmente, deixar passar em branco os diversos estranhamentos, desconcertos e surpresas que permearam e constituíram o percurso desta pesquisa. Lançar-nos a uma analítica demandou-nos reposicionamentos de nossos pressupostos e vontades de verdade de modo a permitir a construção de formulações jamais previstas quando da elaboração da propositura inicial de pesquisa; reposicionamentos parciais, sem dúvida, contudo, bastante profícuos no sentido de dar movimento aos discursos que formulamos e que nos formularam. Inclusive com relação à própria psicanálise, é claro, cuja complexidade e consistência são, consideramos, índice de seu potencial em ser revisitada.

Finalmente, reconhecemos que nossos próprios *modos de subjetivação* não puderam deixar de sofrer as marcas do processo de formação composto por esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BERLINCK, M. T. **Psicopatologia fundamental**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2008.

BIRMAN, J. Jogando com a verdade. Uma leitura de Foucault. **Physis: rev. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 301-324, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v12n2/a07v12n2.pdf>>. Acesso em: 11/01/2011.

CABAS, A. G. Transmissão e formação em psicanálise In: ESCOLA LACANIANA DE PSICANÁLISE. **A questão da formação dos analistas**. Rio de Janeiro: Gávea, 1992. p. 87-88.

CANDIOTTO, C. Foucault e a crítica do sujeito e da história. **Revista Aulas: Dossiê Foucault**, Campinas, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/05.pdf>>. Acesso em: 11/01/2011.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, Freud e Marx**. Porto (Portugal): Anagrama, 1980.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS H. L.; RABINOW P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A ordem do discurso**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009a. p. 15-37.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009b. p. 243-76.

_____. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009c. p. 1-14.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009d.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1930/1996. (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXI).

GUIRADO, M. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono**. São Paulo: Summus, 1986a.

_____. **Psicologia institucional**. São Paulo: EPU, 1986b.

_____. **Psicanálise e análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico**. São Paulo: Summus, 1995.

_____. Vértices da Pesquisa em Psicologia Clínica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, não paginado, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100009>. Acesso em: 16/02/2009.

_____. **A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. **A Análise Institucional do Discurso como Analítica da Subjetividade**. 316 p. Tese (Livre-Docência em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. pdf.

JUNIOR, O. G. De Nietzsche a Foucault: impasses da razão? In: PASSETTI, E. (Coord.) **Kafka, Foucault: sem medos**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 89-101.

LIMA, M. A. **O paciente e o término da análise no discurso de psicanalistas: uma análise institucional de discurso.** 230 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. pdf.

MACHADO, S. B. **A produção do usuário e seu uso sumário: discursos da clientela de um NAPS.** 136 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. pdf.

NIETZSCHE, F. W. **A Genealogia da Moral.** 2. ed. São Paulo: Escala, 2007a.

_____. **Assim falou Zaratustra.** São Paulo: Martin Claret, 2007b.

RIBEIRO, C. R. Sujeito-dobradiça: metáfora de subjetividade, metonímia institucional. In: GUIRADO, M.; LERNER, R. (Orgs.). **Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007. p. 245-262.

ROCHA, D.; DAHER, M. D. C.; SANT'ANNA, V. L. A. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. **Polifonia**, Cuiabá, n. 8, p. 161-180, 2004. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/24.pdf>>. Acesso em: 12/01/2011.

VALORE, L. A. A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade. In: GUIRADO, M.; LERNER, R. (Orgs.). **Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007. p. 223-244.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Quando você teve seu primeiro contato com a psicanálise?
 - Quais foram suas impressões nesse momento?
 - Elas mudaram de lá para cá?
- Em que momento de sua formação profissional você optou pela psicanálise?
 - O que você considera fundamental para que isto acontecesse?
- Como você entende que um processo de formação deve ser?
 - O seu poderia ou pode ser diferente? Em que sentido?
- O que é necessário para ser um psicanalista? (para falar em nome da psicanálise).
 - Você se considera um?
- Você considera que a formação em psicanálise propicia mudanças pessoais? Como?
 - Isso se aplica a você? De que forma? (mudou alguma crença pessoal, modo de ser, de pensar ou de atuar a partir do contato com a psicanálise?).
- Nos meios psicanalíticos que você frequenta você percebe que as pessoas compartilham das mesmas opiniões que você com relação à psicanálise? Me dê um exemplo.
 - Em caso de divergência, você considera que há abertura para se discutir e/ou discordar sobre os saberes e práticas instituídas?
 - Como você se sente em relação a isso?

Há algo que não foi abordado que você gostaria de dizer?

ANEXO B – FORMULÁRIO DE DADOS PESSOAIS

Nome: _____ Idade: _____

Contato (e-mail e/ou tel.):

Instituição de graduação:

_____ Ano de conclusão: _____

Exerce a profissão? () SIM () NÃO

Em que área(s)?

Há quanto tempo?

Instituição de formação em psicanálise (se houver):

Quando iniciou suas atividades nesta instituição?

Que atividades exerce e/ou participa?

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Modos de subjetivação na formação em psicanálise: uma análise institucional de discurso.

Pesquisador: Renee Volpato Viaro

Orientador: Prof^{ra} D^{ra} Luciana Albanese Valore

Participo, de forma livre e esclarecida, desta pesquisa, que tem como finalidade investigar a produção de subjetividade a partir da formação em psicanálise, bem como a relação que os sujeitos que buscam tal formação estabelecem com a mesma, com vistas a levantar subsídios para uma discussão sobre os efeitos de tal processo. Assinando este documento, declaro que estou informado sobre os seguintes fatos:

- a) A pesquisa justifica-se pela necessidade de produção de conhecimento científico sobre o tema e utiliza os seguintes procedimentos: preenchimento de formulário de dados pessoais e realização da entrevista.
- b) Minha participação nesta pesquisa não ocasiona riscos e desconfortos que possam ser identificados antes de sua realização. Ao participar desta pesquisa, não receberei nenhum benefício direto (como notas, bens materiais, pagamento ou outros). O benefício relacionado à participação na pesquisa refere-se à possibilidade de reflexão acerca do processo de formação. Além disto, a pesquisa irá produzir informações científicas importantes sobre o tema.
- c) O orientador considera que a forma de fazer a pesquisa é a mais adequada para seus objetivos, oferecendo o mínimo possível de riscos aos participantes em comparação com outras formas.
- d) Esta pesquisa é de responsabilidade de seu pesquisador e orientador, que se comprometem a acompanhá-la em todo o seu desenvolvimento e se dispõe a oferecer-me assistência, se necessário. Posso contactá-los através do e-mail reneevolpato@yahoo.com.br ou do telefone 84431756.
- e) Como participante da pesquisa, serei informado, antes e durante a pesquisa, sobre o que será feito, e posso pedir informações sobre isso a qualquer momento.
- f) Posso, a qualquer momento da pesquisa, me recusar a participar dela, ou retirar meu consentimento, sem qualquer penalização e sem prejuízos aos cuidados oferecidos.
- g) Todas as informações coletadas neste estudo são confidenciais. Não serei identificado por meu nome em nenhum momento. Autorizo, no entanto, a utilização dos dados obtidos, através de minha participação na pesquisa, para fins de divulgação científica.
- h) Não terei qualquer despesa participando desta pesquisa.

Após os esclarecimentos acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar desta pesquisa.

Nome do participante da pesquisa

Local, data e assinatura do participante da pesquisa